

. (Re) Equilibrar Rio do Ouro

O nascimento de uma comunidade na Roça Rio do Ouro acompanhada de um Turismo Sustentável

. Rita Moreira Gracias
Mestrado Integrado em Arquitectura
Proposta para Projecto Final de Mestrado

. Orientação científica
Professor Doutor
Francisco Carlos Almeida do Nascimento e Oliveira

. Júri
Presidente: Professor Doutor Paulo Manuel dos Santos Pereira de Almeida
Vogal: Professora Doutora Ana Marta das Neves Santos Feliciano

FA ULisboa, Outubro 2020

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Documento redigido segundo o antigo acordo ortográfico.

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Título

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Sub-Título

O nascimento de uma comunidade
na Roça Rio do Ouro acompanhada
de um Turismo Sustentável

Aluno

Rita Moreira Gracias

Orientador

Professor Doutor Francisco Oliveira

Mestrado Integrado em Arquitectura

Lisboa, Setembro de 2020

Resumo

As roças de São Tomé e Príncipe representam grande parte do património deste país e simbolizam a herança deixada pelo seu povo. No entanto, apesar da sua importância e forte presença no território, encontram-se neste momento esquecidas e bastante degradadas, surgindo assim a oportunidade de serem intervencionadas.

Neste sentido, a proposta pretende atingir um desenvolvimento sustentável e participativo, integrando a população, apostando na formação e criando um equipamento com o poder de alavancar a economia local. O turismo insere-se como um catalisador económico, capaz de dinamizar e fomentar as relações comerciais da roça e da região, valorizando o património histórico e a cultura santomense.

Um dos exemplos mais marcantes destas estruturas agrícolas é a roça Rio do Ouro, que possui um vasto património arquitetónico, cultural e histórico, fortemente necessitado de reestruturação e renovação. A reconversão do antigo hospital desta roça para uma unidade hoteleira pretende envolver toda a comunidade e sustentar-se de um plano capaz de corresponder às carências da população, em termos urbanos e sociais.

(Re)Equilibrar Rio do Ouro pretende conseguir devolver a esta comunidade uma esperança para o futuro, assumindo-se como um modelo de reversão do declínio das roças e restituindo o seu valor cultural e territorial singular.

Palavras-Chave |

São Tomé e Príncipe | Roças | Sustentabilidade | Comunidade | Turismo

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Title

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Sub-Title

O nascimento de uma comunidade
na Roça Rio do Ouro acompanhada
de um Turismo Sustentável

Student

Rita Moreira Gracias

Advisor

Professor Doutor Francisco Oliveira

Master's Degree in Architecture

Lisbon, September 2020

Abstract

The farms in São Tomé e Príncipe represent a big part of the country's patrimony and are a symbol of the heritage of its people. However, in spite of their importance and strong presence in the territory, they are presently forgotten and in decay, therefore arising the opportunity for intervention.

Thus, this proposal strives to achieve an inclusive and sustainable development, integrating the population, supporting education and creating a public service with the power to trigger the local economy. Tourism is considered as an economic catalyst capable of boosting and promoting the commercial trades of the farm and of the land, valuing the national historic and cultural ancestry.

Of the best examples of these agricultural structures is the Rio do Ouro farm, which possesses a vast architectural, cultural and historic legacy in strong need of restructuring and renovation. The conversion of the farm's former hospital to a hotel unit aims to engage all of the community based on a plan capable of corresponding to their needs, both urban or social.

(Re)Equilibrar Rio do Ouro seeks to return hope for the future of this community, presenting itself as an example for the turnaround of the downfall of the farm and restoring its singular cultural and territorial value.

Key-words |

São Tomé e Príncipe | Farms | Sustainable | Community | Tourism

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Índice de Imagens

Fig. 1	Fotografia da recepção das crianças da Roça Diogo Vaz. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	XVII
Fig. 2	As crianças levam a roupa em alguidares na cabeça até ao rio para a lavarem. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	XVIII
Fig. 3	Fotografia da visita à Roça da Boa Entrada acompanhada das crianças locais. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	9
Fig. 4	Fotografia da estrada nacional que faz o percurso até à localidade de Santa Catarina. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	13
Fig. 5	Fotografia do pico mais elevado do arquipélago, o Pico do Cão Grande, situado na zona sul da ilha de São Tomé, com 2.024m de altitude. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	14
Fig. 6	Mapa de localização do arquipélago de São Tomé e Príncipe no globo. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	20
Fig. 7	Esboço da carta dos climas da ilha de São Tomé, desenhado por Manuel Afonso em 1969. <i>Fonte: http://atlas.saotomeprincipe.eu/6_atlasstp_cartografiaantiga.html</i>	22
Fig. 8	Dados dos censos STP de total da população <i>Fonte: https://www.ine.st/index.php/informacoes-estatisticas/demografia</i>	26
Fig. 9	Fotografia da Avenida Marginal na cidade de São Tomé, onde é visível o avançado estado de degradação em que se encontra. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	29
Fig. 10	Fotografia de um edifício com traçado colonial na capital do arquipélago, onde localiza a farmácia local. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	30
Fig. 11	As mulheres que se encontram na Avenida Marginal a venderem o peixe ainda vivo, que os homens acabaram de pescar. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	32
Fig. 12	Vista do antigo Hospital da Roça Água-lzé sobre todo o conjunto habitacional. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	37
Fig. 13	Mapa representativo das zonas agrícolas delineado por Carvalho Rodrigues. <i>Fonte: http://atlas.saotomeprincipe.eu/6_atlasstp_cartografiaantiga.html</i>	40

Fig. 14	Mapa representativo das concentrações das Propriedades - Roças pertencentes ao mesmo proprietário ou sob a mesma administração. <i>Fonte: http://atlas.saotomeprincipe.eu/6_atlasstp_cartografiaantiga.html</i>	40
Fig. 15	Entrada principal do antigo Hospital da Roça Água-Izé. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	42
Fig. 16	Esquema da Roça Canavial <i>Fonte: Fotomontagem; imagem google maps</i>	46
Fig. 17	Esquema da Roça Pedroma <i>Fonte: Fotomontagem; imagem google maps</i>	46
Fig. 18	Esquema da Roça Generosa <i>Fonte: Fotomontagem; imagem google maps</i>	46
Fig. 19	Esquema da Roça Rio do Ouro <i>Fonte: Fotomontagem; imagem google maps</i>	47
Fig. 20	Esquema da Roça Santa Luzia <i>Fonte: Fotomontagem; imagem google maps</i>	47
Fig. 21	Esquema da Roça Ponta Figo <i>Fonte: Fotomontagem; imagem google maps</i>	49
Fig. 22	Esquema da Roça Porto Alegre <i>Fonte: Fotomontagem; imagem google maps</i>	49
Fig. 23	Esquema da Roça Favorita <i>Fonte: Fotomontagem; imagem google maps</i>	50
Fig. 24	Arquitetura popular da ilha do Príncipe - construção em madeira sobre palafitas. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	52
Fig. 25	Uma habitação tradicional vernacular local na localidade de Santa Catarina - uma das zonas mais pobres do arquipélago. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	53
Fig. 26	Uma habitação tradicional vernacular local - construção em madeira sobre plafitas e com adornos na fachada representativo de uma melhor condição social. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	53
Fig. 27	Local de chegada do comboio do império Valle-Flôr à Roça Fermão Dias - dependência da roça Rio do Ouro - para exportação dos seus produtos. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	55
Fig. 28	As Sanzalas nos dias de hoje da Roça Água-Izé. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	56
Fig. 29	A entrada da antiga casa do proprietário da Roça da Boa Entrada, hoje ocupada pelos seus habitantes. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	58
Fig. 30	O piso superior da antiga casa do proprietário da Roça da Boa Entrada, hoje é utilizado para estender a roupa. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	58

Fig. 31	Fotografia histórica da Roça Rio do Ouro	63
	<i>Fonte: São Tomé. Ponto de Partida. IMVF. Lisboa: Chaves-Ferreira Publicações, 2008</i>	
Fig. 32	Fotografia histórica da apanha do cacau nas propriedades do império Valle-Flôr.	64
	<i>Fonte: São Tomé. Ponto de Partida. IMVF. Lisboa: Chaves-Ferreira Publicações, 2008</i>	
Fig. 33	Fotografia histórica da vista do hospital sob a Roça Rio do Ouro	68
	<i>Fonte: São Tomé. Ponto de Partida. IMVF. Lisboa: Chaves-Ferreira Publicações, 2008</i>	
Fig. 34	Fotografia histórica da entrada principal da Roça Rio do Ouro	68
	<i>Fonte: São Tomé. Ponto de Partida. IMVF. Lisboa: Chaves-Ferreira Publicações, 2008</i>	
Fig. 35	Fotografia histórica do antigo hospital da Roça Rio do Ouro	70
	<i>Fonte: São Tomé. Ponto de Partida. IMVF. Lisboa: Chaves-Ferreira Publicações, 2008</i>	
Fig. 36	Fotografia do estado actual do antigo hospital da Roça Rio do Ouro, onde é visível o seu estado de degradação, com a ala esquerda em ruína.	74
	<i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	
Fig. 37	Fotografia actual do estado de degradação da Roça Rio do Ouro - vista do hospital sob toda a roça.	77
	<i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	
Fig. 38	Mapa da Ilha de São Tomé com indicação dos principais pontos turísticos e atrações.	84
	<i>Fonte: http://atlas.saotomeprincipe.eu/6_atlasstp_cartografiaantiga.html</i>	
Fig. 39	Esquema do conceito de Turismo sustentável e os seus principais intervenientes.	86
	<i>Fonte: https://viajarverde.com.br/turismo-sustentavel/</i>	
Fig. 40	Alojamento Turístico na Roça São João dos Angolares - Reabilitação da antiga casa principal da roça.	94
	<i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	
Fig. 41	Vista Panorâmica sob a baía dos angolares, do restaurante do alojamento da roça São João dos Angolares.	96
	<i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	
Fig. 42	Fotografia da mensagem e na fachada da galeria da Roça São João dos Angolares	97
	<i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	
Fig. 43	A Roça Paciência - projecto do grupo de investimento HBD - e seus trabalhadores	98
	<i>Fonte: https://www.attitude-mag.com/pt/blog/all/2016-05-10-travel-ilha-do-principe/</i>	

Fig. 44	Escola de pedreros da Roça Paciência - Oficinas para a produção de alvenaria. <i>Fonte: https://www.attitude-mag.com/pt/blog/all/2016-05-10-travel-ilha-do-principe/</i>	102
Fig. 45	Escola de pedreiros, na Roça Paciência, respectivo escritório e armazém. <i>Fonte: https://www.attitude-mag.com/pt/blog/all/2016-05-10-travel-ilha-do-principe/</i>	103
Fig. 46	Roça Rio do Ouro - Vista da Avenida Principal <i>Fonte: Fotografia da professora Joana Malheiro;</i>	105
Fig. 47	Planta Roça Rio do Ouro implantação originária <i>Fonte: Esquema elaborado pela autora;</i>	108
Fig. 48	Planta Roça Rio do Ouro situação actual - identificando o edificado em ruína e a construção informal. <i>Fonte: Esquema elaborado pela autora;</i>	112
Fig. 49	Planta Roça Rio do Ouro - planta actual com proposta de sistema de vias e eixos. <i>Fonte: Esquema elaborado pela autora;</i>	114
Fig. 50	Planta Roça Rio do Ouro - proposta de implementação do plano urbano <i>Fonte: Esquema elaborado pela autora;</i>	116
Fig. 51	Esquema do sistema modular das apropriação das antigas sanzalas e do novo edificado de uso habitacional. <i>Fonte: Esquema elaborado pela autora;</i>	122
Fig. 52	Planta tipo de cada conjunto habitacional, composto pela sanzala originária, à direita, e o novo edificado à esquerda. <i>Fonte: Esquema elaborado pela autora;</i>	125
Fig. 53	O antigo Hospital da roça Rio do Ouro - o seu estado actual. Ocupado pelos seus habitantes hoje alberga várias famílias. <i>Fonte: Fotografia de Alexis Huguet; https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-mundo/artigos/da-grandiosidade-ao-abandono-veja-como-esta-a-roca-agostinho-neto-em-sao-tome-e-principe#&gid=1&pid=7</i>	127
Fig. 54	A nova vida do hospital da Roça Rio do Ouro - a realidade do modo de habitar das roças de São Tomé e Príncipe. <i>Fonte: Fotografia de Alexis Huguet; https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-mundo/artigos/da-grandiosidade-ao-abandono-veja-como-esta-a-roca-agostinho-neto-em-sao-tome-e-principe#&gid=1&pid=7</i>	128
Fig. 55	Planta de Cobertura esc: 1/700	130
Fig. 56	Planta Piso 1 esc: 1/700	132
Fig. 57	Planta Piso 0 esc: 1/700	134
Fig. 58	Planta Quartos e Vilas esc: 1/200	136
Fig. 59	O olhar curioso e afetivo das crianças de São Tomé. <i>Fonte: Fotografia da autora; 2019</i>	142

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Agradecimentos

A todos, os que de uma maneira ou de outra, se cruzaram neste percurso.

Ao professor Francisco Oliveira, pela constante disponibilidade e confiança depositada.

À minha família, pelo apoio incondicional e compreensão nos momentos de ausência.

Um especial obrigado à minha mãe, ao meu maior exemplo, por todo o amor, força e motivação.

Ao meu irmão por tornar tudo mais fácil.

À minha avó, por caminhar sempre ao meu lado, mesmo que longe.

Ao melhor que a faculdade me deu, à Sofia, Madalena, Inês Coelho, Sofia Hipólito, pelo enorme apoio e incentivo. Por todas as conversas e gargalhadas partilhadas.

À Inês por estar sempre aqui. Por ter sido o meu pilar, e a minha motivação quando tudo parecia perdido.

Ao Zé, por todo o carinho e paciência infinita.

A todos um sincero obrigada!

Índice

Resumo	V
Abstract	VII
Índice de Imagens	IX
Agradecimentos	XIII
Introdução	1
01 O território	9
Contexto histórico e cultural	15
Geografia Física	21
Clima	23
Demografia	25
São Tomé hoje	31
02 O contexto	35
A roça como agente estruturante do território	39
Organização e tipologias	43
A arquitectura vernacular em São Tomé	51
As roças hoje	57
03 O lugar	61
Contexto histórico	65
O império Valle Flôr	65
Roça Rio do Ouro	67
Rio do Ouro hoje	73

04 	O turismo	79
	Turismo em São Tomé	83
	O Turismo como desenvolvimento sustentável	87
	Casos de estudo	91
	São João dos Angolares	95
	Projectos HBD	99
	Casa de pedreiros	101
05 	O projecto	107
	Ponto de Partida	109
	Plano Urbano	113
	Habitação	123
	Projecto	129
	Considerações Finais	143
	Bibliografia	147
	Anexos	151





Fig. 1
Fotografia da recepção das
crianças da Roça Diogo Vaz.



Fig. 2
As crianças levam a roupa
em alguidares na cabeça
até ao rio para a lavarem.

Introdução

A presente proposta de trabalho final de mestrado tem como base a temática introduzida na unidade curricular de Laboratório de Projecto VI (2018/2019), sobre a Arquitectura Tropical, mais especificamente no território de São Tomé e Príncipe, pois tendo sido uma colónia Portuguesa durante muitos anos, um grande legado arquitectónico foi deixado e que nos dias de hoje se encontra quase “esquecido” por muitos. Este arquipélago extremamente rico, quer ao nível da sua fauna e flora, quer do seu legado arquitectónico e também da sua cultura, foi uma das grandes motivações para a realização deste projecto.

As roças de São Tomé e Príncipe constituem um património que tem vindo a desaparecer ao longo dos anos. As empresas agrícolas, designadas por Roças foram, em tempos, importantes espaços de natureza cultural, social e económica que contribuíram para a fundação e desenvolvimento do arquipélago.

Pertencentes a um legado arquitectónico, as roças são uma herança que importa salvaguardar e proteger, a bem da cultura lusófona e para o desenvolvimento futuro do arquipélago, sendo esta a primeira motivação para a realização deste projecto final de mestrado. Deste modo, evidenciam-se os aspectos importantes que marcaram as roças, desde o seu contexto histórico, social e urbanístico bem como as causas que levaram à sua degradação e consequente esquecimento. Não se pode falar de património em São Tomé e Príncipe sem mencionar as roças.

A reabilitação da Roça Rio do Ouro prevê um novo traçado

urbano articulado com novos equipamentos de uso público que proporcionem um renascimento de um sentido de comunidade através de um desenvolvimento sustentável. O turismo é visto como ponto fulcral do futuro desenvolvimento da comunidade e central em todo o projeto de requalificação.

Assim sendo, o objectivo principal deste trabalho prevê a intervenção de uma unidade hoteleira como potencializador de um futuro desenvolvimento económico e social da região, dependendo da participação da mesma. Adoptando uma abordagem de arquitectura sustentável, o projecto pretende valorizar as necessidades da população e considera-se importante reflectir e tentar compreender como é que a inserção de um novo uso, que não faz parte da “memória” do lugar, vai conseguir inserir-se em todo o conjunto roceiro promovendo-o, mas sem nunca o transformar por completo.

Para tal, o projecto assentará numa resposta a duas escalas diversas, mas em simultâneo: primeiramente, uma visão sobre todo o conjunto da roça Rio do Ouro entendendo qual era o seu papel aquando do seu pleno funcionamento, percebendo assim a função dos diferentes edifícios presentes e, de seguida, uma visão pormenorizada do equipamento turístico.

O projecto procurará compreender a importância da Roça na herança de São Tomé e Príncipe e o modo como a sua reabilitação e requalificação poderão intervir na melhoria das condições de vida da população desta comunidade.

A reabilitação e conservação do edificado existente poderá introduzir novas actividades e funções à roça com o intuito de a tornar auto-suficiente, conferindo-lhe assim um carácter de “pequena cidade”. Com isto, julga-se fundamental a reabilitação e criação de habitações

conferindo-lhes melhores condições de vida, a criação de um polo educacional, a recuperação das infra-estruturas direccionadas às actividades agrícolas, retomando o cultivo e processamento do cacau para ser vendido posteriormente, juntamente com a inserção de um hotel que visa a atracção do turismo à roça Rio do Ouro, criando novos postos de trabalho para os seus habitantes.

A promoção do turismo sustentável surge como um meio para atingir um desenvolvimento sustentado, integrando a comunidade da roça e valorizando o seu património cultural, torna-se então o tema principal para esta proposta. O edifício do antigo hospital irá ser reabilitado e ampliado, surgindo o equipamento turístico e enquadrando-se na estrutura da roça, propondo em parceria com a comunidade um avanço económico e social.

O trabalho dividiu-se em cinco grandes partes, de modo a reflectir sobre os temas referidos. Neste sentido, a estrutura é a seguinte:

No primeiro capítulo - O território - pretende-se fazer um enquadramento do local, localizando-o no espaço e tempo referindo as suas características. Procura-se ainda fazer uma breve descrição do estado do arquipélago nos dias de hoje, visto que tem sofrido grandes alterações nas últimas décadas desde a sua independência.

Segue-se assim o segundo capítulo - O contexto - reflecte-se sobre o conceito de roça como elemento estruturante do território e analisam-se as diferentes tipologias de roças presentes no arquipélago e a sua evolução. As estruturas agrícolas apresentam-se todas diferentes, dependendo da tipologia, contudo, todas elas se distinguem pela sua condição de roça pois possuem características comuns e indissociáveis. Por fim, é feito um breve reconhecimento do modo de habitar do povo de São Tomé.



Fig. 3
Fotografia da visita à
Roça da Boa Entrada
acompanhada das crianças
locais.

No terceiro capítulo - O lugar - faz-se uma aproximação ao local de intervenção. Neste capítulo é apresentada uma análise da roça Rio do Ouro, através do seu contexto histórico, do processo de assentamento e desenvolvimento, morfológico e tipológico. Por fim, contém também uma descrição do seu estado actual, identificando os elementos que a tornam no lugar a intervir.

Considerando o potencial e identidade da roça Rio do Ouro, o quarto capítulo - O turismo - aborda o conceito de desenvolvimento sustentável e tenta compreender de que forma o turismo pode ser introduzido, funcionando como um catalisador económico para a roça e para toda a região, de uma forma equilibrada e responsável de modo a preservar as suas características primárias. Como casos de estudo para este tópico surgem os projetos do grupo HBD e a roça São João dos Angolares, devido à sua constante preocupação pela população local e o modo como esta pode fazer parte do desenvolvimento e manutenção do sector turístico, garantindo assim que o sistema funcione de maneira auto-suficiente com uma visão futurista.

No quinto capítulo - O Projecto - procura-se dar resposta às temáticas abordadas anteriormente. A intervenção tem como pontos de partida os três princípios para atingir o desenvolvimento sustentável: apelar à participação da comunidade, apostar na formação combatendo o assistencialismo e inserir o turismo como regenerador económico. De seguida, o Plano Urbano procura dar resposta a esta problemática, propondo a criação de habitações mais qualificadas, requalificar os equipamentos existentes, a criação de um pólo educacional e a inserção do turismo.

O capítulo termina no projecto do hotel Rio do Ouro, que pretende funcionar como um motor para o desenvolvimento económico e social da roça, criando novas oportunidades de trabalho e vivências.

Em síntese, a proposta de um equipamento turístico na roça Rio do Ouro prevê uma procura e recuperação do equilíbrio da roça, tornando-a dinâmica e produtiva, reactivando o seu funcionamento, tendo assim surgido o título deste projecto final de mestrado: (Re) Equilibrar Rio do Ouro.



01

O território

São Tomé e Príncipe

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

“O território de São Tomé e Príncipe, localizado no Golfo da Guiné sob a linha do Equador, atravessou diversas mutações desde a situação de relevante entreposto comercial e exportador mundial de cacau à sua actual condição de micro-Estado em desenvolvimento.”¹

1 FERNANDES, Ana Silva , Património Luso-Afro-Tropical: O exemplo das rocas de São Tomé e Príncipe. Porto 2011





Fig. 4
Fotografia da estrada nacional que faz o percurso até à localidade de Santa Catarina.



Fig. 5
Fotografia do pico mais elevado do arquipélago, o Pico do Cão Grande, situado na zona sul da ilha de São Tomé, com 2.024m de altitude.

Contexto histórico e cultural

As ilhas de São Tomé e Príncipe foram descobertas durante a expansão marítima Portuguesa, em pleno reinado de D. Afonso V, entre os anos de 1470 e 1472. Ao comando de Fernão Gomes, os descobridores Pedro Escobar e João de Santarém encontraram este território ao longo da costa, outrora deserto. A 21 de Dezembro de 1470 descobriram a ilha de São Tomé, e um ano mais tarde a ilha do Príncipe.

Em 1486 deu-se a primeira tentativa de assentamento no território, após D. João II ter doado a ilha de São Tomé a João Paiva², que parte de Lisboa rumo às ilhas acompanhado de alguns portugueses e escravos de vários pontos do continente africano³. Portugal conferia alguns privilégios a quem permanecesse na ilha com o intuito de desenvolver a cultura da cana do açúcar, que mais tarde veio a tornar-se numa grande fonte de rendimento para a coroa portuguesa.

“Os primeiros colonos a desembarcar estabeleceram-se em Água Ambó, junto a Ponta Figo e só mais tarde chegaram ao local onde hoje se situa a cidade de S. Tomé”.⁴

São Tomé ficou marcado pela construção de uma capela, em madeira, dedicada à Nossa Senhora do Cabo, na qual se encontra

2 Fidalgo da casa do rei e morador na vila de Óbidos

3 SOUSA MORAIS, João; MALHEIRO, Joana Bastos, *São Tomé e Príncipe - As cidades Património Arquitetónico/ Architecture Heritage* (Casal de Cambra: Editora Caleidoscópio, 2013)

4 Silva, 2004, p.25

actualmente a igreja da Nossa Senhora das Neves.⁵

Quatro anos mais tarde a capitania deixa de pertencer a João Paiva para dar lugar a João Pereira. Este comando durou apenas quatro anos no qual a tentativa de povoamento foi insatisfatória.

Segundo Morais e Malheiro, *“O processo de ocupação e governação de muitas colónias portuguesas no século XV passou pelo denominado regime de capitanias, funcionando como delegações régias de grande espectro de poder administrativo e económico, reflectindo-se na ocupação do território e aplicação do corpus teórico da engenharia militar”*.⁶

Em 1493 Álvaro Caminha assume o regime de capitania, também ele foi nomeado donatário por D. João II, e é com este regime que se verifica um processo de colonização mais efectivo. Em 1496, Caminha leva consigo judeus, escravos e exilados⁷ e recebe ordens da administração portuguesa do Ultramar para disponibilizar uma escrava para cada colono português, com o intuito de procriar e assim aumentar a povoação das ilhas.

A baía de Ana Chaves foi o local escolhido, onde hoje se situa a cidade de São Tomé, para se fixar no território. A baía forma um porto natural, com características topográficas favoráveis que a tornavam

5 SOUSA MORAIS, João; MALHEIRO, Joana Bastos, *São Tomé e Príncipe As cidades Património Arquitectónico/ Architecture Heritage* (Casal de Cambra: Editora Caleidoscópio, 2013) p.62

6 Idem, p.64

7 Álvaro Caminha levava consigo *“(...)cerca de 2000 meninos filhos judeus castelhanos, arrancados aos pais batizados, colonos quase todos degredados, filhos de índios e alguns artifices e certamente alguns escravos brancos (...)”*.
IMVF, São Tomé. Ponto de partida, Chaves Ferreira Publicações S.A. Lisboa, 2008, p.49

num ponto estratégico para defesa do território e favorável às trocas comerciais.⁸ O seu declive pouco acidentado facilitou a produção de açúcar, pois a cana de açúcar desenvolve-se com muita facilidade nas terras baixas e nas várzeas dos rios.

Com a exploração intensiva da cana de açúcar a prosperar, e com os incentivos para que a população permanecesse na ilha, assiste-se a um grande crescimento demográfico e económico em São Tomé. Prospera a construção de algumas infra-estruturas públicas, como o Hospital, a Sé Catedral e a alfândega.

O arquipélago torna-se rapidamente num entreposto comercial de mão de obra escrava que, perante a sua localização geográfica, o colocava no centro das grandes rotas comerciais do atlântico e de África. O povoamento é caracterizado por uma grande miscigenação, isto é, uma mistura de povos de diferentes etnias⁹, sendo eles, na sua maioria, provenientes das antigas colónias portuguesas em África: Angola, Cabo-Verde e Moçambique.

No século XVI, a ilha de São Tomé passa por um período bastante instável. A produção de cana de açúcar decresce com a descoberta do Brasil e verifica-se uma época de grande instabilidade político-social aliada a grandes crises epidemiológicas.

A cidade de São Tomé, devido à sua localização, propicia a formação de pântanos devido à baixa capacidade de drenagem das águas, em especial na época das chuvas. As temperaturas altas, a humidade elevada, as chuvas abundantes e a baixa altitude criavam

8 PAPE, Duarte, REBELO DE ANDRADE, Rodrigo, *As Roças de São Tomé e Príncipe, Tinta da China, 2015*

9 FERNANDES, José Manuel, *Luso Africana*, Editora Caleidoscópio, 2015
Facto que ainda hoje se verifica.

assim as condições perfeitas para que o mosquito da malária se desenvolvesse, o que fez aumentar rapidamente a taxa de mortalidade. A somar à grave situação epidemiológica, seguem-se duas tentativas de invasão por partes dos Holandeses e mais tarde dos Franceses, que, embora sem sucesso, contribuíram para uma grande recessão económica, que, só mais tarde, no início do século XIX, veio a melhorar com a introdução da plantação da cultura do café por João Batista e Silva.

Este clima de instabilidade vivido na ilha, especialmente na cidade de São Tomé¹⁰, contribuiu para que, em 1753, a capital mudasse para a ilha do Príncipe. Só mais tarde, em 1852, é que a capital volta a ser a cidade de São Tomé, iniciando-se um novo ciclo económico com o surgimento de novas culturas intensivas como o café e o cacau. Estas culturas viriam a ser fundamentais para a prosperidade do arquipélago e para o aparecimento das grandes estruturas agrárias, denominadas de roças, que surgem como a forma de ocupação territorial.

Durante o período de colonização da Ilha de São Tomé e do Príncipe foram implantadas cerca de 200 roças que, na sua maioria, se organizavam em várias companhias agrícolas.

As produções agrícolas tiveram uma grande influência no modo de organização espacial do território. Estas situavam-se no interior da ilha e tiravam proveito da densa vegetação e do relevo acentuado do território. As zonas urbanas fixavam-se junto ao litoral, onde se localizavam os diversos portos, que facilitavam a entrada e saída

10 Anterior a 1753 a capital era a cidade de São Tomé. Devido ao paradigma vivido, a capital muda para a cidade de Santo António na Ilha do Príncipe, a fim de tentar controlar a propagação da doença da Malária.

de bens e produtos do país. Esta é uma estratégia comum a outras cidades insulares atlânticas de origem portuguesa como Ponta Delgada, nos Açores, ou o Rio de Janeiro, no Brasil.

Em 1875 é abolida a escravatura e os trabalhadores que antes estavam sob a tutela das capitânias portuguesas passam agora a ser livres, com direito a contrato de trabalho, renovável de três em três anos e um salário¹¹.

Com a independência nacional, no ano de 1975, é implementada uma reforma agrária, na qual as roças deixam de pertencer a um domínio privado e passam a ser do domínio do estado santomense. Esta medida visava melhorar as condições de vida nas roças, que eram muito precárias, e também retomar os altos níveis de produção que tinham vindo a decair com o processo de descolonização por partes dos portugueses. Contudo, este objectivo não é alcançado, levando a um cenário de degradação e pobreza até aos dias de hoje, provocado pela falta de acompanhamento dos governantes no território.

11 FERNANDES, José Manuel, *Luso Africana*, Editora Caleidoscópio, 2015 p. 34



Fig. 6
Mapa de localização do
arquipélago de São Tomé e
Príncipe no globo.

Geografia Física

Envolvido pelo azul profundo do mar e localizado no Golfo da Guiné, o arquipélago é composto por duas ilhas principais (ilha de São Tomé e ilha do Príncipe) e vários ilhéus, tendo assim uma extensão de 1001 km². As duas ilhas destacam-se pela sua natureza virgem e cultura pitoresca. A ilha de São Tomé possuiu uma área de 859 km², sendo esta a maior do conjunto. Pertencente a esta, destaca-se o ilhéu das Rolas, na ponta sul, e o ilhéu das Cabras, na ponta norte. A ilha do Príncipe apresenta uma área de 142 km², sendo de menor dimensão, e agregado a esta encontram-se o ilhéu Bom Bom e outros de menor escala.

O arquipélago encontra-se relativamente próximo da costa ocidental africana, a cerca de 380 km, e é resultado de uma actividade vulcânica. As ilhas apresentam um relevo muito acentuado. A ilha de São Tomé chega mesmo a possuir elevações superiores 1.000m, atingindo no ponto mais alto, o Pico, uma altura de 2.024m. Como consequência, nas zonas altas, a agricultura torna-se bastante difícil e apenas 16% dos solos tem capacidade para tal. Cerca de 40% da superfície corresponde ao Obó¹², que se localiza mais especificamente na parte central da ilha. A ilha do Príncipe tem uma morfologia bastante semelhante.

Os cursos de água, com características bastante irregulares, nascem nas zonas mais elevadas e vão desaguar nas zonas costeiras. Entre

12 O Parque natural do Obó contém uma floresta diversificada, bastante densa e húmida

eles destacam-se Água Grande, Rio do Ouro e Lembá, pela sua dimensão.

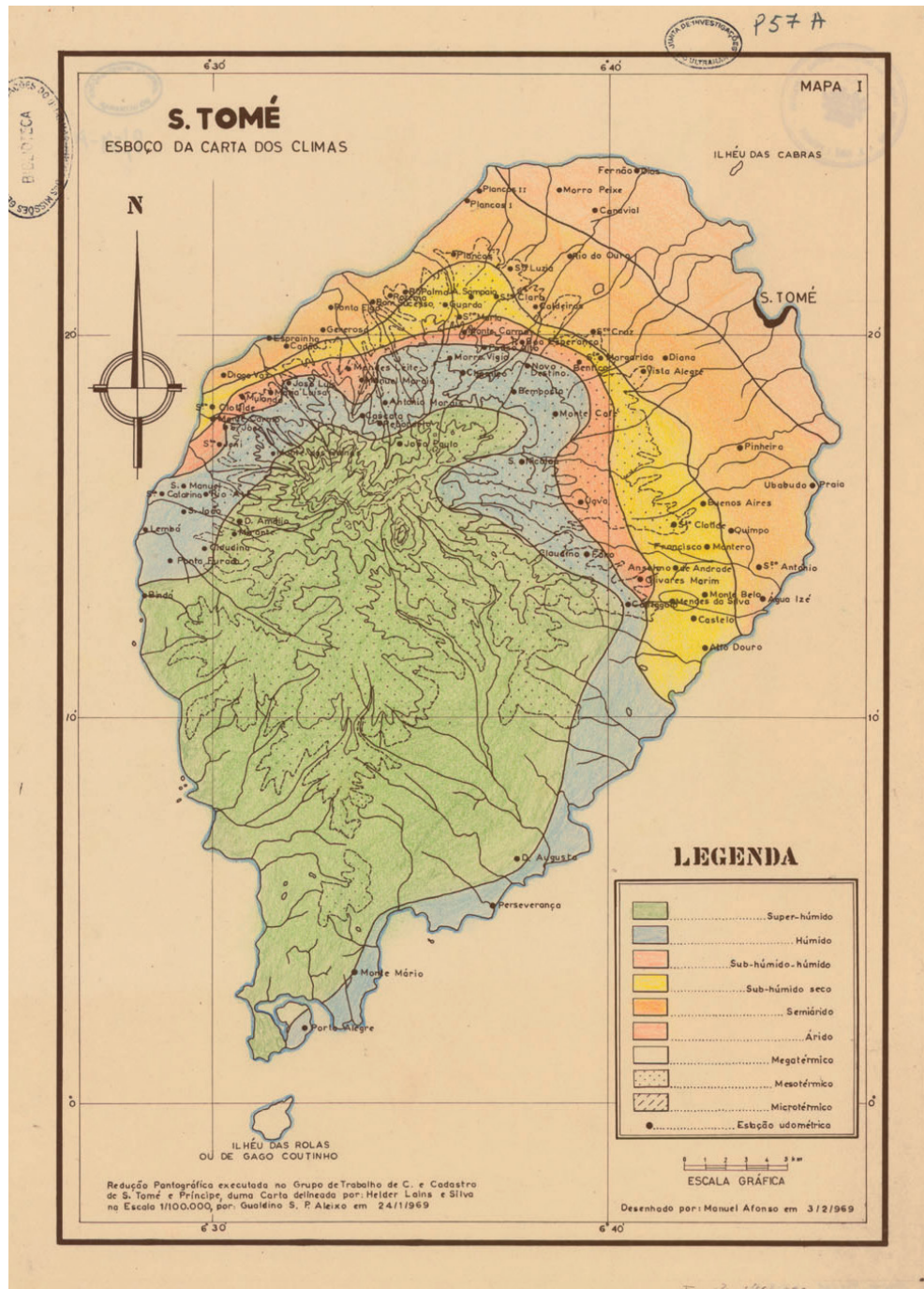


Fig. 7
Esboço da carta dos climas
da ilha de São Tomé,
desenhado por Manuel
Afonso em 1969.

Clima

O mais pequeno país de África encontra-se numa zona intertropical de convergência¹³ e possui um clima do tipo equatorial, onde as temperaturas variam pouco durante todo o ano.

Verificam-se duas estações por ano. Existe a estação seca, denominada de gravana, com uma duração de nove meses, entre Junho e Setembro. Esta caracteriza-se por temperaturas mais suaves, sem chuva ou com chuvas escassas. Há ainda a estação das chuvas, que geralmente vai de Outubro a Maio, apresentando temperaturas mais elevadas e chuvas intensas. A pluviosidade é, portanto, uma característica notável neste clima.

Muito influenciada pelo relevo, a temperatura média anual é de cerca de 24°C, enquanto que a humidade relativa atinge os 75%.

A sua localização, a origem vulcânica e o clima fazem com que possua uma grande riqueza de fauna e flora, com uma taxa de endemismo¹⁴ de 15,4% na ilha de São Tomé e de 9,9% para a ilha do Príncipe¹⁵.

A ilha de São Tomé está dividida em seis distritos sendo eles: Água Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zochi.

13 Esta zona está sujeita a sistemas de baixas pressões, movimentos ascendentes de massas vindas de uma grande altitude.

14 Espécie endémica corresponde à espécie ou organismo que é nativo de uma dada região ou cuja distribuição está restrita a essa região
Taxa de endemismo: Número de espécies endémicas relativamente ao número total de espécies

15 GUEDES, Manuel Correia, *Arquitetura Sustentável em São Tomé e Príncipe: Manual de boas práticas*. Lisboa, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2018, p.14

A ilha do Príncipe possui apenas um denominado de Pague, que atualmente possui um estatuto de Região Autónoma.

São assim duas pequenas ilhas extremamente ricas e únicas nos seus ecossistemas, chegando mesmo a ilha do Príncipe a ser considerada pela UNESCO¹⁶ como Reserva Mundial da Biosfera.

16 GUEDES, Manuel Correia, *Arquitetura Sustentável em São Tomé e Príncipe: Manual de boas práticas*. Lisboa, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2018, p.14

Demografia

Segundo o IV Recenseamento da População e da Habitação de 2012¹⁷, o arquipélago de São Tomé e Príncipe conta com um total de 187.356 habitantes e tem vindo a apresentar um crescimento constante ao longo dos anos. Em 2001, a população residente era de 137.599 habitantes, o que se traduz num crescimento de cerca de 30% em 11 anos.

Caracteriza-se como um país jovem uma vez que a maioria da população, cerca de 53%, tem menos de 19 anos de idade. A família santomense é constituída, em média, por 4.0 indivíduos, sendo que 76,4% é composta por 5 elementos ou menos¹⁸.

Segundo o último estudo do INE¹⁹, a taxa de desemprego apresenta-se nos 8,9%, número aparentemente baixo pois grande parte da população vive do trabalho informal, o que leva a uma situação económica precária. O acesso à educação é disponível apenas a uma pequena parte da população e verifica-se um abandono escolar muito elevado e precoce.

Na última década tem-se assistido ao fenómeno do êxodo rural. Segundo os dados do recenseamento de 2012, e comparativamente a 2001, o aumento da população nas zonas urbanas foi bastante elevado, principalmente nas periferias da capital. Este facto tem repercussões bastante visíveis no meio rural, verificando-se um

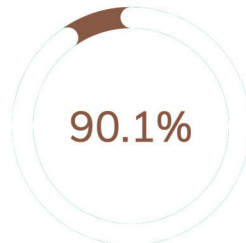
17 INE - Instituto Nacional de Estatística, 2012

18 Idem

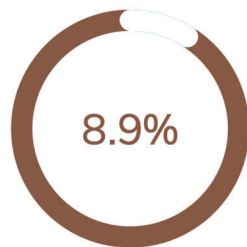
19 Estudo realizado em 2017



**INFLAÇÃO ACUMULADA
MAR 2020**



**TAXA DE
ALFABETIZAÇÃO**



TX. DESEMPREGO 2017



TX. DE VAR. DO PIB 2019

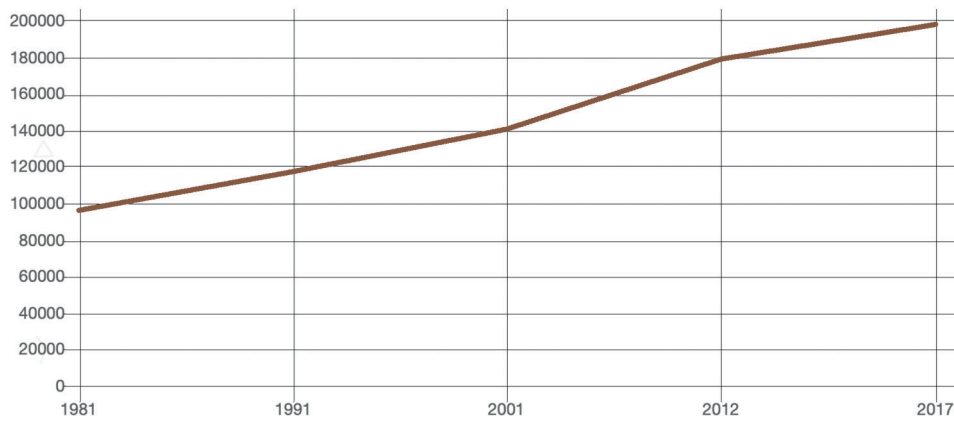


Fig. 8
Dados dos censos STP de
total da população

maior abandono das estruturas agrícolas - as roças - em prol da procura de melhores condições de vida e de mais oportunidades nos grandes centros urbanos.

A língua oficial é o português, contudo, estão presentes também outros dialectos falados nas diferentes regiões tais como o angolar, o forro, o lunguye e o crioulo de Cabo Verde, que são o reflexo das sucessivas emigrações que se registaram ao longo dos tempos, especialmente na época do colonialismo.





Fig. 9
Fotografia da Avenida Marginal na cidade de São Tomé, onde é visível o avançado estado de degradação em que se encontra.



Fig. 10
Fotografia de um edifício
com traçado colonial na
capital do arquipélago,
onde localiza a farmácia
local.

São Tomé hoje

Um local parado no tempo. Tanto em termos económicos como arquitectónicos, esta condição é notória, não só na cidade como também no resto do território. Nas roças é notório o estado de degradação do seu imponente edificado, encontrando-se na sua maioria em ruína. Aos poucos começam a surgir projetos de reconstrução/reabilitação, com vista a recuperar e dar uma nova vida ao edificado existente, como é o caso da roça São João dos Angolares.

Actualmente, as culturas do cacau e do café são praticamente inexistentes, o que leva a um abandono das roças e, conseqüentemente, a uma implantação de um tipo de agricultura meramente de subsistência. Este tipo de apropriação dos terrenos com carácter agrícola diminuto contribuiu para o decréscimo da possibilidade de crescimento económico e sócio-cultural, focando-se somente na plantação como meio de sobrevivência e deixando de parte a possibilidade de crescimento e desenvolvimento sustentável.

Na cidade de São Tomé, as marcas da arquitetura colonial são notórias, desde os seus imponentes edifícios à própria traça da cidade. Contrariamente às roças, aqui, o edificado encontra-se em melhor estado, mesmo que a sua maioria, e alguns na sua totalidade, necessitem de alguns melhoramentos. Muitos deles ainda cumprem as funções para as quais foram projectados, como é o caso do Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe, o arquivo histórico, a biblioteca, entre outros. Os restantes edifícios com um traçado colonial



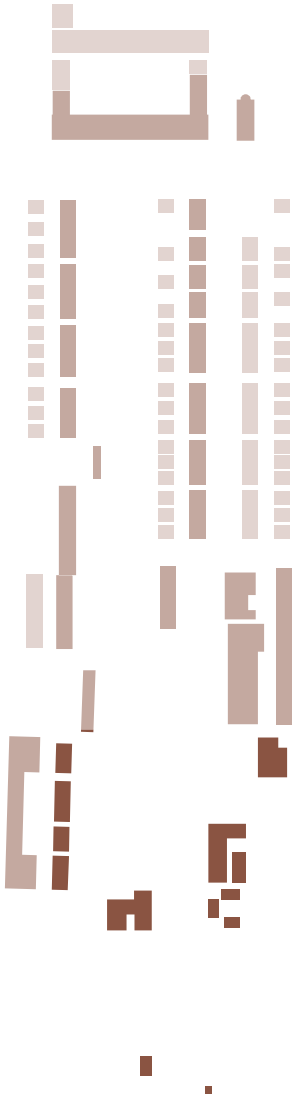
Fig. 11
As mulheres que se encontram na Avenida Marginal a venderem o peixe ainda vivo, que os homens acabaram de pescar.

encontram-se num avançado estado de degradação, servindo outros propósitos, na sua maioria como habitação. Perderam a sua função e as comunidades vivem sem acesso a saneamento básico e energia, vivendo no limiar da pobreza.

Adversamente, na cidade, a avenida marginal que percorre a extensa baía de Ana Chaves, e que tal como o nome indica, é uma das principais vias da cidade, que a liga ao aeroporto e às suas duas estradas nacionais, encontra-se bastante degradada, com as suas balaustradas praticamente destruídas e deixadas no chão.

Neste eixo principal faz-se notar um fluxo constante de pessoas: os estudantes que vão e voltam das escolas, os pescadores que preparam as suas redes para mais um dia de trabalho, as mulheres que vendem o peixe ainda vivo acabado de pescar, os locais que aproveitam um banco à sombra para uma pequena sesta, e ainda os turistas que depois de um dia de passeio pela ilha fazem uma caminhada na marginal aproveitando a ligeira brisa que corre numa cidade onde a violência praticamente não existe. A internet não é fácil de encontrar e a azáfama típica da “nossa cidade” é um mero vislumbre.

Encontramos apenas um povo feliz, disponível a partilhar com os seus visitantes a sua cultura e os seus costumes.



02

O contexto

As Roças





Fig. 12
Vista do antigo Hospital da
Roça Água-lzé sobre todo o
conjunto habitacional.

“Foi nas Roças que São Tomé e Príncipe cresceu, foi nas roças que se desenvolveu e modernizou, que se construiu e se organizou socialmente em estruturas de poder, e para mostrar o seu poder ao mundo.”²⁰

20 PAPE, Duarte; REBELO DE ANDRADE, Rodrigo, As roças de São Tomé e Príncipe, Lisboa, FAUP, p.7

A roça como agente estruturante do território

O clima tropical húmido de São Tomé e Príncipe e a sua densa fauna e flora proporcionaram o desenvolvimento da agricultura e a produção de culturas intensivas de cacau e de café nos finais do século XIX e inícios do século XX. Com a produção destas culturas surgiu o termo roça, que é retratado como uma *“(...) arquitectura de incontestável valor construtivo, e que para além disso, está inserida numa paisagem exuberante. Apresenta uma pluralidade incontestável, quer na traça dos edifícios, quer na organização funcional dos complexos agrícolas”*²¹.

As roças foram projectadas como pequenas cidades com o objectivo de fornecer à sua população residente uma grande autonomia, tornando-se assim auto-suficientes. Estas sociedades agrícolas eram na sua maioria proprietárias de várias roças, com uma organização geralmente partindo de uma “roça mãe” denominada de sede, que continha uma ou mais dependências espalhadas pelo território, formando assim a companhia agrícola.

As dependências, geralmente mais pequenas do que a roça sede, tinham como finalidade aumentar a área de influência, e promover outras actividades, tornando assim possível o cultivo de outras matérias-primas necessárias, como a produção de gado ou o armazenamento da matéria prima a escoar. É de salientar que, em regra, eram situadas em locais estratégicos para facilitar a troca de mercadorias e a exportação.

21 ANDRADE, 2008, p. 19

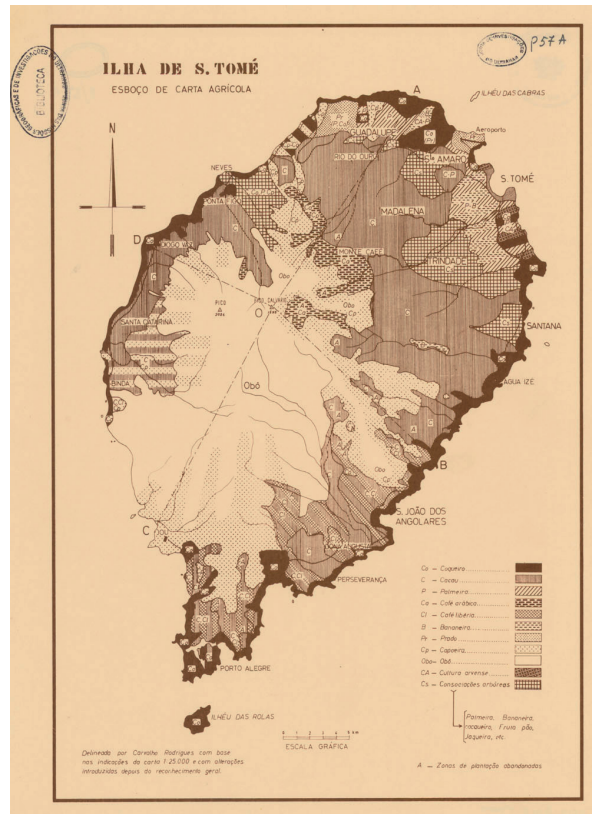


Fig. 13
Mapa representativo das zonas agrícolas delineado por Carvalho Rodrigues.

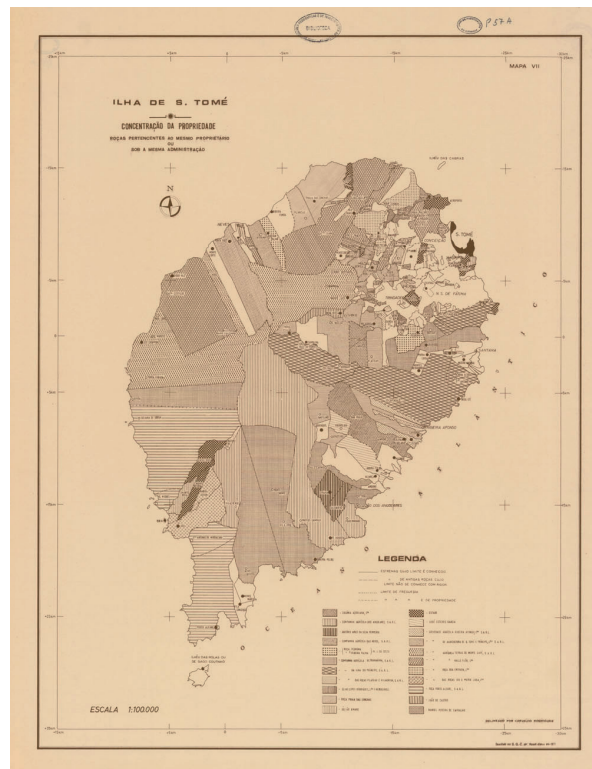


Fig. 14
Mapa representativo das concentrações das Propriedades - Roças pertencentes ao mesmo proprietário ou sob a mesma administração.

“Eram, assim, espaços de permanentes trocas de mercadorias, não apenas com o objetivo de exportação mas também de abastecimento mútuo de produtos ou serviços, permitindo a auto-suficiência e o funcionamento produtivo da companhia ao longo de todo o ano.”²² .

Esta implementação obedecia a um programa bastante complexo que, segundo Manuel Correia Guedes, era composto pelos seguintes usos: habitacionais (casas dos administradores, dos trabalhadores europeus e dos trabalhadores negros, denominadas de sanzalas), agro-industriais (secadores, armazéns e edifícios de suporte à atividade produtiva), de assistência (áreas de saúde, educação e apoio social), de manutenção (estábulo, serralharias, carpintarias ou oficinas), de transformação (fábricas de sabão, de óleo de palma, de cal ou de tijolo) e até de apoio alimentar (padarias, pocilgas, galinheiros, currais ou lojas). Com este sistema, a estrutura roceira proporcionava um grande leque de serviços, reduzindo a necessidade de importações vindas do exterior. A simples troca de mercadorias bastava, e foi um grande impulsionador do desenvolvimento do sistema viário, portuário e ferroviário, do tipo *decauville*²³ que fazia a ligação entre a roça sede e as dependências, bem como a ligação aos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, ao porto de modo a exportar o produto²⁴.

22 GUEDES, Manuel Correia, *Arquitetura Sustentável em São Tomé e Príncipe: Manual de boas práticas*. Lisboa, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2018, p.16

23 Decauville é um sistema de caminhos-de-ferro de via ultra-estreita (bitola de 40 e 60 centímetros) que ficou conhecido pelo nome do seu inventor, Paul Decauville. Tornou-se comum em domínios agrícolas, mineiros e industriais pela fácil e rápida montagem.

24 GUEDES, Manuel Correia, *Arquitetura Sustentável em São Tomé e Príncipe: Manual de boas práticas*. Lisboa, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2018, p.17



Fig. 15
Entrada principal do antigo
Hospital da Roça Água-lzé.

Organização e tipologias

Todas as roças do arquipélago, independentemente da implantação territorial, apresentam características singulares, porém, são também compostas por elementos que são comuns em todas as tipologias, respeitando uma mesma regra de organização territorial e urbana.

As roças funcionavam de acordo com uma ordem, seguindo uma hierarquização social e de espaços. A cada espaço correspondia um serviço e um destinatário específico.

Era no terreiro, o núcleo central dessa hierarquização, que se concentravam os acontecimentos do quotidiano, sendo assim o lugar de maior importância. Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade comparam então o terreiro a um “pulmão” pois é a partir dele que se desenvolve todo o conjunto roceiro, sendo este o espaço central e orientador de todo o complexo. O sino, que marcava a hora da refeição e o dia de pagamento, situava-se no terreiro, formalizando assim este espaço como o palco dos acontecimentos do quotidiano.

A casa principal, ou também denominada de casa do proprietário, era um elemento presente em todas as roças independentemente da sua dimensão, tendo uma implantação estratégica, geralmente alinhada sobre o eixo do terreiro ou da avenida. Deste modo, destacava-se do resto do plano e beneficiava da ampla visibilidade sobre toda a roça, reforçando a diferença hierárquica e de estatuto entre patrões e serviçais.

Construtivamente, apresentava-se como uma tipologia arquitectónica tipicamente colonial, geralmente composta por

dois pisos e varandas alpendradas com coberturas prolongadas, apresentando em toda a sua imagem uma grande riqueza de desenho, de ornamentos e acabamentos.

Por sua vez, as sanzalas apresentavam-se como o conjunto de habitações dos empregados da roça. Eram de uma enorme simplicidade funcional e construtiva. Estas são o reflexo das condições humildes em que estes trabalhadores viviam, com condições de salubridade muito reduzidas. Tipicamente compostas por quatro, oito ou dez unidades agrupadas, com cerca de 14 m² cada, formavam edifícios alongados com um único piso.

Construtivamente, apresentavam paredes a meia altura de modo a facilitar a ventilação, mas sacrificando a privacidade dos seus habitantes. As coberturas tinham sempre duas águas, estas acompanhavam a simplicidade do edificado, o qual era desprovido de qualquer adorno ou decoração. Por norma, estas habitações encontravam-se no interior da estrutura da roça, chegando muitas vezes a formar-se pequenos bairros.

Os equipamentos de produção agrícola diferiam bastante entre cada roça, no entanto, existem elementos que são concordantes, como os armazéns os secadores e as oficinas.

As edificações agro-industriais ocupavam uma grande parte da área construída da roça. Eram elementos de extrema importância, pois quanto mais eficientes fossem, maior seria a produtividade da mesma. Na maioria dos casos situavam-se longe das sanzalas devido ao cheiro intenso que o processo de fermentação do cacau provocava, mas num local com vista privilegiada para os seus administradores. Estes equipamentos caracterizam-se por serem pavilhões longos e esguios com coberturas em duas águas e paredes a meia altura de

modo a promover a ventilação natural.

Dependendo da dimensão da roça, podia-se verificar a existência de outros elementos ligados à educação e à saúde, considerados como edificado de excepção, e que eram geralmente assegurados pela roça sede.

O hospital, por exemplo, simbolizava o culminar da autonomia e modernidade da roça²⁵. Servia não só a roça na qual estava implementado, mas também roças vizinhas de menor dimensão. Toda a população residente tinha acesso aos serviços de saúde²⁶. O mesmo não se verificava na metrópole, onde se estima que apenas 15% da população tinha acesso ao mesmo tipo de serviços de saúde. Este edificado, era comumente implantado nos limites das estruturas edificadas e nos pontos mais elevados do complexo da roça de modo a assegurar as melhores condições de salubridade e favorecer a ventilação natural cruzada, e ainda uma boa exposição solar.

A grande diversidade de morfologias das roças existentes é notória, dependendo do território onde se implementavam e nas suas características morfológicas, sendo possível agrupá-las, segundo Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade, em quatro tipologias distintas: **roça-terreiro, roça-avenida, roça-cidade e roça-atípica.**

25 *IMVF, São Tomé. Ponto de partida*, Chaves Ferreira Publicações S.A. Lisboa, 2008, p.50

26 IDEM p.51

A **roça-terreiro** foi o primeiro modelo a ser implantado no território. Trata-se do modelo mais simplificado do conceito de roça e acaba por ser a tipologia mais presente em todo o arquipélago de São Tomé e Príncipe. É a partir desta tipologia que as restantes roças se foram desenvolvendo, acabando por se considerar a génese do modelo de roça. A sua configuração segue a articulação genérica, estabelecendo-se em torno de um núcleo quadrangular, o qual centraliza diferentes funções. O edificado “vira-se” para o terreiro, intensificando a sua organização introvertida²⁷.

Esta tipologia permite ter um grande controlo sobre tudo o que se passa no seu interior, o que na época era bastante proveitoso para o controlo dos trabalhadores negros e do trabalho diário na roça.

São exemplos desta tipologia ao longo do território as roças Monte Café, Valle Flôr, Java, Micondó, Monte Macaco, Generosa, Pedroma, Queluz, Ribeira Afonso, Uba-Budo, Santa Fé e Vila Braga e a roça Sundy na ilha do Príncipe.

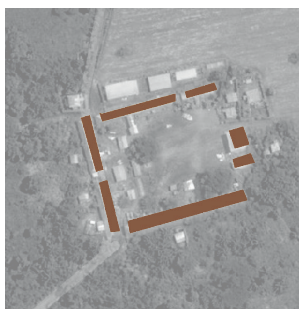


Fig. 16
Esquema da Roça Canavial

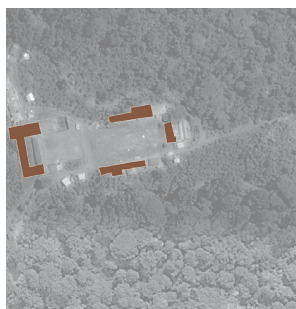


Fig. 17
Esquema da Roça Pedroma

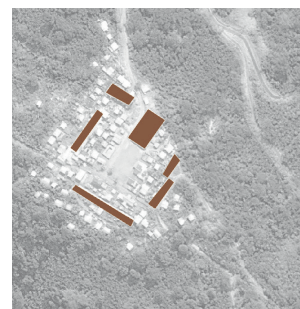


Fig. 18
Esquema da Roça Generosa

27 VICENTE, Marte. *(Re)Viver as Roças, Reabilitação Participada das Roças de São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2016

A **roça-avenida** surge numa fase já mais evoluída do desenvolvimento do território santomense. É visível e clara a intenção projectual e arquitectónica, sendo esta mais complexa e de maior escala. Tal como o próprio nome indica, caracteriza-se por uma extensa avenida, ou *“espinha-dorsal que percorre todo o complexo”*²⁸ e que liga dois terreiros, localizados um em cada extremo da avenida. São nestes espaços que culminam os edifícios de maior importância, o edifício de excepção, como por exemplo o hospital e a casa principal. Ao longo deste eixo localizam-se os espaços maioritariamente públicos, como as sanzalas, armazéns e escritórios, dotados de pequenos terreiros privados.

A morfologia desta tipologia revela uma fase e um avanço. O mesmo dá-se através da evolução no processo das produções, onde se passa a reconhecer os benefícios de uma organização mais extensa e menos controlada, contrária à que se verificava na roça-terreiro. Devido à sua vasta dimensão e extensão considera-se a roça avenida com uma escala urbana.

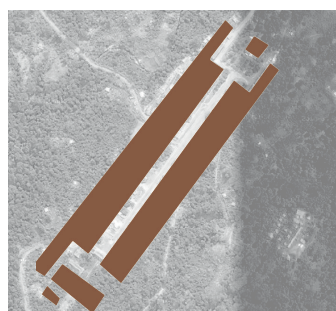


Fig. 19
Esquema da Roça Rio do
Ouro

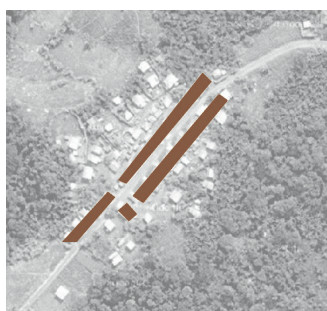


Fig. 20
Esquema da Roça Santa Luzia

28 PAPE, Duarte; REBELO DE ANDRADE, Rodrigo, *As Roças de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Tinta da China. 2013, p.44

Apesar da sua imponência e extensão territorial, esta tipologia é rara na ilha de São Tomé, precisamente devido à dificuldade de implantação num território tão acidentado, caracterizado pelos seus declives muito elevados.

Ao longo da ilha destacam-se a roça Rio do Ouro, também denominada de Agostinho Neto, e Santa Luzia como exemplos desta tipologia.

A **roça-cidade** marca o auge da evolução das estruturas das propriedades agrícolas. Como o seu nome sugere, a **roça-cidade** apresenta características urbanas, agrupando em si várias tipologias das roças referidas anteriormente.

Com o desenvolvimento da ilha, o crescimento e a respetiva necessidade de expansão das estruturas agrárias desenvolvem-se formando *“uma malha de ruas, jardins e praças, cada qual com sua função e importância, em tudo semelhante ao processo de crescimento da urbe”*.²⁹

Este modelo é implementado à semelhança do que acontece numa cidade, não apresentando, porém, uma hierarquização dos espaços como acontecia com os modelos referidos anteriormente.

Esta é a primeira tipologia que prevê um traçado para o crescimento gradual da roça de acordo com o aumento da população local, pré-

29 PAPE, Duarte; ANDRADE, Rodrigo Rebelo de, *As Roças de São Tomé e Príncipe*. Lisboa:Tinta da China. 2013, p.50

estabelecendo eixos de expansão territorial.

Rapidamente tornou-se no modelo mais notável do arquipélago, que servia de sede das grandes companhias agrícolas e acabava por suportar as pequenas roças das suas imediações. O seu carácter urbano, e de sustento territorial, ergueu o conceito de roça ao seu ponto mais elevado.

Dentro desta categoria destacam-se as roças Água Izé, Boa Entrada, Diogo Vaz, Monte Café, Morro Peixe, Ponta Figo, Porto Alegre e Santa Catarina. Catarina.

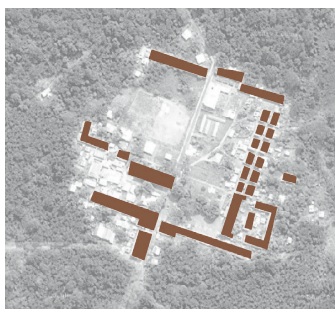


Fig. 21
Esquema da Roça Ponta Figo

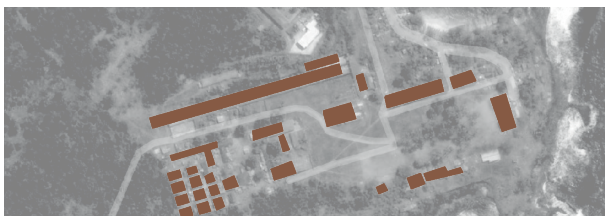


Fig. 22
Esquema da Roça Porto Alegre

A **Roça-Atípica** não responde a uma regra ou tipologia previamente estabelecida. Os espaços e serviços eram organizados consoante as necessidades e os programas das roças, verificando-se na sua maioria a existência de um ou mais terreiros, afirmando-se este como um elemento constante em todas as propriedades. O crescimento era feito na medida do que era essencial, consoante as necessidades específicas da produção.

Podem ter-se como exemplos desta tipologia as roças Favorita, Fraternidade, Maianço, Monte Forte, Nova Moca, Nova Olinda, Ribeira Funda, São João dos Angolares e São Nicolau.



Fig. 23
Esquema da Roça Favorita

A arquitectura vernacular em São Tomé

Após a independência e com o êxodo rural que se verificava na época, e o conseqüente crescimento da população, a arquitectura vernacular veio afirmar-se como o modelo de expansão territorial devido à escassez de recursos financeiros.

Segundo Tenreiro, *“o tipo de habitação na ilha de São Tomé é de traça quadrangular, assenta em estacaria e é inteiramente construída por elementos vegetais - tabuada, palha, nervura, e andavas de certas palmeiras. A necessidade de ventilação exigida pelo clima tropical, a protecção a animais (principalmente parasitas) e a protecção da madeira às agressões climatéricas e xilófagas, constituem mais-valias da opção da elevação ao solo.”*³⁰

A casa típica santomense é, normalmente, composta por uma só divisão, sendo ela ambivalente, integrando uma zona de estar e uma zona de dormida. As zonas de confecção e as instalações sanitárias são habitualmente externas ao núcleo da habitação. É característico nestas habitações a presença de varandas profundas com ornamentos cuidadosamente trabalhados, introduzindo uma riqueza cromática que não passa despercebida³¹.

No exterior, adjacente à casa, encontra-se o quintal, elemento que

30 FERNANDES, Ana Silva; SÁ, Manuel Fernandes; PÓVOAS, Rui Fernandes. Palafitas por terra: *A Arquitectura Popular em São Tomé e Príncipe. Influências, Sistemas Construtivos e Potencial para o desenvolvimento*. 6º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia, Maputo, 2011, p. 1

31 GUEDES, Manuel Correia. *Arquitetura sustentável em São Tomé e Príncipe: Manual de boas práticas*. p.20

é comum em grande parte das habitações e que é utilizado para cultivo de bens alimentares para sustento próprio.

A arquitectura popular presente em São Tomé pode ser definida por uma arquitectura espontânea, onde o seu construtor é, na sua grande maioria, o próprio morador, que recorre aos materiais locais da região para a construção da sua própria habitação.

A madeira assume-se assim como o principal material utilizado, uma vez que existe em abundância em todo o território e permite soluções rápidas e económicas. Na cobertura recorre-se à utilização de placas galvanizadas de zinco, por ser um material de fácil aplicação a um baixo custo e que possibilita elevadas inclinações da cobertura.

O clima das regiões tropicais obrigou a uma forma de projectar distinta. A ventilação natural, o ensombramento e a vegetação passaram a ser as ferramentas a utilizar para atingir um equilíbrio entre o edifício e o clima, e que se demonstraram ser extremamente eficazes.



Fig. 24
Arquitectura
popular da ilha do Príncipe
- construção em madeira
sobre palafitas.



Fig. 25
Uma habitação tradicional vernacular local na localidade de Santa Catarina - uma das zonas mais pobres do arquipélago.



Fig. 26
Uma habitação tradicional vernacular local - construção em amdeira sobre plafitas e com adornos na fachada representativo de uma melhor condição social.





Fig. 27
Local de chegada do comboio do império Valle-Flôr à Roça Fermão Dias - dependência da roça Rio do Ouro - para exportação dos seus produtos.



Fig. 28
As Sanzalas nos dias de
hoje da Roça Água-lzé.

As roças hoje

As roças de São Tomé e Príncipe representam grande parte do património nacional e simbolizam a herança deixada pelo seu povo. Actualmente, apesar da sua importância, estas encontram-se, na sua maioria, bastante degradadas e desaproveitadas.

O que outrora eram gigantescos complexos agrícolas que produziam grande parte do cacau exportado para todo o mundo, hoje servem apenas para habitação e para cultivo de bens primários essenciais à subsistência do seu povo.

Tal como sucedeu após a independência em 1975, o estado continua a ter posse deste património, com excepção de algumas roças de pequenas dimensões que foram compradas e exploradas por entidades privadas, e que são as únicas que sofreram algum tipo de intervenção.

O combate à degradação tem como intuito tentar preservar a história e identidade destas estruturas e do edificado singular que as compõem. A reabilitação destes edifícios é suportada e apoiada pelo turismo que é visto como um potencializador económico, com capacidade de gerar riqueza, promover a preservação do património e fornecer recursos à população local.

Após a visita a várias roças do arquipélago, tornou-se notório que existe um sentimento de conformismo por parte dos seus habitantes, onde nada se produz, nada se faz.



Fig. 29
A entrada da antiga casa do proprietário da Roça da Boa Entrada, hoje ocupada pelos seus habitantes.

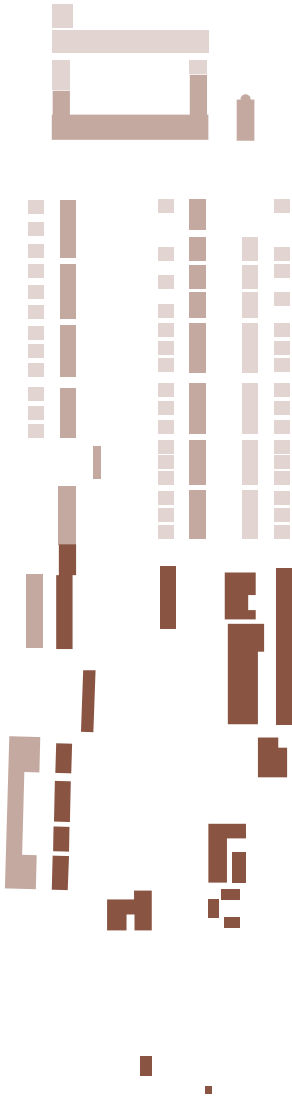


Fig. 30
O piso superior da antiga casa do proprietário da Roça da Boa Entrada, hoje é utilizado para estender a roupa.

Os seus habitantes vivem conformados com o que têm e com as condições nas quais habitam, num ritmo de vida *leve-leve*³².

Com isto considera-se necessário, num sentido de promover a melhoria da qualidade de vida da população, educar a mesma para que esta perceba o valor único do seu património, revertendo assim o declínio destas estruturas agrárias, que são características singulares deste território. O mais recente levantamento das roças, realizado pelos arquitetos Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade em 2013, estima que das 200 roças implementadas no território de São Tomé e Príncipe apenas 122 sobreviveram até hoje.

32 Do forro, "lévi lève" é a expressão utilizada pelo povo santomense para descrever o seu ritmo de vida. Onde as preocupações são escassas, a terra é fértil, a natureza é generosa e no mar abundam peixes.



03

O lugar

Roça Rio do Ouro

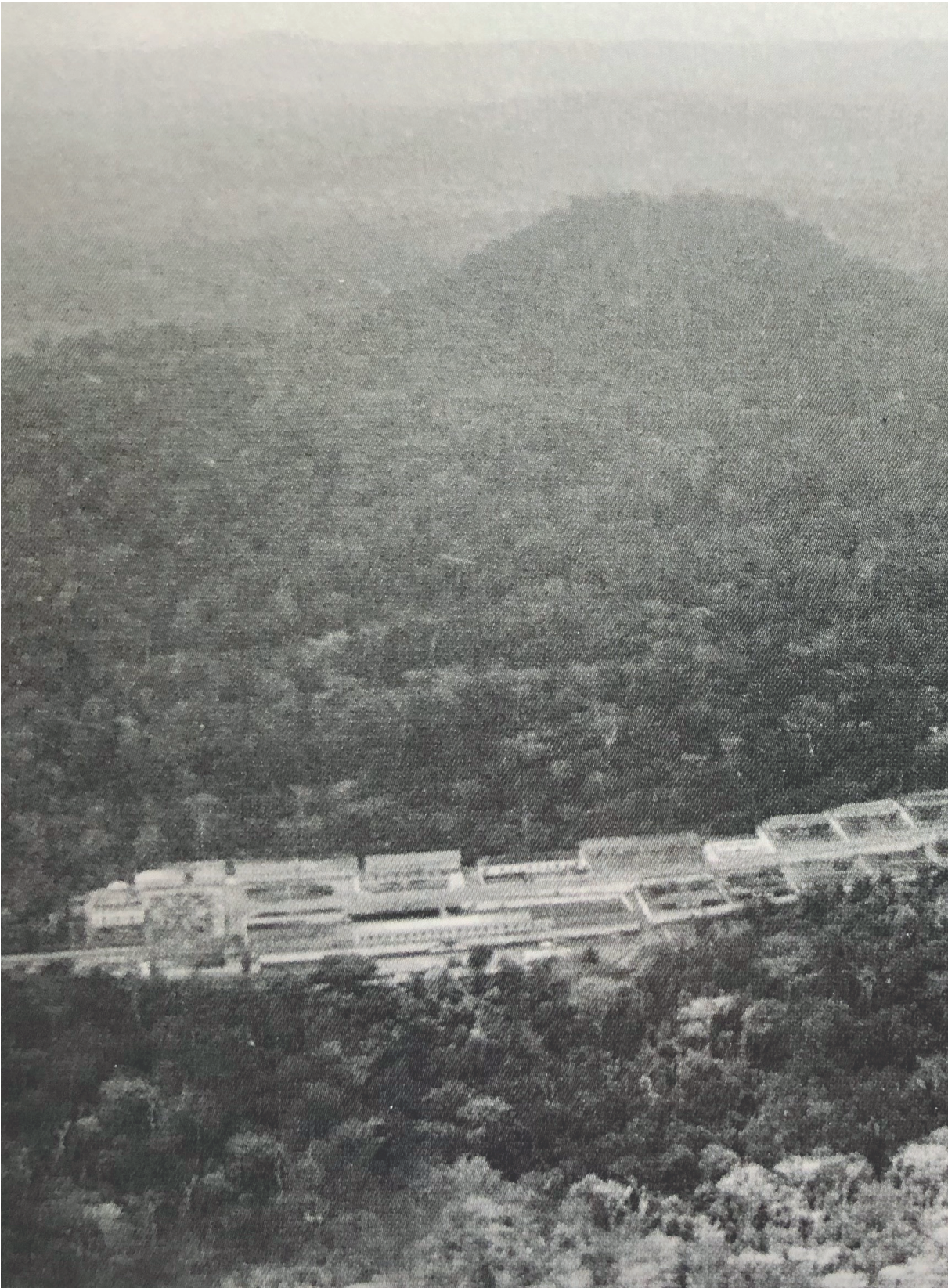




Fig. 31
Fotografia histórica da Roça
Rio do Ouro



Fig. 32
Fotografia histórica da
apanha do cacau nas
propriedades do império
Valle-Flôr.

Contexto histórico

O império Valle Flôr

Tudo começa em 1817 com a chegada às ilhas de um jovem português, com apenas 16 anos, natural de Murça, José Luís Constantino. As suas ideias inovadoras e o seu espírito empreendedor, aliados às alterações da estrutura fundiária e aos grandes investimentos no sector da agricultura³³ no arquipélago, foram essenciais para este viesse a tomar posse do que viria a ser o maior império agrícola presente nas ilhas de São Tomé e Príncipe.

A primeira propriedade que adquiriu foi precisamente a roça Valle Flôr, de pequena dimensão e que estava localizada entre a Vila da Madalena e a Vila de Santo Amaro. Anos mais tarde, munido de maiores capitais e já condecorado Visconde de Valle Flôr, adquire a sua primeira grande propriedade agrícola, a roça Diogo Vaz, localizada no quadrante noroeste da ilha de São Tomé.

De seguida, adquire a Roça Rio do Ouro (hoje denominada de Agostinho Neto), também de grande dimensão, que, com as suas respectivas dependências, se estendia desde o alto das montanhas até à praia de Fernão Dias.

“De notar que a roça Rio do Ouro é das mais antigas de São Tomé, pois é já referida em 1610, quando então pertencia à misericórdia de Lisboa e era lugar de fabricação de açúcar”.³⁴

33 Com grandes apoios do BNU (Banco nacional Ultramarino)

34 Cristina Maria Seuanes Serafim, *As Ilhas de São Tomé no século XVII*, CHAM, FCSH, UNL, Lisboa 2000, p. 203

No ano seguinte, em 1904, adquire a roça Bela Vista, também ela com uma dimensão considerável, estendendo-se da Vila de Santo Amaro até à praia Lagarto, localizada nas proximidades da cidade de São Tomé.

O império Valle Flôr adquire então uma extensão considerável e José Luís Constantino passa a possuir um dos maiores impérios agrícolas presentes no arquipélago. Nestas estruturas, o marquês de Valle Flôr distinguia-se por tentar garantir boas condições de trabalho para os seus operários assegurando que o trabalho era remunerado, ao invés do que acontecia no trabalho escravo.

Aqui produzia-se o *“famoso Cacau de São Tomé”*³⁵, denominado assim não só pela sua qualidade como também pela sua quantidade abundante. No entanto, a Grã-Bretanha apelidou-o de cacau escravo, questionando assim este movimento das colónias portuguesas em África.

A sociedade agrícola Valle Flôr teve um grande contributo para o processo de modernização da agricultura em São Tomé, com a introdução de maquinaria bastante sofisticada para a altura. Introduziu a linha férrea, através do sistema decauville, que atravessava as suas propriedades e tinha uma extensão, no seu auge, em 1910, de 204 km, surgindo assim como resposta ao grande problema do transporte de produtos. Instalou também centrais hidroelétricas nas roças Diogo Vaz e Rio do Ouro, aproveitando os cursos de água existentes para a produção de energia elétrica nas mini-hídricas. Além disso, adoptou ainda o inédito sistema de secagem do cacau, que viria a agilizar todo o processo.

35 IMVF, São Tomé. Ponto de Partida, Chaves Ferreira Publicações S.A., 2008, p. 13

Roça Rio do Ouro

Intitulada inicialmente por roça Rio do Ouro, nome homónimo ao rio que lhe é adjacente, o Ouro, encontra-se embrenhada na densa e verde vegetação local e localiza-se na zona norte da ilha de São Tomé, mais especificamente, no distrito de Lobata, a 2,1km da cidade de Guadalupe.

O seu nome original, Rio do Ouro, permaneceu até 1975, data da independência de São Tomé e Príncipe, quando passou a ser denominada de Empresa Estatal Agropecuária Dr. António Agostinho Neto, em homenagem ao primeiro presidente Angolano³⁶.

Foi fundada em 1865 por Gabriel de Bustamente e anos mais tarde passou a ser dirigida e explorada por José Constantino Dias, mais conhecido por Marquês de Valle Flôr.

Sede da sociedade agrícola Valle Flôr, a roça formava o maior império agrícola da ilha com dependências localizadas em pontos estratégicos como Poiso Alto, Água Sampaio, Chamiço, Caldeiras, Boa Esperança, Valle Flôr, Canavial e Fernão Dias.

Era considerada uma das maiores, mais emblemáticas e imponentes roças do país, muito devido à avançada tecnologia que nela existia, para responder às necessidades de cultivo existentes. Era detentora do sistema ferroviário mais desenvolvido que se podia encontrar na ilha, com mais de 50 km de extensão “(...)a partir do qual se

36 PAPE, Duarte; REBELO DE ANDRADE, Rodrigo, As Roças de São Tomé e Príncipe. Lisboa:Tinta da China. 2013, p.126

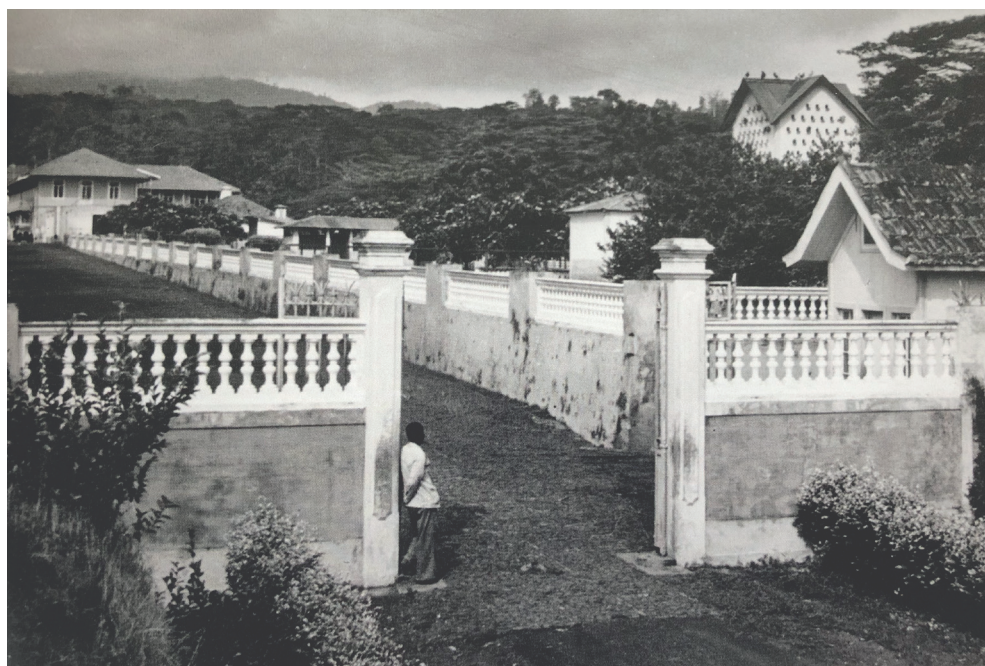
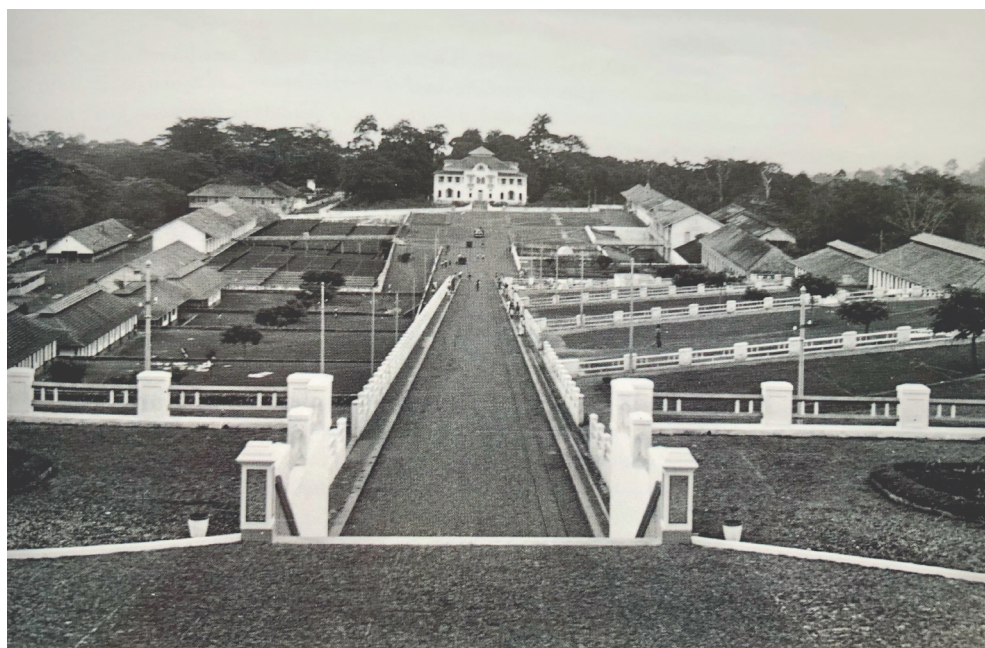


Fig. 33
Fotografia histórica da vista do antigo hospital sob a Roça Rio do Ouro.

Fig. 34
Fotografia histórica da entrada principal da Roça Rio do Ouro

estabelece a ligação e o abastecimento entre as suas dependências e o porto, localizado na roça Fernão Dias”.³⁷

Em 1924, a roça tinha cerca de 2.500 empregados, dos quais cerca de 1.950 eram trabalhadores negros.

A roça é composta por uma grande avenida, encaixando-se na tipologia de roça-avenida, sendo este o elemento que define o seu planeamento urbano, que organiza toda a sua estrutura e a distingue das demais roças do arquipélago. A longa artéria central concentra o edificado de excelência nas suas extremidades, *“A sua configuração (...) representa uma maior intencionalidade de projeto”* ³⁸.

A avenida é ladeada por um conjunto de sanzalas que continham o seu terreno privativo e se dispunham *“através da sucessão de plataformas planas ou socalcos, enquadrados com os mesmos edifícios, assumindo funções hierárquicas, sociais e produtivas.”*³⁹

Nas extremidades situavam-se as casas dos trabalhadores portugueses e ao centro os escritórios, fábrica, os modernos secadores de cacau com tabuleiros retrácteis, armazéns e oficinas com a mais avançada maquinaria hidráulica da época. Pode-se dizer que formava um enorme e organizado pólo industrial.

O conjunto hospitalar da roça Rio do Ouro, localizado no extremo mais elevado da roça, simbolizava o *“culminar da autonomia e modernidade da roça”*.⁴⁰

37 PAPE, Duarte; REBELO DE ANDRADE, Rodrigo, As Roças de São Tomé e Príncipe. Lisboa:Tinta da China. 2013, p.43

38 Idem, p.44

39 Idem, p.56

40 IMVF, Ponto de Partida, Chaves Ferreira Publicações S.A., 2008, p.14



Fig. 35
Fotografia histórica do
antigo hospital da Roça Rio
do Ouro.

Este conjunto, construído nos anos 20, sob influência art déco, era composto por uma imponente fachada com cerca de 100 metros de comprimento, perpendicular ao seu eixo definidor - a longa avenida com mais de 600 metros - e assemelhava-se em muito às grandes unidades hospitalares que existiam na metrópole lusa, como é o caso da maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa.

O moderno hospital foi projectado com a habitual tipologia de duas grandes alas, feminina e masculina, separadas pelo corpo central com um piso superior onde se situavam as enfermarias dos trabalhadores europeus. Este piso superior veio acentuar a imponência deste complexo, fazendo-se notar de qualquer ponto da roça. No tardo do corpo principal situavam-se ainda a maternidade e a unidade de tratamento de doentes infecto-contagiosos e pequenas edificações de apoio.

O edificado encontra-se sobreelevado do solo, apoiado em arcos de alvenaria de pedra para combater a insalubridade, evitar as humidades dos solos, os mosquitos e promover uma boa ventilação.

Na ponta oposta localiza-se a casa museu, provida de um jardim botânico na parte tardo do edifício.

Bem delimitada, a roça contava com uma entrada lateral, junto à casa do guarda, e uma entrada de serviço, na zona central, a uma cota inferior, destinada aos equipamentos agrícolas. Estas delimitações tinham como propósito permitir ao proprietário um maior controle do funcionamento da roça. Este modelo de roça-avenida permitia fiscalizar toda a produção e fluxos existentes numa estrutura de tal dimensão.

O declínio ocorreu após a independência de São Tomé e Príncipe. Os antigos proprietários das roças abandonaram as explorações

e as plantações. Estas foram distribuídas pelos seus trabalhadores sem qualquer tipo de regra, o que levou ao abandono.

Todos os equipamentos existentes na roça, com excepção da casa museu, servem agora de habitação à população, que vive sem as mínimas condições de habitabilidade e salubridade.

O estado de degradação tende a piorar de dia para dia, e sendo esta “(...)a mais importante roça do país, jóia de várias coroas e da República portuguesas até 1975 e hoje casa de cerca de mil pessoas.”⁴¹, mostra-se pertinente a sua recuperação.

A roça Rio do Ouro possui um grande património arquitectónico, cultural, histórico e até ambiental que constitui também uma grande herança para o país, apresentando assim uma grande necessidade de ser valorizado.

41 CARDOSO, Joana Amaral, *O hospital da maior roça de São Tomé e Príncipe tem mais uma ferida aberta*, Público. Revista 2, 01 Junho 2014, p.1.
<https://www.publico.pt/2014/06/01/mundo/noticia/o-hospital-da-maior-roca-de-sao-tome-tem-mais-uma-ferida-aberta-1637895/amp>

Rio do Ouro hoje

A roça Rio do Ouro continua a ser uma das mais procuradas roças do país. Isto acontece devido à sua proximidade com a cidade e aos bons acessos que nos levam até lá, contudo, encontramos-a num estado de degradação muito elevado. Este panorama é comum a praticamente todas as roças do arquipélago.

A instabilidade político-social vivida em São Tomé e Príncipe nas últimas décadas levou *“o povo santomense a apropriar-se das roças como aldeias improvisadas, apoderando-se das suas infra-estruturas para habitação e para servir as suas necessidades quotidianas”*.⁴²

O aumento exponencial da população residente na roça levou a um crescimento desordenado da estrutura urbana, através da construção de estruturas de madeira que se apropriam de todo e qualquer espaço livre e funcionando como acrescentos às infra-estruturas preexistentes.

Todo o edificado, com excepção da igreja e da casa museu, encontra-se muito degradado. O fraco rendimento das famílias contribui para que não haja qualquer manutenção destes edifícios. A população foi habitando todo o edificado de forma espontânea, acabando por viver sem ordenamento e sem condições de habitabilidade.

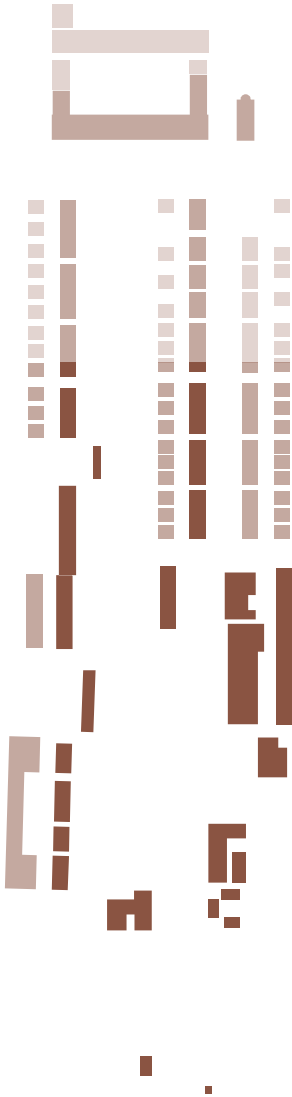
O marco desta pequena grande cidade, o imponente hospital, com uma fachada com mais de 100 metros de comprimento,

42 MONTEIRO, Margarida, *Repensar caminhos, Desenvolvimento e turismo sustentável em Morro Peixe, São Tomé e Príncipe*, 2016, p 31



Fig. 36
Fotografia do estado actual
do antigo hospital da
Roça Rio do Ouro, onde
é visível o seu estado de
degradação, com a ala
esquerda em ruína.

não é excepção e encontra-se num estado de degradação muito elevado. As alas laterais, onde antes se situavam as enfermarias femininas e masculinas, já são inacessíveis, tendo mesmo uma delas desmoronado. O corpo central é o único que se encontra acessível. O mesmo é composto por dois pisos, os quais actualmente servem de habitações para várias famílias.



O turismo

Potencializador económico





Fig. 37
Fotografia actual do estado de degradação da Roça Rio do Ouro - vista do hospital sob toda a roça.

“O turismo pode ser entendido como um instrumento para incentivar a manutenção e a preservação cultural através da valorização da autenticidade dos traços culturais pré-existentes, promovendo a originalidade, a diferença, a particularidade e a especificidade sociocultural.”⁴³

43 BRITO, Brigida Gomes, *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas, Turismo, ambiente e Práticas educativas em São Tomé e Príncipe*, GER. 2009

Turismo

tu·ris·mo⁴⁴

(inglês tourism)

nome masculino

1. Acção de fazer viagens para recreio. = EXCURSIONISMO
2. Actividade económica relacionada com as viagens organizadas, geralmente para lazer.
3. Local onde se prestam serviços de apoio aos turistas.

Turismo entende-se como uma atividade económica que afecta vários sectores, desde o comércio à agricultura. Por ser um mercado que abrange diferentes bens e serviços, a sua definição não é consensual, mas caracteriza-se por uma prática social com consequências económicas para o local a ser explorado. Mathieson e Wall (1982) definem turismo como sendo o movimento de pessoas para fora das suas áreas de residência habituais formando uma relação económica com o território de destino, impactando estas áreas a nível da cultura, do património e da sociedade.

O turismo distingue dois intervenientes principais nas suas atividades económicas: os visitados, ou comunidades locais; e os visitantes, com objectivos e funções diferentes na sua ligação com o sector.

44 "turismo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020
<https://dicionario.priberam.org/turismo> [consultado em 19-08-2020].

Os visitantes procuram uma experiência, normalmente com um carácter de lazer, otimizando o tempo limitado no local. Os visitados oferecem uma variedade de serviços e experiências aproveitando os recursos do território e a cultura da área-destino, de forma a cativar o maior número de visitantes possível. Esta procura cria oportunidades tanto para o turista como para o local, resultando num desenvolvimento económico, individual e colectivo.

A sua actividade baseia-se na troca de serviços, produtos, experiências, conhecimentos e interacções culturais, em que ambas as partes entram em contacto com realidades diferentes do seu quotidiano. Este fluxo transaccional traduz-se num desenvolvimento económico, social e cultural da área-destino, em que o aumento da actividade incentiva o aproveitamento cada vez mais rentável do território e dos seus recursos naturais.

O turismo é um sector económico recente que tem vindo a crescer, especialmente em países em desenvolvimento, sendo das actividades económicas com mais procura internacional. Com uma componente social muito forte, o turismo fomenta uma relação directa e indirecta entre diferentes culturas, tem um carácter temporário dependente de motivações pessoais e pode acontecer em diferentes ambientes como rurais, urbanos ou costeiros, modificando o seu tipo de oferta.

Inicialmente, as actividades turísticas esgotavam os recursos naturais do local e da comunidade de forma a dar resposta à grande procura por parte dos visitantes. Actualmente, esta relação do turista com o local evoluiu de forma a encontrar uma harmonia e um ponto de equilíbrio entre ambos os intervenientes. Resultando em novas formas de turismo, estas práticas evoluíram de forma a garantir um maior respeito pelo território, valorizando as diferenças culturais como forma de enriquecimento pessoal para o turista.

Turismo em São Tomé

Considerado por muitos uma pérola do golfo da Guiné, o arquipélago de São Tomé e Príncipe oferece aos turistas um destino tropical com características únicas pela sua variedade de paisagens e pela biodiversidade da fauna e da flora. A maior parte dos turistas, europeus e africanos, viajam para ambas as ilhas num carácter de lazer, atraídos pela insularidade do local, pelo clima e cultura única santomense, resultando numa experiência distinta do seu próprio quotidiano.

Actualmente, este sector está em crescimento, sendo visto pelo governo do país como uma aposta para a melhoria da economia nacional, no entanto, todo esse progresso acontece de forma lenta, incapaz de dar resposta à grande procura por parte dos turistas.

Segundo Telles, *“a oferta turística de São Tomé e Príncipe alimenta-se do seu tropicalismo. A localização geográfica, a autenticidade das belezas naturais, a vegetação luxuriante, as praias de águas cristalinas, a diversidade climática, em suma o seu enquadramento paisagístico, aliado ao espírito acolhedor e ao trato amável do santomense, viabilizam e concorrem para estimular o fluxo regular de visitantes estrangeiros (...)”*⁴⁵.

45 GOMES, J. Telles, *São Tomé e Príncipe: um país aberto - uma opção estratégica para o seu desenvolvimento*. Lisboa: África Hoje . 1986

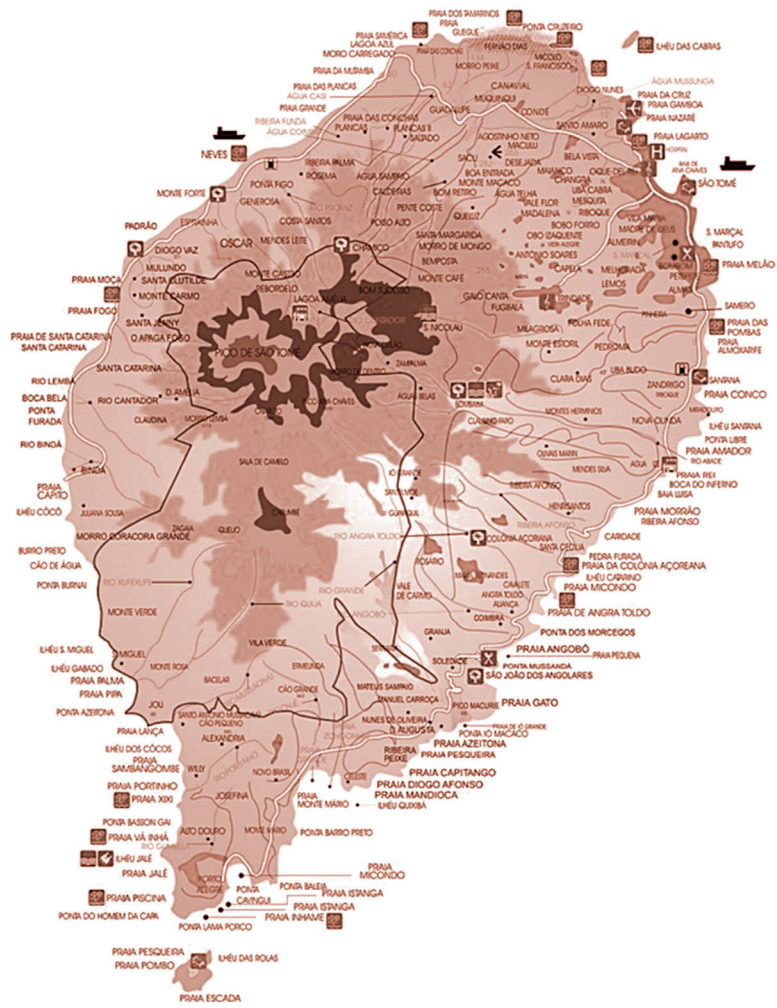


Fig. 38
Mapa da Ilha de São
Tomé com indicação dos
principais pontos turísticos
e atrações.

O turismo de Natureza põe São Tomé e Príncipe no mapa, uma vez que se trata de um território com uma vasta natureza virgem, ideal para o turista que procura ter um contacto próximo com o meio ambiente.

Segundo dados do Estudo de Mercado de S. Tomé e Príncipe, e segundo a Direcção de Turismo e Hotelaria, a oferta turística alberga um total de 249 quartos, em que cerca de 145 deles são considerados de grande qualidade e conforto.

Devido ao seu clima equatorial, não existe uma considerada época alta, havendo sempre um pequeno fluxo de visitantes. Embora seja uma meta, o sucesso do turismo em meio rural ainda está longe de alcançar os objectivos pretendidos uma vez que existe uma carência de equipamentos e infra-estruturas que o suportem, o que se transmite num impedimento ao crescimento do sector turístico nas ilhas.

Os investidores optam por reabilitar complexos já existentes, preservando o património arquitetónico local, recuperando e adaptando pequenas roças, mais concretamente os edifícios outrora com funções de casa do proprietário para pequenos sistemas hoteleiros.



Fig. 39
Esquema do conceito
de Turismo sustentável
e os seus principais
intervenientes.

O Turismo como desenvolvimento sustentável

O turismo encontra-se em constante crescimento e é considerado umas das actividades que apresentam maior dinamismo. Mais do que uma actividade económica, é conjuntamente um fenómeno social que proporciona o desenvolvimento de práticas sócio-económicas e culturais, que se encontram integradas num contexto ambiental.

Ao longo do tempo tem-se vindo a assistir a uma mudança de paradigma no que respeita ao sector turístico. Esta prática tem sido alvo de alterações, passando de um tipo de turismo caracteristicamente elitista a massificado, para numa fase posterior a ter um carácter mais personalizado, reforçando o reconhecimento das novas formas de turismo, também denominadas de alternativas.

A procura destas novas formas de turismo começou a surgir à medida que se começavam a verificar problemas relacionados com a exploração descontrolada dos recursos naturais do planeta. Na década de 80, surge então o conceito de desenvolvimento sustentável.

Este é apresentado pela primeira vez no relatório de Brundtland⁴⁶, em que se define desenvolvimento sustentável como *“o processo de satisfazer as necessidades do presente de forma a não comprometer*

46 Relatório elaborado em 1987 pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento

a capacidade das gerações futuras de suprir as suas necessidades”..⁴⁷

Acrescenta-se ainda que este procura melhorar as condições de vida dos locais, adoptando medidas que não prejudiquem o meio ambiente, de modo a atingir um equilíbrio entre este e a comunidade.

Contrariamente ao turismo convencional, que valoriza o sector económico e revela pouca preocupação com a manutenção do meio ambiente ou com a preservação da identidade cultural, característica das zonas onde se insere, o turismo alternativo tem como principal objectivo a preservação do ambiente aliado à valorização das culturas tradicionais e do património.

O **turismo sustentável** é um meio estratégico para atingir um **desenvolvimento sustentável**. Este procura valorizar diferentes componentes que fundamentam a actividade turística, sendo eles económicos, sociais, culturais e ambientais.

Dado que o grande objectivo da promoção turística é possibilitar o desenvolvimento dos países de acolhimento, é necessário prever os impactos das estratégias a implementar para que estas perdurem no futuro, de modo a promover a sustentabilidade.

Segundo Brigida⁴⁸, as metas e os desafios da actividade turística devem ser:

- valorizar iniciativas culturais, práticas tradicionais, assim como a reprodução simbólica de elementos que resultam no

47 Definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável do Relatório de Brundtland, retirado de United Nations Environment Programme (UNEP), World Tourism Organization (WTO), 2005

48 BRITO, Brigida Rocha, .Desenvolvimento Comunitário: das teorias à prática. Turismo, Ambiente e Prática Educativas em São Tomé e Príncipe. GAR. 2009 Lisboa, p.8

reforço das identidades das comunidades locais;

- prever o desenvolvimento de ações de âmbito social, contribuindo para a redução de situações de pobreza e para a minimização dos riscos de exclusão sobretudo de grupos minoritários ou vulneráveis;

- promover o património cultural e histórico, de forma a conservá-lo de forma sustentável, ou seja prevendo a sua manutenção de forma a que possa ser utilizado e referenciado pelas gerações futuras;

- estimular a dinamização económica dos agentes locais através da criação de novas oportunidades formativas e produtivas, contribuindo de forma associada para a melhoria do rendimento das famílias e para a diversificação do consumo;

- ser um fator de equidade e de entendimento nacional, favorecendo o pluralismo e a diversidade de ideias;

- salvaguardar os ecossistemas principalmente no que respeita à biodiversidade e aos recursos naturais de fauna e flora que estão referenciados como ameaçados de extinção ou que são caracteristicamente endémicos."

Os parâmetros acima mencionados são a base para que o território de São Tomé e Príncipe consiga valorizar os seus recursos naturais e culturais, através do desenvolvimento de diversos sectores como a educação, saúde, saneamento, energia, estruturas viárias e até a tecnologia. Estes elementos contribuem para a preservação e divulgação do seu património cultural e arquitetónico, uma vez que este pode funcionar como um revitalizador de práticas e costumes.

O **desenvolvimento sustentável** fomenta ainda o surgimento de outros sectores, que, directa ou indirectamente ligados ao turismo - tal como a indústria, a agricultura, a pesca e os serviços locais - contribuem para a divulgação do território.

Procura igualmente dar apoio ao sector empresarial, e incentivar as relações comerciais com os produtores santomenses.

“Take nothing but photographs, leave nothing but footprints”,⁴⁹ aparenta ser o lema teste tipo de turismo. Quanto maior for a preservação do meio ambiente e mais protegidas estiverem as culturas tradicionais, mais autêntico e reconhecido será o destino turístico.

No entanto, é necessário garantir que este não se torna totalmente dependente do sector turístico, uma vez que pode resultar numa perda de identidade, e a conseqüente turistificação sazonal pode levar à migração da população local. Este exerce ainda alguma pressão sobre os recursos naturais presentes, sendo necessário garantir a preservação dos mesmos.

Este desenvolvimento deve ainda ter uma estratégia clara quando à intervenção participativa da comunidade, que se apresenta como um meio para combater o assistencialismo de que São Tomé tanto necessita nos dias de hoje. A comunidade representa para o turista o ícone da genuinidade procurada em destinos marcados pelo exotismo e pela diferença.

49 BRITO, Brigida Rocha, .Desenvolvimento Comunitário: das teorias à prática. Turismo, Ambiente e Prática Educativas em São Tomé e Príncipe. GAR. 2009 Lisboa, p.17

Casos de estudo

“ A tarefa da Arquitectura, enquanto responsável pela alteração do suporte físico do território, consiste na identificação dos lugares e seus elementos primários, emergente na própria estrutura rural. Todo o conjunto de elementos constituintes do ambiente representa a identidade e expressão física do território”⁵⁰

50 MORAIS, João Sousa, Metodologia de Projecto em Arquitectura, Edição Estampa, Lisboa 1995, p.52

Como principais casos de estudo, e numa primeira abordagem, procuram-se alguns exemplos que tenham semelhanças programáticas, morfológicas e tipológicas ao projecto em realização, ou seja, ambos os casos encontram-se localizados no território de São Tomé e Príncipe, respondendo a um programa que é actualmente bastante débil - o caso das estruturas agrárias - e que, reformulando praticamente todo o seu programa sem nunca abandonar a sua essência, se pode atingir uma revitalização.

Para além disso, aliado à reformulação dos sectores com um carácter mais social, as características destes casos possuem agora um papel bastante importante, principalmente na integração das populações locais.

O turismo aparece também bastante evidenciado. Este sector potencializará o crescimento económico, mas tem de ser constituído com bastante responsabilidade, e de um modo sustentável de modo a conseguir integrar, no seu todo, todos os aspectos pertencentes a estas estruturas. Com efeito, incluindo tanto a própria comunidade em si, sem nunca deixar de respeitar a natureza envolvente, e criar assim um sistema equilibrado de modo a conseguir preservar e exaltar a identidade e a cultura que se encontrava desvanecida.



Fig. 40
Alojamento Turístico
na Roça São João dos
Angolares - Reabilitação
da antiga casa principal da
roça.

São João dos Angolares

A roça São João dos Angolares, situa-se na localidade de Angolares, mais precisamente no distrito de Cauê na ilha de São Tomé. Esta trata-se do melhor exemplo de recuperação e reutilização das roças abandonadas de São Tomé⁵¹, tendo sido transformado o edificado que compunha - a antiga roça colonial - num Projecto de Ecoturismo e Cultura.

O projecto é composto por uma pequena unidade hoteleira, com apenas seis quartos, apoiada por um restaurante de cozinha local, uma biblioteca e uma galeria de arte.

Aposta-se num projeto de desenvolvimento integrado onde o ecoturismo e a cultura se evidenciam na rusticidade do ambiente envolvente, acompanhando o crescimento de toda a zona sul da ilha. Este programa, com a sua forte ligação à comunidade local, permite que a sua identidade e memória perdure no tempo, contendo ainda as marcas do passado que estão muito presentes, especialmente na memória das comunidades que aí habitam.

O projecto assenta em princípios bases fundamentais, sendo eles: a preservação ambiental; a inclusão social - solidariedade, integração, participação e partilha; a educação e formação⁵², que tem contribuído para fazer da roça São João um projecto auto-sustentável, valorizando os recursos humanos, culturais e ambientais.

51 ANDRADE, 2008 p.76

52 GUEDES, Manuel Correia. *Arquitetura sustentável em São Tomé e Príncipe: Manual de boas práticas*. p 127

Procurou-se estudar um projecto de desenvolvimento integrado onde a componente ecoturística buscou fundamento na defesa e conservação do património arquitetónico, natural e cultural e no envolvimento e participação activa da comunidade local numa rede de parcerias estratégicas para a promoção do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Não se trata de uma mera reabilitação, é um projecto em constante construção, tendo a capacidade de se expandir, encontrando soluções locais para o seu desenvolvimento sustentável e o da região onde se insere.

A relação com a natureza envolvente, a cultura e a história são os pilares desta intervenção e a chave do seu sucesso, que em unísono com a sua comunidade tentam passar estes valores aos seus visitantes.

Fig. 41
Vista Panorâmica sob a
baía dos angolares, do
restuarante do alojamento
da roça São João dos
Angolares.



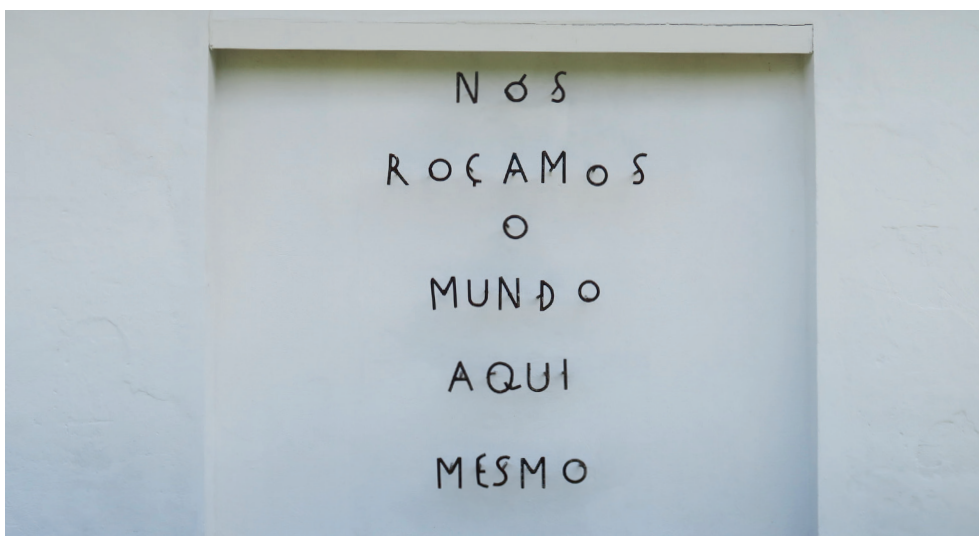


Fig. 42
Fotografia da mensagem
e na fachada da galeria
da Roça São João dos
Angolares



Fig. 43
A Roça Paciência - projecto
do grupo de investimento
HBD - e seus trabalhadores

Projectos HBD

A HBD, sigla para “*Here Be Dragons*”, foi criada por Mark Shuttleworth após uma viagem à Ilha do Príncipe. Shuttleworth decidiu criar uma sociedade de investimento com o objectivo de fazer da ilha do Príncipe um modelo de desenvolvimento sustentável e duradouro, preservando os recursos naturais, baseado no ecoturismo e na agricultura integrada.

O projecto assentou em princípios básicos que servem como referência ao trabalho a realizar, sendo estes: a protecção da biodiversidade única da região; a celebração da cultura e história; o apoio a actividades culturais e desportivas; a criação de espaço para o pioneirismo e o acesso ao conhecimento; e a criação de postos de trabalho nas várias áreas de intervenção.

Trata-se de um projecto a longo prazo que, segundo o director financeiro do grupo, se apresenta como um plano de negócios com um horizonte a 30 anos “(...) *não se procuram dividendos rápidos e imediatos, (...) estamos a falar de rentabilidade de 10% daqui a 10 anos. O importante mesmo é que, daqui a três décadas, tudo o que cá estiver seja sustentável e as pessoas que cá ficarem têm que ter capacidade para o gerir.*”⁵³.

Sensibilizar a população local para a importância desta mudança de modo a que façam parte dela e lhe dêem continuidade é o maior desafio da HBD. Desde que o grupo chegou à ilha do Príncipe que se

53 NEVES, Gonçalo, *Salvar o paraíso...e mudar o mundo*, 2014, in Visão

procura debater com a população local os projectos a desenvolver de modo a que os locais tenham uma voz activa nas decisões e se sintam incluídos em todo o processo. O estado de espírito leve-leve dos santomenses não é ignorado, acolhendo-o nas várias propostas, de modo a que este projecto possa vingar no futuro.

Pretende-se assim estudar a fundo cada um destes princípios, percebendo como eles podem eventualmente ser adaptados para o projecto em curso de modo a conseguir integrar toda a comunidade no projeto, dando-lhes oportunidade de intervir activamente.

Casa de pedreiros

A roça Paciência é um modesto complexo agrícola, localizado na Ilha do Príncipe, especificamente na zona do Picão.

A roça encontrava-se completamente desativada, pelo que aquando da intervenção foi encontrada a roça original no seu estado prístino com os edifícios e respectivos revestimentos de reboco em bom estado de conservação, sendo estes a pedra e cal.

Foi esta a grande característica que terá levado o grupo HBD a investir, e a levar a cabo uma recuperação integral dos edifícios para fim turístico e, conseqüentemente, retomar o processo agrícola, respeitando mais uma vez o local e as suas origens. Neste seguimento, o grupo reactiva o sector agrícola, aliado à construção de um equipamento escolar que tem como grande objectivo ensinar e dar a conhecer técnicas e métodos de planeamento, construção e reabilitação tradicionais e sustentáveis, focando-se em três áreas diferentes: a reciclagem e reutilização; a construção e, subseqüentemente, formação; e a reabilitação e construção.

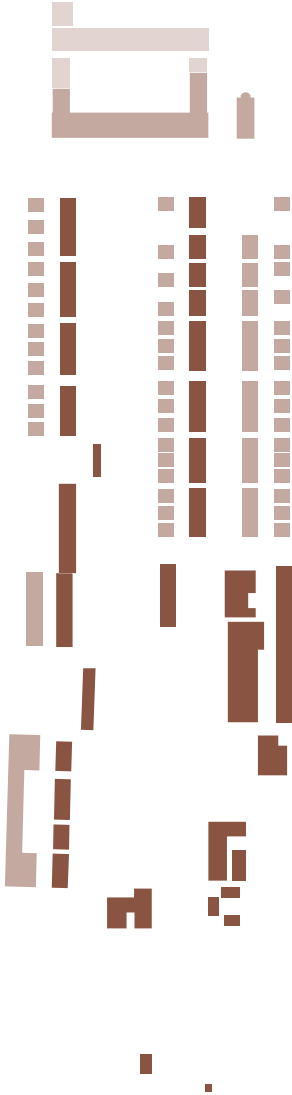
O turismo sustentável implementado pelo grupo HBD apresenta-se como uma mais valia para o sistema da ilha, uma vez que tem uma visão mais clara e humana de ambos os intervenientes. A constante preocupação pela população local e o modo como esta pode fazer parte do desenvolvimento e manutenção do projeto eleva a implementação do sector do turismo, garantindo assim que o sistema funciona de maneira auto-suficiente com uma visão futurista.



Fig. 44
Escola de pedreiros da
Roça Paciência - Oficinas
para a produção de
alvenaria.



Fig. 45
Escola de pedreiros, na
Roça Paciência, respectivo
escritório e armazém.



O projecto

(Re) Equilibrar Rio do Ouro





Fig. 46
Roça Rio do Ouro - Vista da
Avenida Principal



Fig. 47
Planta Roça Rio do Ouro
implantação originária

Ponto de Partida

Partindo da análise anteriormente apresentada pretende-se conseguir atingir um desenvolvimento sustentável na Roça Rio do Ouro, sendo este o ponto de partida para a revitalização da roça.

Este desenvolvimento está apoiado em três princípios fundamentais, acreditando-se que, sem os quais o sucesso do mesmo não será alcançado. É necessário garantir que esta seja uma intervenção participativa, incentivando e consciencializando a população de que só assim se tornará possível esta reconversão e assim conseguir influenciar a sustentabilidade do projeto, formar a população para que ela ganhe consciência da sua situação e para que consiga actuar, sempre com o intuito de evoluir e ,por fim, introduzir o turismo como meio para desenvolver o sector económico.

Integrar a comunidade, incentivá-la a fazer parte e a ser a protagonista da própria mudança, é a base para todo este projecto.

A formação surge então como o segundo aspecto fundamental, pois torna-se necessário instruir a população para que esta compreenda os benefícios de intervir conscientemente e para que possam ter um papel activo em todo o processo. É através da educação que se ganha um olhar crítico e, conseqüentemente, uma capacidade de encontrar soluções para a mudança e desenvolvimento, combatendo assim o assistencialismo. É necessário assegurar que este não se torna dependente do mesmo, e que, num futuro, a população seja capaz de dar resposta aos seus problemas internos sem recorrer continuamente a apoios externos.

Como último ponto surge a inserção do turismo como promotor do desenvolvimento do sector económico, só assim será possível atingir um equilíbrio.

No entanto, antes de pôr em prática os pontos acima mencionados, é necessário criar melhores condições de vida para os habitantes residentes na roça. Antes de qualquer acção de mudança é imperativo incentivar a sua população a permanecer no local, mostrando-lhes as capacidades inerentes do mesmo.

Actualmente, o estado da roça Rio do Ouro é bastante precário, não existindo as mínimas condições de habitabilidade. Os seus moradores apoderaram-se do edificado comum descaracterizando-o.

Presentemente, estão ocupados pelos actuais moradores da roça que se apropriaram destes espaços como espaços de habitação. Acontece que, muitos deles, para além de se encontrarem num elevado estado de degradação, não cumprem os requisitos de que uma habitação deve ter. Este paradigma é praticamente constante em todo o edificado da roça, com excepção da igreja e da casa principal/casa museu. A componente social tem uma grande influência. O respeito pelo culto e pelas actividades em comunidade levam a que exista alguma preocupação em mantê-los em boas condições.

Com isto, pensa-se que o primeiro passo a dar nesta revitalização seja a construção de mais habitação de modo a que seja possível avançar para uma segunda etapa. Sem realojar a população não seria possível intervir no restante edificado, fornecendo assim os serviços que uma "micro-cidade" prevê. Esta etapa, em si só, pretende estimular os locais a participarem na revitalização da própria cidade.

O passo seguinte é então aplicar os conceitos base defendidos

por Brigida e que foram mencionados acima. Integrar a população local é então a primeira medida a aplicar, sendo fundamental que estes se sintam parte integrante de todo o processo, incentivando o sentimento de pertença e de autonomia.

Em seguida, é necessário apostar na formação, uma vez que São Tomé e Príncipe é um país em vias de desenvolvimento onde a educação é tida como um privilégio, onde apenas uma pequena parte da população tem acesso ao ensino qualificado, o que contribui para uma estagnação tanto a nível económico como social e colectivo.

Pode-se afirmar que a formação da população santomense é um ponto de partida para a consciência colectiva acerca da importância da preservação como também do desenvolvimento sustentável e ecológico da região.

O turismo surge então como o último princípio para atingir o desejável desenvolvimento sustentável. Propõe-se a inserção de uma unidade hoteleira no território em análise, surgindo assim como um regenerador económico para a roça, e para o arquipélago.

Esta proposta cria novos postos de trabalho e promove um aumento do consumo de bens e serviços que, conseqüentemente, faz aumentar o número de empresas e actividades ligadas ao sector, gerando-se assim um ciclo capaz de fazer prosperar a economia.

Adicionalmente, apresenta-se ainda como o motor de desenvolvimento de regiões que à partida seriam difíceis de dinamizar, promovendo e dando a conhecer ao mundo o seu património histórico, cultural e natural.

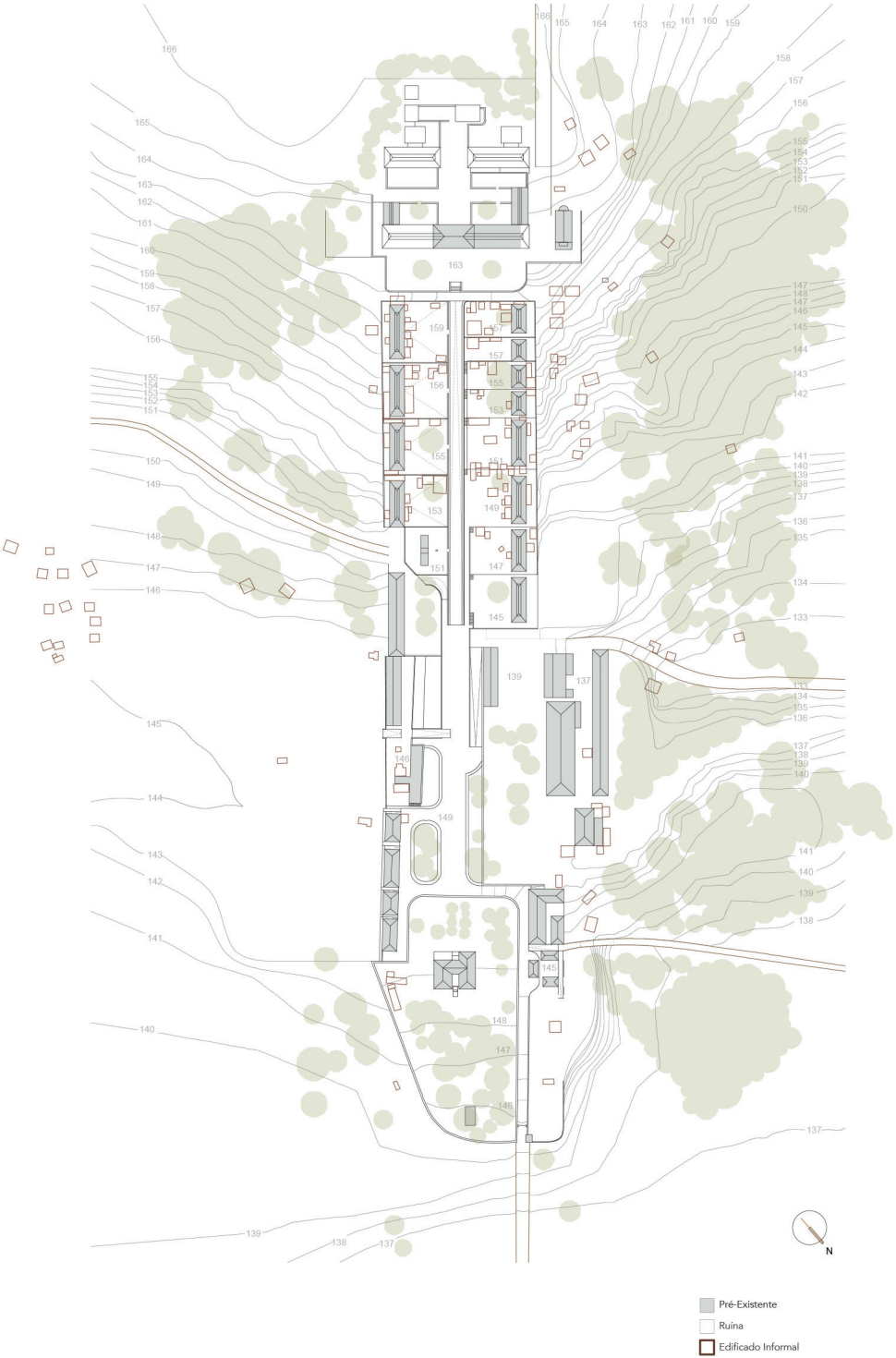


Fig. 48
Planta Roça Rio do
Ouro situação actual -
identificando o edificado
em ruína e a construção
informal.

Plano Urbano

Num território considerado histórico e que se encontra estagnado, como é o caso da Roça Rio do Ouro, encontra-se a necessidade que o novo plano urbano tenha a capacidade de o revitalizar tanto economicamente, como social e culturalmente.

O desenho urbano proposto pressupõe, em primeira instância, uma compreensão e análise do edificado existente e do plano original da roça. Torna-se imperativo respeitar o passado e tentar conjugá-lo com o presente. Assim sendo, o plano urbano pressupõe um estudo dos equipamentos necessários ao funcionamento equilibrado da roça de modo a entender onde é necessário intervir e quais são as infra-estruturas a propor.

Para intervir neste território considera-se essencial que este novo plano urbano seja implementado faseadamente, de modo a conseguir respeitar e cumprir os três princípios base defendidos por Brígida para atingir um desenvolvimento sustentável.

O primeiro passo para esta estratégia passa por conferir melhores condições de vida à população residente da roça. As sanzalas apresentam-se como parte integrante do sistema urbano e estrutural, e a intervenção propõe a reabilitação e reestruturação das antigas casas dos trabalhadores negros, as sanzalas, e prevê a criação de novas habitações de modo a conseguir alojar os seus residentes, através da criação de um novo eixo viário, paralelo ao eixo principal, funcionando assim como uma avenida secundária que se apresenta com um carácter mais habitacional.

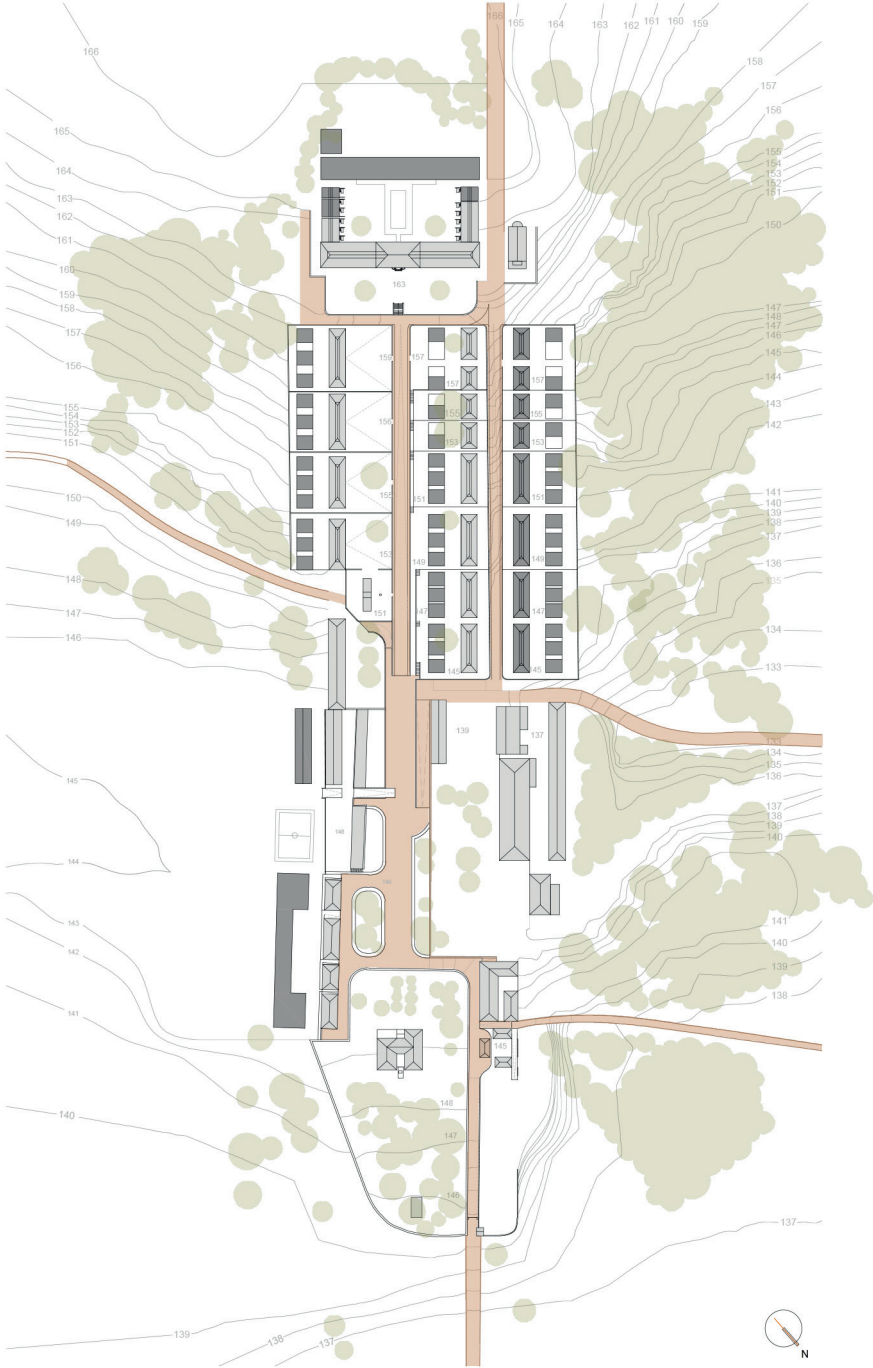


Fig. 49
Planta Roça Rio do Ouro -
planta actual com proposta
de sistema de vias e eixos.

Tal como acontece na avenida principal, que contém nos seus extremos o edificado de exceção, esta nova avenida encontra-se enquadrada com a actual igreja, conferindo-lhe uma nova centralidade.

A vida em comunidade é uma característica marcante de São Tomé e Príncipe, logo, como complemento ao bairro habitacional proposto, pretende-se implantar uma lavandaria comunitária, que poderá também servir a unidade hoteleira, contribuindo para a criação de novos postos de trabalho.

Surge assim um novo bairro habitacional que assegura um nível aceitável de habitabilidade e que tem a capacidade de albergar os actuais residentes da roça, bem como futuros novos residentes.

O seu traçado urbano deixa em aberto uma possível expansão da área destinada à habitação, podendo sempre seguir a mesma lógica agora adoptada, replicando as avenidas habitacionais adjacentes.

Através deste primeiro gesto ambiciona-se que a população residente ganhe consciência das potencialidades do lugar.

A aposta na formação apresenta-se como o passo seguinte a dar. Torna-se importante dotar esta pequena cidade de infra-estruturas para a população, com um carácter educacional, para que a população, no futuro, consiga ter um papel activo na sociedade e na comunidade. Surge então a necessidade da criação de um pólo educacional composto por uma escola profissional, escola básica e creche.

O acesso à educação em São Tomé e Príncipe é bastante limitado, especialmente fora do grande centro urbano, tornando-se por essas razões pertinente a promoção do ensino nestas regiões.

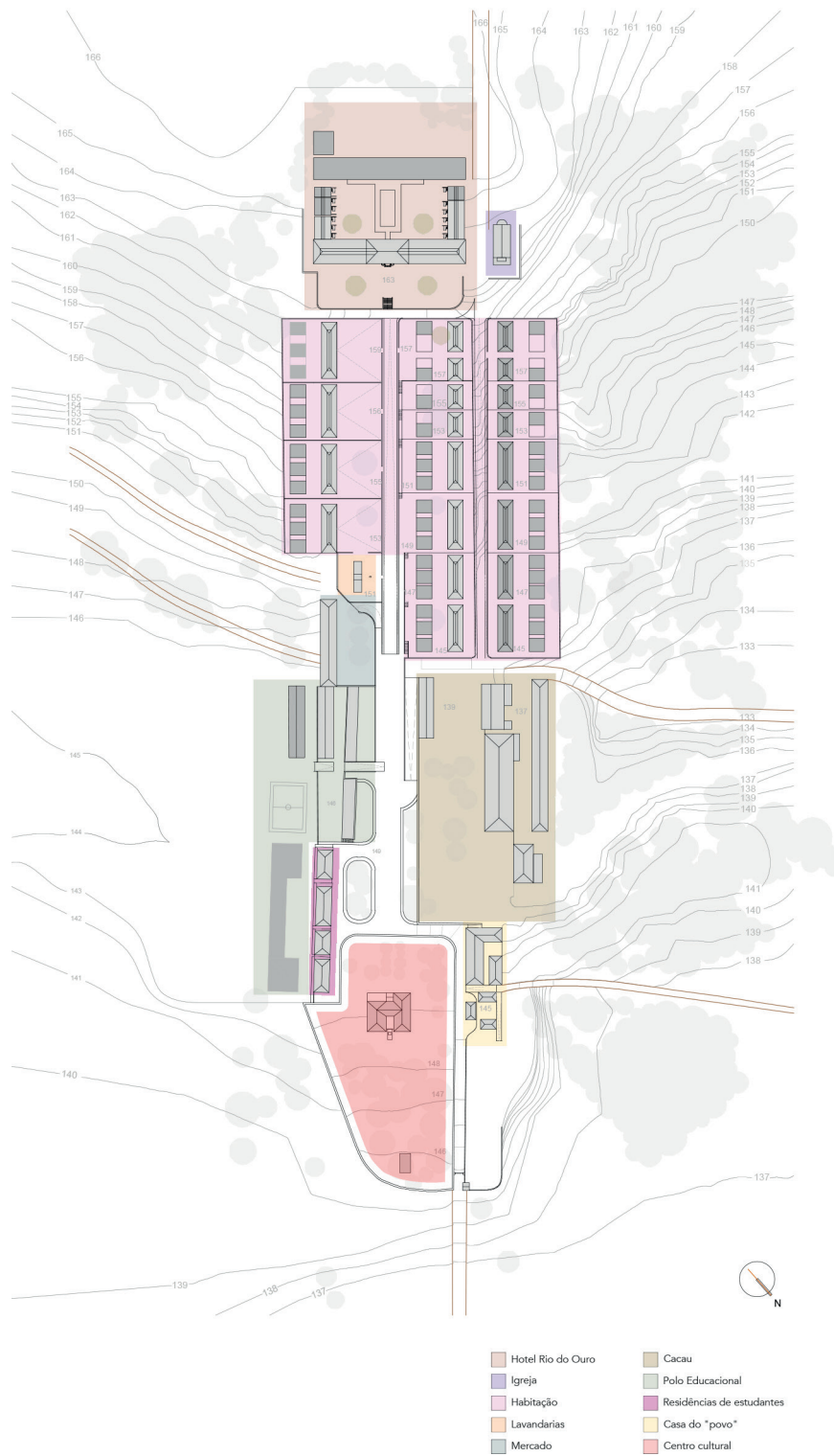


Fig. 50
Planta Roça Rio do
Ouro - proposta de
implementação do plano
urbano e os diversos usos.

A escola profissional pretende respeitar e ir ao encontro com as necessidades locais, direccionando o seu tipo de ensino com a história da roça e o seu contexto de desenvolvimento futuro. Propõe-se direccionar e conduzir a população para temas como a agricultura, o turismo, a construção, para que esta comunidade ganhe capacidade de ser ela própria causadora da mudança, combatendo assim a pobreza e estimulando o desenvolvimento.

Prevê-se a reconversão dos antigos armazéns, situados a uma cota mais baixa em relação à avenida principal, em creche e escola básica. Adjacente a esta, encontra-se uma zona comum de refeições.

É proposto um novo edificado, que albergará a escola profissional, situando-se numa zona de menor declive por forma a proporcionar a existência de áreas de cultivo aliadas à escola profissional. A escola pretende oferecer um ensino direccionado para a agricultura, visto que é uma das actividades com mais procura; que possibilite a aprendizagem das novas técnicas para o cultivo do cacau, de modo a revitalizar a produção local; e também vocacionado para a construção e para o turismo, conseguindo que se ganhem conhecimentos e mais tarde seja possível gerir e desenvolver esta actividade.

Pretende-se ainda reconverter o edificado que outrora era a casa dos encarregados portugueses em habitações para os estudantes da escola profissional, permitindo assim o acolhimento de pessoas de outras localidades que aqui queriam aprofundar o seu conhecimento.

A criação deste pólo educacional foi uma intenção projectual, uma vez que se acredita que o contacto e a partilha de conhecimentos seja uma mais valia, mesmo que de idades diferentes.

Na terceira e última fase da elaboração do plano urbano decorre a criação de um complexo hoteleiro, que visa promover e estimular a economia local. Nesta fase, e em simultâneo, surge a necessidade de intervir no restante edificado corrente, de modo a convertê-lo em equipamentos que complementem toda a estrutura urbana.

A antiga casa do proprietário era considerada o edifício mais importante de toda a roça, a partir dela era possível ter uma visão geral do que se passava na roça, permitindo e facilitando o seu controle. Aqui, pretende-se alterar apenas a função do edifício, mantendo a sua identidade. Propõe-se a criação de uma “casa do povo”, suportada por estabelecimentos comerciais e um centro de apoio ao turismo, dinamizando actividades nas imediações e em toda a ilha. O piso térreo e o primeiro piso abraçam as zonas de convívio comuns, uma vez que neste território se valoriza a vida em comunidade, surgindo então a necessidade materializar este modo de vida num espaço polivalente construído capaz de suportar diversas actividades.

Na garagem e nos pequenos anexos adjacentes tomam lugar o banco e o centro médico, respectivamente. Tendo este país uma moeda única, considerou-se importante a inserção de um banco em todo o conjunto de modo a facilitar as trocas comerciais.

A casa principal integra-se no edificado de excepção. Actualmente, assume a função de casa museu e salão de festas, sendo apenas utilizada em visitas oficiais à roça ou podendo ser visitada pelos turistas que vão conhecer a roça. No seu interior podemos encontrar variadíssimos móveis de época colonial e no seu tardoiz encontra-se um magnífico jardim botânico.

É visível a importância que este assume para esta comunidade,

propondo-se manter o seu uso e as suas características morfológicas.

Em seguida, e como foi referido anteriormente, pretendem-se reabilitar os edifícios do tipo industrial, reanimando assim a cultura do cacau, como forma de preservar e dar a conhecer o património das roças.

Para tal, é necessária a criação de espaços para a secagem do cacau, para a estufa, armazém e oficinas mecânicas. Prevê-se ainda a criação de um edifício que concentre uma área de exposição e venda, com a possibilidade de se realizarem visitas para degustação do cacau produzido na roça.

Num território onde o sector primário - a agricultura e a pesca - representa o rendimento de grande parte da população, torna-se relevante a inserção de um mercado que facilite as trocas comerciais essenciais dentro da comunidade, fornecendo-lhe os produtos básicos sem que para isso seja necessário deslocarem-se a outras zonas da ilha.

O mercado ocupará o edificio dos antigos escritórios, que se situa numa posição privilegiada da roça, no centro da avenida facilitando o seu acesso. O seu terreiro, apresenta-se como uma mais valia para este elemento se torne num ponto de convergência, tornando-se como no "pulmão" social da roça.

A estratégia da implementação de uma unidade hoteleira na roça surge em simultâneo com a criação dos serviços mencionados.

O turismo vem colmatar e suportar todos os outros serviços funcionando como um potencializador económico. Este edificado situa-se na zona mais elevada, privilegiando da melhor vista da roça, chegando mesmo a ser possível entre as suas montanhas avistar o

mar.

O edifício do antigo hospital da roça Rio do Ouro, devido à sua grandiosidade e ao seu valor arquitectónico e cultural, tornou-se num dos elementos principais da presente proposta.

Assumindo o seu valor arquitectónico preexistente, concluiu-se que reabilitar e regenerar o edificado de exceção, adaptando-o a novos usos, seria a metodologia a abordar, de modo a que a identidade do lugar não caia no esquecimento das suas populações, mas conseguindo dar resposta aos pressupostos que um complexo turístico necessita.

O antigo hospital encontra-se fortemente deteriorado, pelo que se torna necessário, em muitos casos, a reconstrução de alguns elementos, não sendo possível, por isso, apenas reabilitar.

Segundo a Carta de Veneza de 1964, sempre que as técnicas e/ou materiais tradicionais (originalmente utilizados na concepção do edificado) tenham deixado de ser adequadas, pode recorrer-se a diferentes técnicas modernas de conservação e reabilitação de edifícios nestas circunstâncias, sem que isso prejudique o valor patrimonial do edifício.

O sistema viário da roça também foi analisado e repensado, prevendo assim um melhoramento das vias já existentes, e a criação de uma avenida secundária paralela à avenida principal.

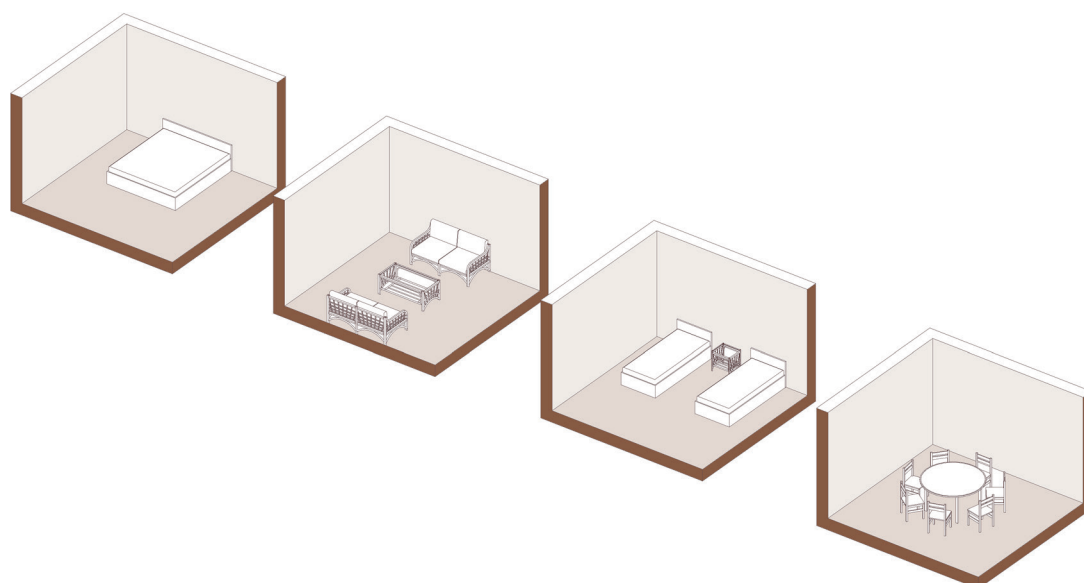


Fig. 51
Esquema do sistema modular das apropriação das antigas sanzalas e do novo edificado de uso habitacional.

Habitação

A habitação propõe a reabilitação e reconversão das sanzalas preexistentes - gerando assim novos espaços qualificados de modo a garantir melhores condições de habitabilidade e salubridade - e a construção de novas habitações, respeitando a cultura e o modo de habitar próprio da cultura santomense.

Com a criação do novo bairro, propõe-se a ampliação dos espaços habitacionais que se insere paralelamente à preexistência e seguindo a sua implantação. O edificado originário encontra-se sempre situado no primeiro plano em relação à avenida de distribuição, respeitando assim a sua identidade e história. A ligação entre estes dois edifícios surge através da criação de espaços de cultivo privados, permitindo que os seus habitantes consigam produzir os bens essenciais à subsistência e fechando assim o quarteirão.

A sanzala preexistente apresenta uma implantação rectangular com uma cobertura de duas águas. Como é característico nas regiões tropicais, apresenta um pé direito elevado de modo a facilitar e a promover a ventilação natural.

Conceber um espaço que seja flexível e que tenha a constante capacidade de se adaptar a diferentes realidades é a premissa base que estas habitações devem respeitar. Criou-se assim um módulo base que se replica e pode adoptar diferentes funções, de acordo com as necessidades do agregado familiar.

Este módulo base segue a mesma linha construtiva do preexistente, com uma cobertura de duas águas avançada, criando assim uma zona de alpendre em redor do mesmo, possibilitando a criação de

zonas de estar exteriores e funcionando como distribuição para os diversos módulos. Esta cobertura acaba por aproveitar as águas como um sistema de escoamento do mesmo e como rega dos espaços de cultivo.

No que toca à organização interior, definiu-se um módulo base como mote do projeto. Este módulo apresenta as dimensões consideradas essenciais para espaços habitacionais numa visão flexível e ambivalente do espaço, possibilitando assim o uso do mesmo para diferentes actividades. Este módulo cria a geometria do edificado e repete-se como um todo. Pelas suas dimensões regulares, o mesmo pode ser aplicado em todo o complexo.

O seu interior define-se como um espaço híbrido, que pode albergar diversos usos - como zonas de dormir, zonas de estar, zonas de trabalho ou ambos - gerando assim uma flexibilidade permanente. Esta capacidade de mudança e adaptação das habitações permite não só responder melhor às necessidades de quem nela habita, mas também transmitir a identidade do seu habitante.

No entanto, no edificado proposto não se prevê a existência de zonas húmidas da habitação, ou seja, o motor da casa, optando por concentrá-las na zona central da sanzala preexistente, combatendo assim as questões de insalubridade inerentes ao local de intervenção.

A sanzala preexistente engloba na sua periferia os espaços de dormida, ou de estar, concentrando então no centro as zonas comuns - zona de confecção e de instalações sanitárias - de modo a criar e a proporcionar o convívio entre os seus habitantes, replicando o que se verifica muitas vezes na arquitetura vernacular santomense. O facto de ser um sistema quase modular, numa perspectiva de desenvolvimento e evolução da própria roça,

apresenta-se como um molde para uma expansão progressiva.

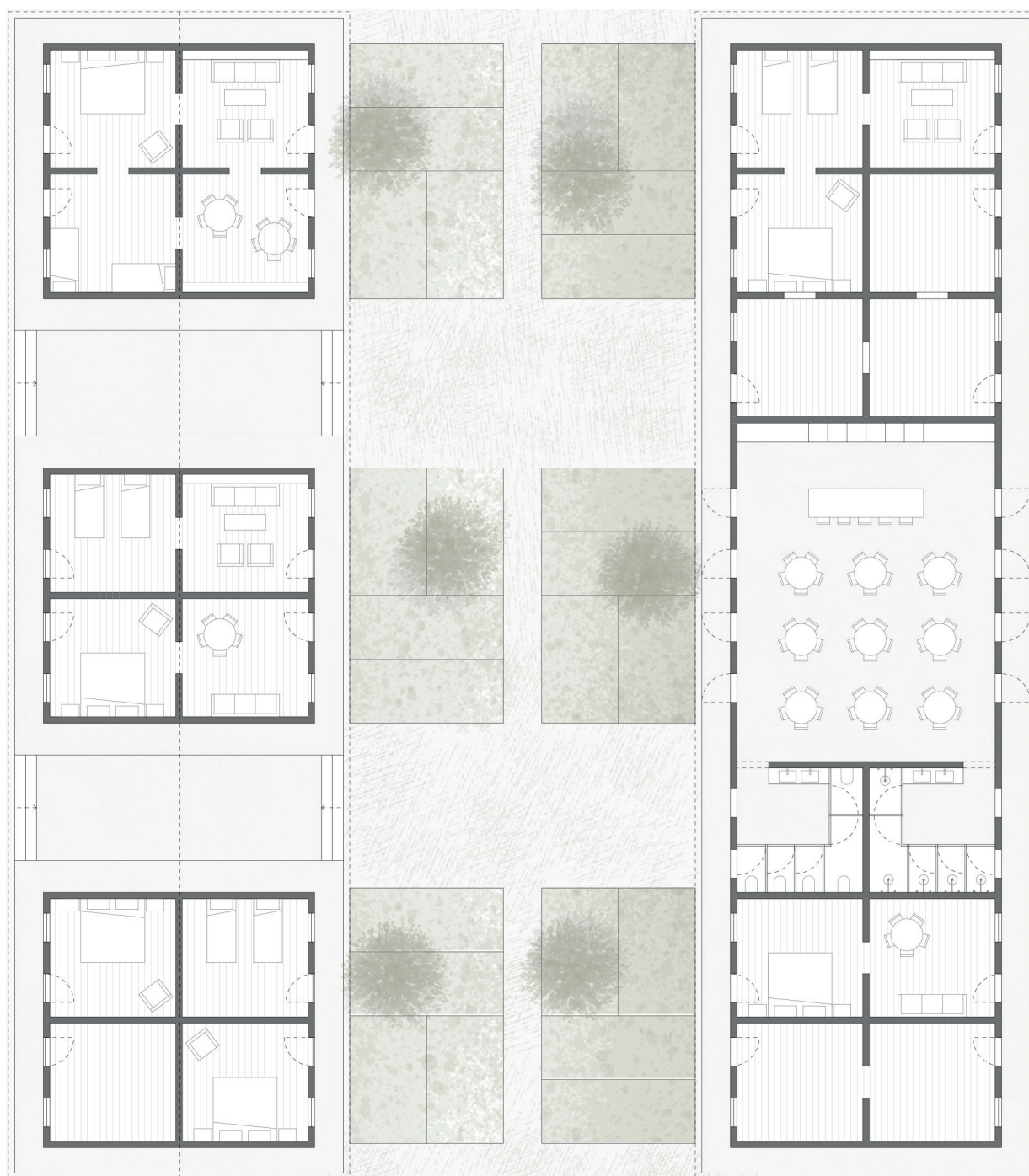


Fig. 52
Planta tipo de cada conjunto habitacional, composto pela sanzala originária, à direita, e o novo edificado à esquerda.





Fig. 53
O antigo Hospital da roça Rio do Ouro - o seu estado actual. Ocupado pelos seus habitantes hoje alberga várias famílias.



Fig. 54
A nova vida do hospital
da Roça Rio do Ouro
- a realidade do modo de
habitar das roças de São
Tomé e Príncipe.

Projecto

O Hotel da Roça Rio do Ouro proposto neste P.F.M. insere-se no território a norte da ilha de São Tomé, revitalizando antigas estruturas pertencentes ao período de colonização do país. Este edifício possui uma relevância histórica incontornável das ilhas São Tomé e Príncipe e, apesar de representar um momento de poder e desenvolvimento, carrega consigo uma carga emocional pesada, que não deve ser ignorada no momento de intervenção. A escravatura que era praticada nestes complexos agrícolas marcou a nação santomense e deixou para trás um povo incapaz de prosperar.

Este projecto intervém de forma a oferecer as ferramentas necessárias à população para que esta possa crescer de forma sustentável e trabalhar em prol do seu desenvolvimento económico e social, tornando-se independente de ajuda estrangeira. Apostando na educação como primeira premissa, o turismo surge como consequência do aproveitamento dos recursos naturais da ilha.

A arquitectura do novo hotel da Roça Rio do Ouro manifesta as intenções conceptuais do P.F.M., reabilitando a imagem original do edifício principal do antigo Hospital, e adicionando um novo edifício que remete para uma arquitectura mais moderna e coerente com o clima tropical. Dividido em três momentos, o Hotel Rio do Ouro possui diferentes ambientes que se vão aproximando da Natureza.

O conjunto das villas não toca estruturalmente no edifício principal, mantendo alguma materialidade original e a sua localização, mas usando a madeira como uma aproximação ao terceiro momento: o edifício novo.

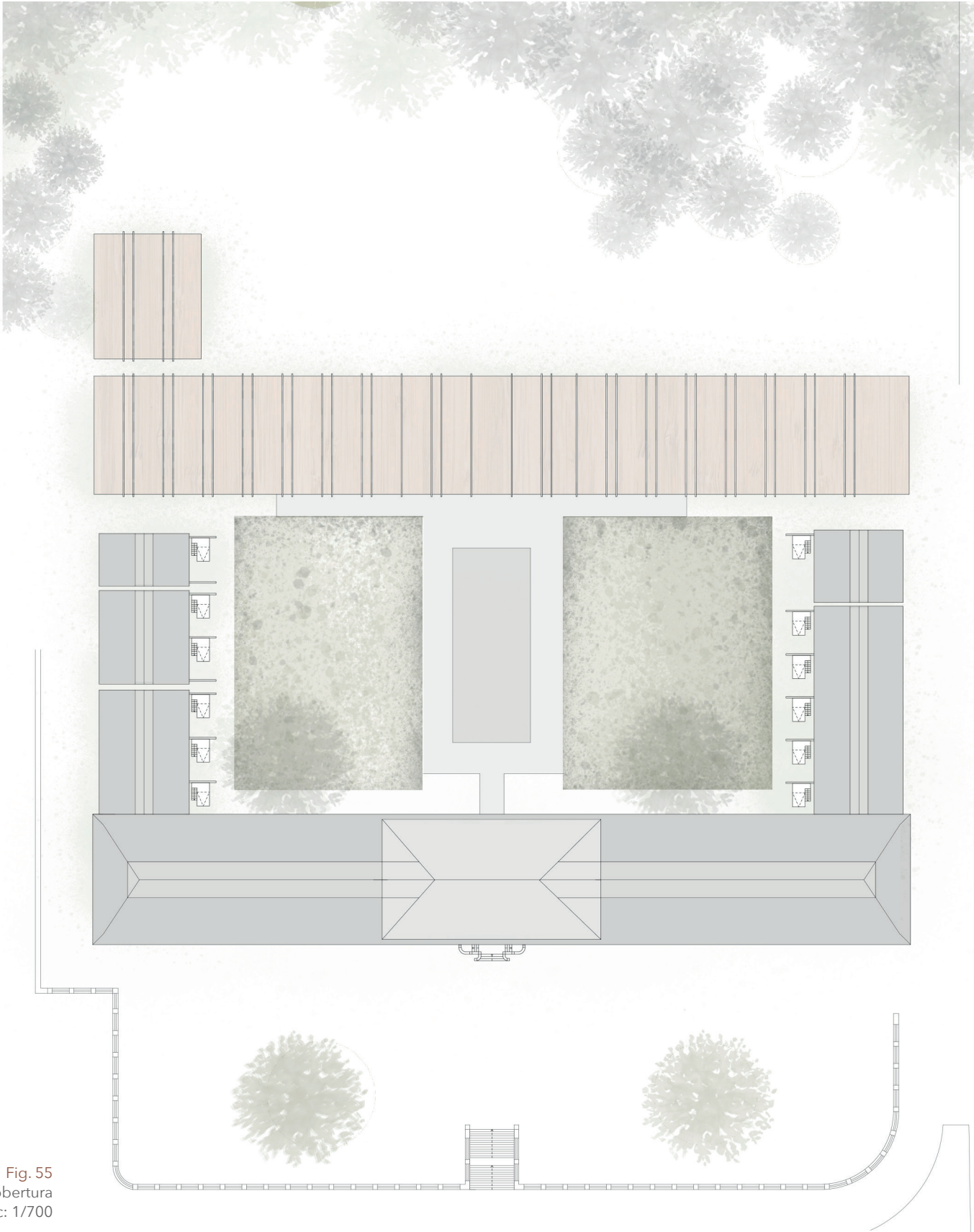


Fig. 55
Planta de Cobertura
esc: 1/700

O edifício novo, onde está o Spa e o restaurante, fecha o terreiro do Hotel, mas possui uma imagem arquitectónica mais transparente, diluindo os limites entre o interior e o exterior, onde a natureza invade a construção humana. Deste modo, a linguagem arquitectónica utilizada permite que este projecto seja inserido na Roça de forma suave e integrada com as estruturas preexistentes, possibilitando uma recepção por parte da comunidade como um momento de desenvolvimento e não, como já foi na história, um momento de submissão.

Abrindo os horizontes a esta Roça esquecida pelo governo, este projecto valoriza a cultura santomense, tomando partido de todas as suas valências celebrando-a na construção de uma nação capaz e resistente ao tempo.

Da pegada deixada pelo antigo complexo hospitalar, mantém-se o corpo esguio horizontal da fachada principal, recuperando-o à semelhança da sua imagem original. Das ruínas das barras laterais, recupera-se a sua implantação recriando a forma do projecto inicial, aumentando-se ligeiramente com o fim de alinhar e uniformizar a forma de “u”.

Da antiga barra posterior, localizada mais a sul, actualmente, apenas se reconhecem algumas marcas no solo. Neste local cresce então um novo corpo que vem recuperar o traçado urbano, mas com um cariz actual. A forma em “u” e a barra posterior criam no seu interior um terreiro, voltando o olhar para dentro do mesmo, um pouco à memória das primeiras tipologias das roças terreiro.

O acesso ao hotel Rio do Ouro é feito através de uma grande escadaria que se inicia na avenida principal, chegando a um terreiro. Aqui, no nível do terreiro, uma segunda escadaria colonial preexistente, com

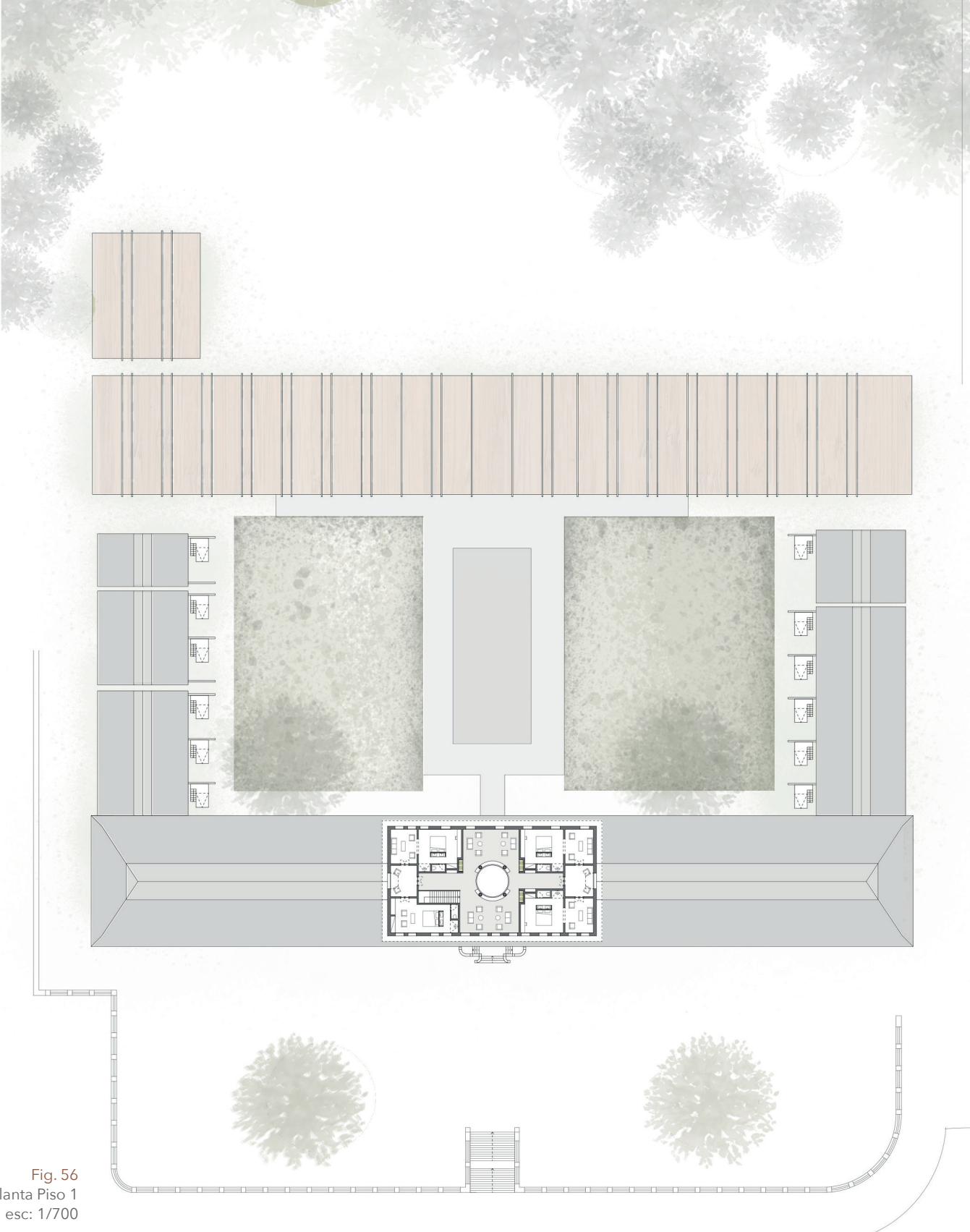


Fig. 56
Planta Piso 1
esc: 1/700

as suas balaustradas desenhadas, evidencia a história do local e a presença portuguesa no território.

Toda a zona central alberga funções comuns, funcionando assim como o espaço de distribuição para as diferentes zonas do hotel. Aqui encontra-se a recepção, com o respectivo back office, instalações sanitárias comuns, uma zona de bar e lounge.

A ampla zona central é evidenciada pela presença de um duplo pé direito, que destaca e conecta a zona de estar do piso térreo à zona de lobby situada no piso superior, obtendo assim uma relação visual entre os dois.

As escadas de acesso ao piso superior foram consideradas um elemento a manter, sendo apenas recuperadas, por forma a manter a identidade do edificado, remetendo-o para o seu estilo art déco. Com acesso por baixo da escadaria encontra-se a sala das bagagens.

O piso superior é uma zona privilegiada, uma vez que está localizada no ponto mais alto de toda a roça, beneficiando da magnífica vista sobre o complexo da roça, e da paisagem circundante. É composto por um lounge e um pequeno apoio de bar. Este apresenta-se mais intimista, estando mais resguardado.

Nos extremos estão localizadas as master suites. Estas têm a capacidade de se tornarem comunicantes, possibilitando a junção de dois quartos. Os quartos seguem a tipologia dos quartos do piso inferior, divergindo apenas por serem comunicantes, beneficiando de uma grande zona de estar extra.

Após entrar no edifício principal, é possível aceder a dois corredores laterais onde se encontram os quartos duplos do hotel Roça do Ouro. Os extensos corredores de acesso aos quartos demarcam a

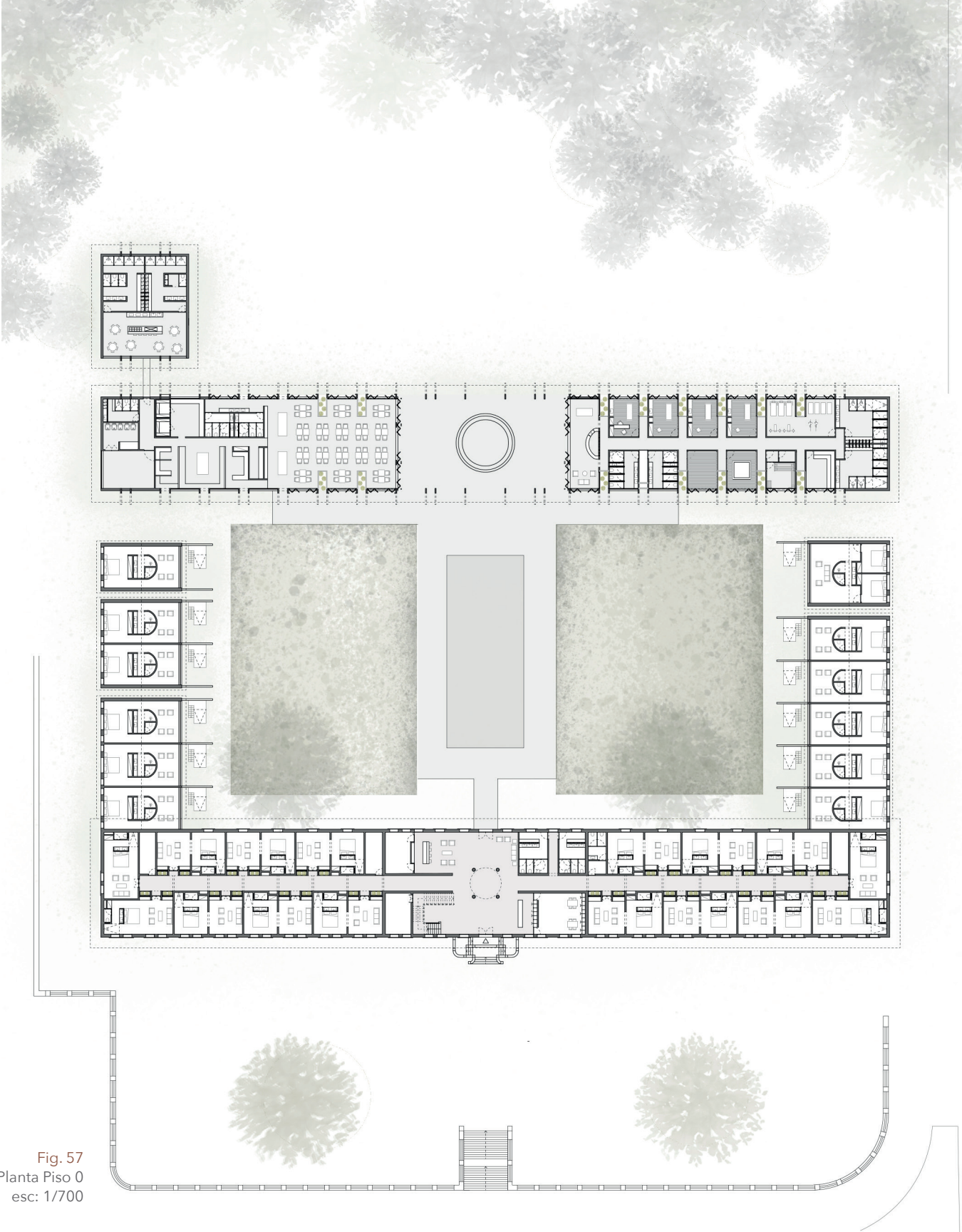


Fig. 57
Planta Piso 0
esc: 1/700

imponência destes dois corpos laterais, através do seu pé direito elevado. A cobertura é visível em todo o seu comprimento, de modo a possibilitar a entrada de luz natural e favorecer a ventilação natural cruzada, que se realiza através da cobertura de duas águas com lanternim.

O corredor de acesso aos quartos é interrompido pela inserção pontual de zonas verdes - canteiros - que permitem manter mais privado o momento de entrada no quarto, dinamizar o espaço e ainda torná-lo mais acolhedor. A introdução de elementos naturais ao longo do corredor tem ainda como objectivo proporcionar ao hóspede uma sensação de estar no exterior, relembrando o clima tropical.

A partir dos quartos também é possível estabelecer a ligação com os elementos naturais uma vez que estes são delimitados por um ripado de madeira ajustável, permitindo assim regular a sua abertura. Os elementos verdes interrompem a zona de estar dos quartos diluindo a barreira entre o exterior e o interior.

Os quartos do corpo principal tentam relembrar o imaginário das grandes casas coloniais, privilegiando a utilização dos materiais originários e característicos deste estilo arquitetónico. Todos os quartos destas duas alas são compostos por uma zona de estar e uma zona de dormir, complementadas com a instalação sanitária.

Na zona de dormir, a cama situa-se centrada no quarto e alinhada com o vão, de modo a favorecer a vista para a roça, permitindo ainda a circulação em seu redor. A cabeceira da cama, a meia altura, é composta por um ripado de madeira, também ele regulável, permitindo a entrada de luz natural para a instalação sanitária, que se encontra nas suas costas, e não comprometendo a privacidade.

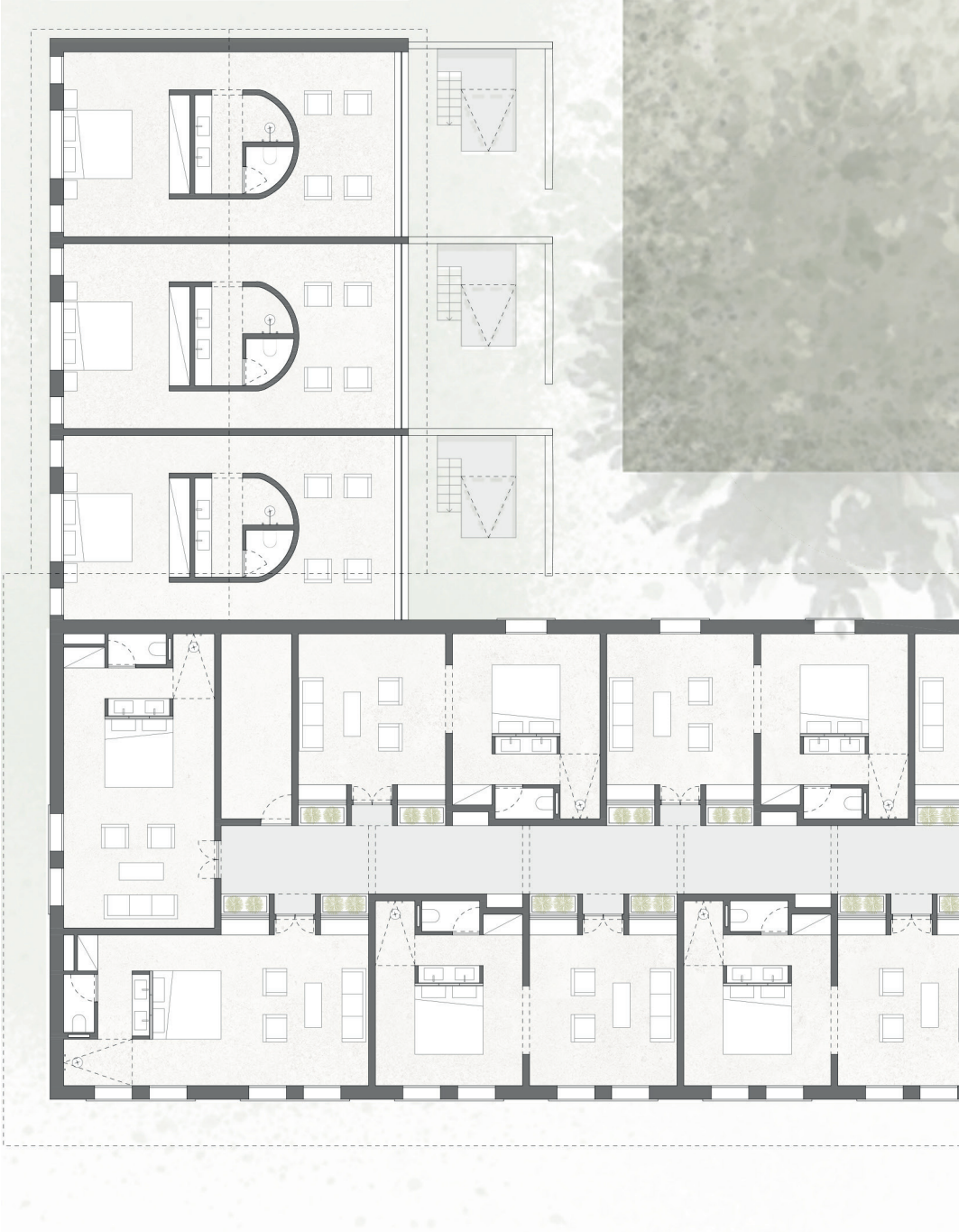


Fig. 58
Planta Quartos e Vilas
esc: 1/200

A cabeceira da cama estende-se para o lado oposto criando assim a zona dos lavatórios. A casa de banho queria-se livre e percorrível, deixando então a zona da instalação sanitária no centro e o duche e o armário nas suas extremidades.

A existência de um duche exterior é muito comum nos países tropicais, contudo, não sendo possível a sua instalação devido à morfologia base do edificado, optou-se por um duche aberto que consiga estabelecer um contacto visual com o exterior, recriando assim a sensação de liberdade que os duches exteriores proporcionam. Esta relação é feita através de um ripado de madeira em leque, que funciona como uma continuação da cabeceira de cama, podendo estar aberto ou fechado dependendo da vontade do hóspede.

Os quartos situados nas extremidades do corpo principal, devido à morfologia do edificado, divergem ligeiramente dos restantes quanto à sua forma e dimensão, contudo, apresentam-se sempre na tipologia referida anteriormente, compostos também eles por uma zona de estar e uma zona de dormir semelhante aos restantes.

Em todas os quartos situados no edificado preexistente, optou-se pela criação de um tecto falso, uma vez que a altura deste edifício é muito elevada tornando o espaço habitacional desproporcional e pouco intimista, tornando assim o quarto numa zona mais confortável e íntima.

De seguida, apresentam-se as villas, que ocupam os dois edifícios perpendiculares ao edifício principal. Com um carácter mais intimista, estas têm o seu acesso individual pelo jardim do hotel e procuram ser a ponte entre o edificado preexistente e o novo.

Estas partem de um corpo originário onde se localizava anteriormente o refeitório e os balneários do antigo conjunto hospitalar, e

compõem-se de um modo subtil dando lugar a uma edificação nova, com a mesma forma, mas com diferentes materialidades - a alvenaria da preexistência e a madeira representativa do edificado proposto.

As villas são compostas por uma zona de estar direccionada para o pequeno pátio privado que contém uma piscina de pequena dimensão e um duche exterior. Cada villa têm o seu próprio jardim, conferindo-lhe mais privacidade e proporcionando uma agradável zona de estadia no exterior.

Ao centro do quarto insere-se uma zona independente que adopta uma forma que remete às arcadas do edificado principal, concentrando aqui a zona da instalação sanitária, duche e lavatórios. No lado oposto, surge um armário embutido que delimita a zona de dormir, podendo ter acesso por ambos os lados. A sua cobertura de duas águas replica o tipo de construção preexistente e o facto de ter vãos em lados opostos garante um sistema de ventilação natural cruzada, assegurando assim uma boa salubridade.

O terreiro, ou pátio central, proporciona uma agradável experiência e contacto com a natureza. Possui uma piscina alongada e posicionada ao longo do eixo da entrada principal do hotel, facilitando assim os percursos e o acesso entre o corpo principal - onde se situam os quartos e entrada do hotel - e o edifício novo, que agrupa o restaurante e o spa.

A partir do terreiro fazem-se os acessos às vilas e surgem pequenos espaços de descanso e contemplação embrenhados na densa vegetação tropical. A piscina encontra-se localizada ao centro do terreiro, de modo concentrar as actividades diárias do hotel no seu núcleo, à imagem do que se verificava no terreiro das

estruturas agrícolas coloniais. A vegetação em seu redor promove o envolvimento com a natureza, criando um espaço de permanência muito agradável, e tornando os percursos exteriores mais interessantes.

Da piscina avista-se o longo edifício novo, que se caracteriza e distingue pela aposta numa materialidade diferente da pré-existência. O corpo esguio com uma construção em pórtico de madeira contém nas suas extremidades o spa e o restaurante. Marcado por uma imagem ritmada e vertical dos pórticos de madeira, juntamente com os painéis rebatíveis, unifica uma representação da arquitetura tropical.

O bar surge ao centro destes dois elementos, alinhado com a piscina, com uma forma circular - que mais uma vez vai buscar a sua morfologia aos diversos elementos circulares do edificado original - promovendo uma dinâmica e interação com os serviços circundantes.

O acesso ao spa é feito a partir da zona de bar e lounge do novo edificado. Entrando no corpo da direita, existe uma zona de recepção e uma loja, onde se prevê a venda dos produtos de beleza produzidos na região através do óleo de coco e da planta ylang ylang.

O spa distribui-se através um corredor central que dá acesso aos diferentes usos propostos, sendo eles salas de massagens, ginásio, jacuzzi, sauna, banho turco e balneários. Estas funções encontram-se inseridas em módulos de iguais dimensões, espaçados entre si criando corredores perpendiculares de entrada para as diferentes salas. Estes pequenos corredores têm no seu extremo um pequeno espaço verde, como se tratasse de um prolongamento das zonas

verdes exteriores para o interior, criando a sensação que a natureza invade o edificado. O limite entre exterior e interior é assim novamente quebrado pelos elementos verdes que remetem para o clima tropical, valorizando a envolvente natural da ilha.

Os balneários de apoio à piscina situam-se neste edificado e são considerados excepção, uma vez que o seu acesso só é possível pelo exterior, de modo a que os utentes da piscina não tenham que entrar no spa para acederem aos mesmos.

As zonas de massagens estão voltadas para sul, onde a densa vegetação é protagonista, procurando um afastamento das zonas comuns e conferindo um sentimento de relaxamento que só a natureza consegue transmitir. As zonas dos banhos estão voltadas para o terreiro, criando um contacto visual com a zona da piscina, e os balneários situam-se na extremidade deste corpo, encerrando-o. Estes encontram-se equipados com duches, instalações sanitárias e cacifos para uso dos utentes do spa e piscina.

No lado oposto situa-se o restaurante do hotel Rio do Ouro. Este replica a estrutura dos módulos do spa, deixando a vegetação irromper no edificado na zona de refeições. O restaurante estende-se para o exterior criando uma esplanada, permitindo aos hóspedes optarem por refeições no interior ou no exterior. Os produtos confeccionados no restaurante serão, sempre que possível, de origem local, sendo os seus fornecedores os próprios habitantes da roça. Pretende-se assim dar a conhecer os produtos santomenses e promover a economia local. A partir da zona de refeições é visível a zona de empratamento, através de um rasgo na parede que o separa da cozinha, permitindo que os clientes vejam os seus pedidos a serem finalizados.

A oeste localiza-se a cozinha do restaurante, apresentando-se como um espaço mais fechado para o terreiro, não interferindo assim com a privacidade dos seus hóspedes, concedendo apenas a iluminação natural necessária para um bom funcionamento e respectiva ventilação.

Por fim, a entrada dos seus funcionários é feita lateralmente, uma vez que se quer que seja o mais discreta possível. Paralelamente à cozinha propõe-se um edifício de apoio aos funcionários, onde se localizam os seus balneários e uma zona de copa, para que possam realizar as suas refeições e pausas num espaço próprio e agradável.

Em suma, reavivando a sua história, surge neste vislumbre a criação de um sistema hoteleiro, recuperando o que resta do edificado e aproveitando a sua estratégica localização de observador sobre todo o complexo. Percorrendo com o olhar o eixo central da grande avenida da Roça Rio do Ouro, culminando na imponente presença deste edifício excepcional, relembra à memória a importância da roça nos seus tempos áureos. Como se de um palco se tratasse, o hotel apresenta-se como o principal protagonista que vem marcar notoriamente o desenvolvimento futuro desta intervenção.



Fig.59
O olhar curioso e afetivo
das crianças de São Tomé.

Considerações Finais

Sobrevoando o Atlântico deparamo-nos com uma pequena imensidão de verde perdida no meio do oceano. São Tomé e Príncipe destaca-se pela sua floresta densa, por praias desertas de água cristalina, por marcas coloniais bem presentes por todo o arquipélago e por uma cultura extremamente rica. O seu povo, sempre disponível e curioso, invoca o melhor que a terra oferece.

Foi de fundamental importância a ida ao local para entender conceitos como identidade e memória, que estão presentes por todo o território e, em especial, nas roças. Elas surgiram como elementos estruturantes do território, elevando-o a um dos maiores produtores de cacau do mundo. Apesar disso, encontram-se hoje em dia esquecidas e expectantes pelo reconhecimento do seu valor único.

O turismo insere-se na proposta como o meio para atingir o desenvolvimento sustentável desta comunidade e, conseqüentemente, do país, mostrando-se capaz de promover a região, criar novos postos de trabalho, gerar receitas e criar uma rede de novas vivências ao seu redor.

O maior desafio foi perceber como conjugar o edificado proposto com a preexistência de maneira a respeitar a sua memória e identidade, relacionando-o com a paisagem e com o património local.

A metodologia do projecto procurou acompanhar a cultura santomense, propondo intervenções faseadas como meio para atingir o desenvolvimento sustentável através da ampliação da zona habitacional, seguida da reestruturação e revitalização dos equipamentos presentes na roça e da inserção de um pólo educacional, promovendo a aprendizagem aliada à implementação de uma unidade hoteleira como elemento agregador de todo o conjunto.

Em busca de uma harmonia entre o novo e o antigo surge o projecto do Hotel Rio do Ouro, que procura atingir um equilíbrio integrado e transversal a toda a sua proposta arquitectónica entre os ambientes naturais e os ambientes construídos, entre o passado e o futuro, entre tradição e progresso.

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Bibliografia

PAPE, Duarte; REBELO DE ANDRADE, Rodrigo

As Roças de São Tomé e Príncipe, Lisboa: Tinta da China, 2013

BASTIEN, Loloum; PINTO RAMOS, Joaquim; ALARCÃO, Nuno;
DUARTE, Andreia

Turismo em meio insular africano: Potencialidades, constrangimentos e impactos

BRITO, Brígida; ALARCÃO, Nuno; MARQUES, Joana

Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas, Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe. Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda. Lisboa, 2009

BRITO, Brígida

Turismo Ecológico: Uma via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2004

BRITO, Brígida Rocha; BASTIEN, Amaro

Turismo em meio insular africano: potencialidades, constrangimentos e impactos. Lisboa. Gerpress. 2010

CGD (Caixa Geral de Depósitos)

São Tomé e Príncipe, Oportunidades e potencial de desenvolvimento, <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf> , consultado a 29/12/2018

FARINHA, Vania

Roça Boa Entrada, Espaço Sagrado, Génese, Reabilitação e Transformação. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2014

FERNANDES, Ana Silva

Património Luso-Afro-Tropical: O Exemplo das Roças de São Tomé e Príncipe. Desafios para a sua conservação e reabilitação, e o seu potencial para o desenvolvimento, Porto, 2011

FERNANDES, J., Janeiro, M., Andrade, R. & Pape, D.
São Tomé e Príncipe - Cidades, Território e Arquitecturas. Lisboa, 2013

FREITAS, Mário
Desafios ao desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe: o caso do ilhéu das rolas. <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2033/297A.pdf>

GUEDES, Manuel Correia
Arquitetura Sustentável Em São Tomé E Príncipe: Manual de Boas Práticas. Fora de Coleção. Lisboa: IST PRESS. 2015

INE (Instituto Nacional de Estatística)
IV Recenseamento geral da população e habitação de 2012. São Tomé e Príncipe, 2012

MORAIS, João Sousa
Metodologia de Projecto em Arquitectura, Lisboa: Ed. Estampa, 1995.

MORAIS, João Sousa
Notas sobre a (Re)construção de uma Disciplina no Território da Arquitectura, Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 2007

MORAIS, João Sousa; MALHEIRO, Joana Bastos
São Tomé e Príncipe - As Cidades Património Arquitectónico / Architectural Heritage, Casal de Cambra: Ed. Caleidoscópio, 2013

NASCIMENTO, A.
O Quotidiano dos Europeus nas Roças de São Tomé nas Primeiras Décadas de Novecentos. Em: *Arquipélago - História*, 2a série, 377-408. 2000

TEIXEIRA, Cristiane
Ilha do Príncipe aposta no turismo sustentável para combater pobreza. 2016
<https://www.dw.com/pt-002/ilha-do-pr%C3%ADncipe-aposta-no-turismo-sustent%C3%A1vel-para-combater-pobreza/a-35917425>

VEIGA, Abel

Nacionalização das roças e a reforma agrária. 2011

<https://www.telanon.info/economia/2011/09/30/8617/nacionalizacao-das-rocas-e-a-reforma-agraria/>

VICENTE, Marta

(Re)Viver as Roças. Reabilitação participada das roças de São Tomé e Príncipe. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2016

IMVF- Instituto Marquês de Valle Flôr

São Tomé. Ponto de Partida, IMVF, Chaves Ferreira Publicações S.A. Lisboa, 2008

Carta de Veneza

Carta de Veneza - Conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, 1964.

CARDOSO, Joana Amaral

O hospital da maior roça de São Tomé e Príncipe tem mais uma ferida aberta, Público: Revista 2, 01 Junho 2014

GOMES, J. Telles

São Tomé e Príncipe: um país aberto - uma opção estratégica para o seu desenvolvimento. Lisboa: África Hoje . 1986

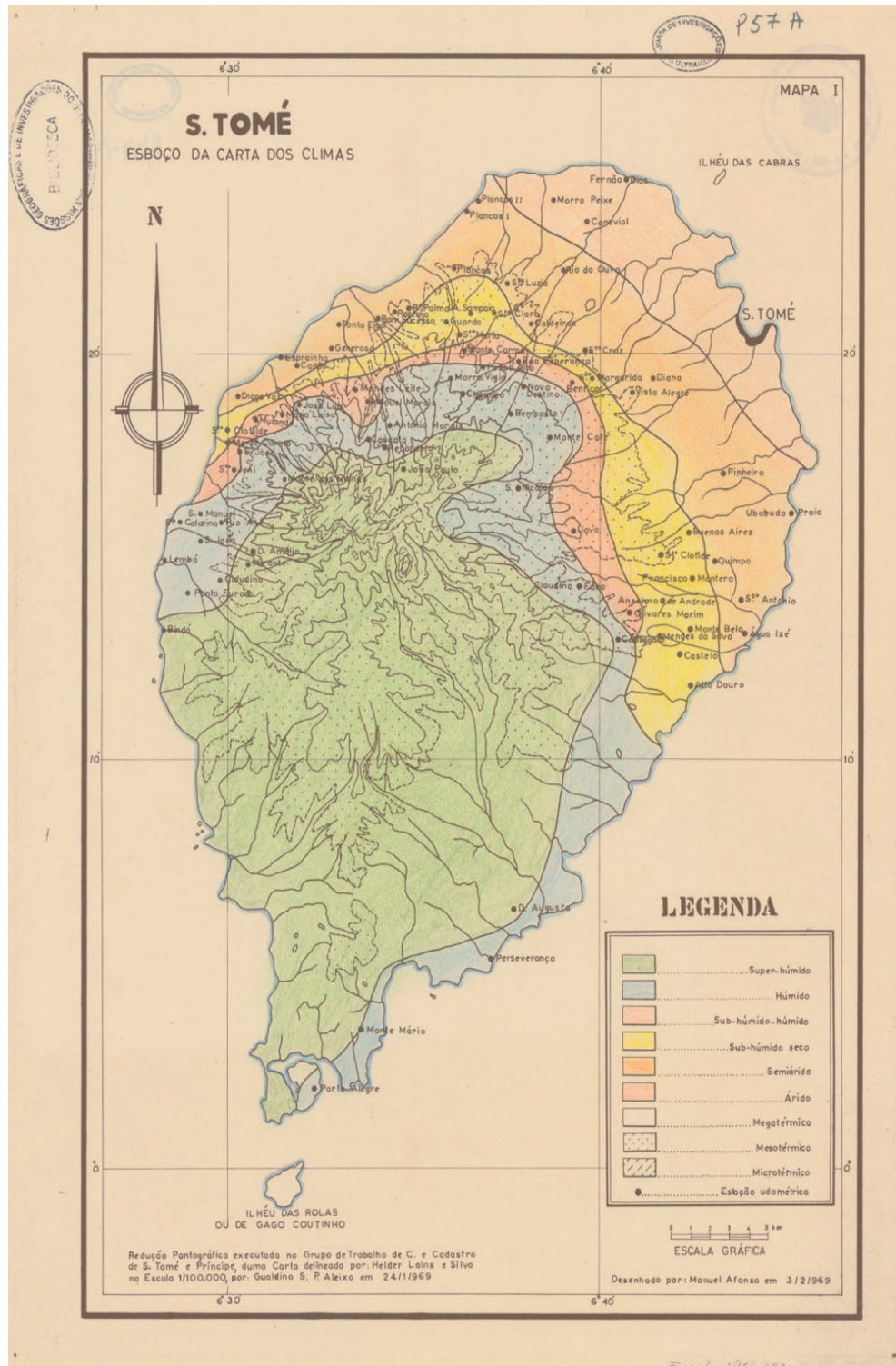
SILVA, Otilia

São Tomé e Príncipe, Ecos de Ontem e de Hoje, Edições Colibri, Lisboa, 2006

(Re) Equilibrar Rio do Ouro

I | Cartografia





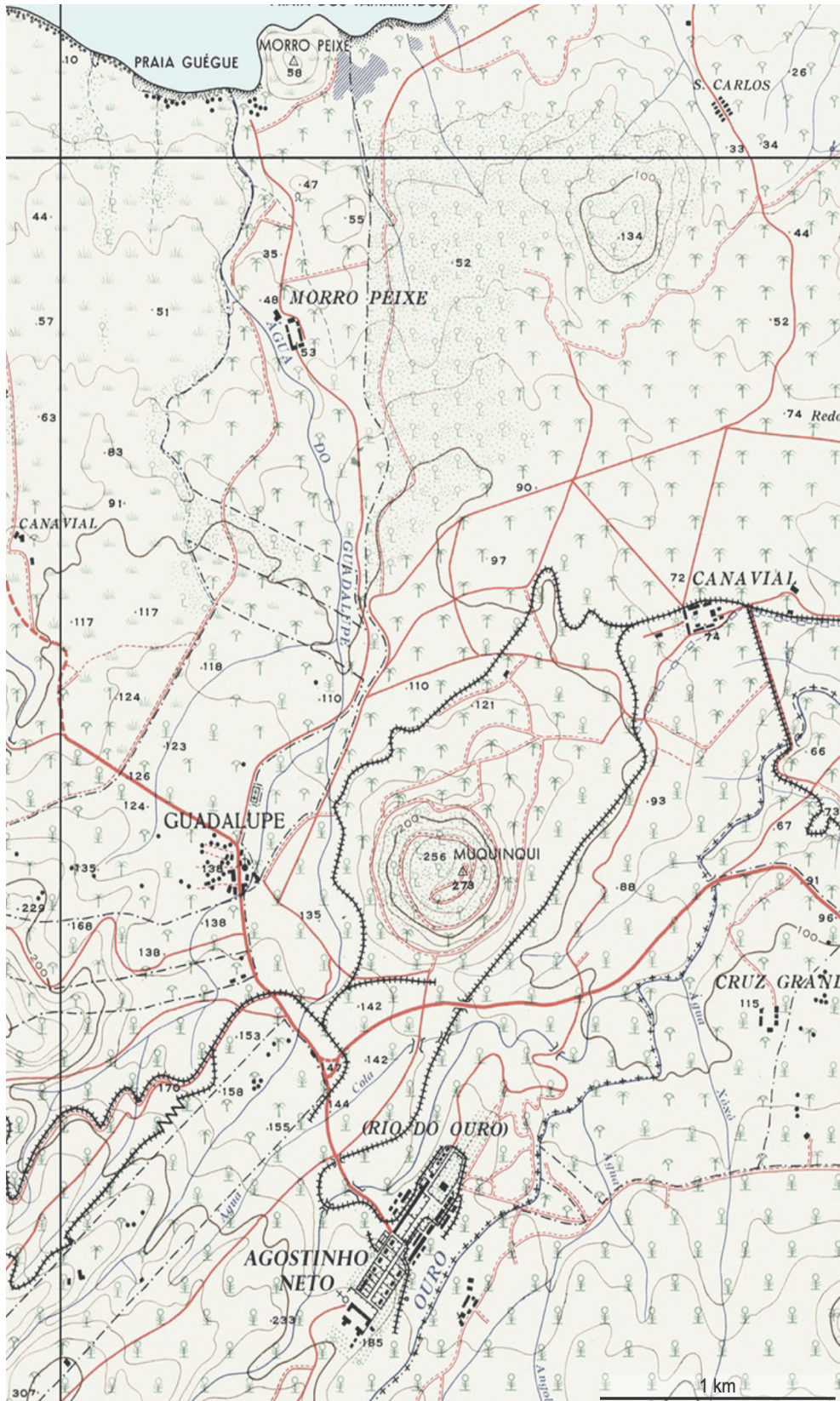






(Re) Equilibrar Rio do Ouro





(Re) Equilibrar Rio do Ouro

II | Levantamento fotográfico







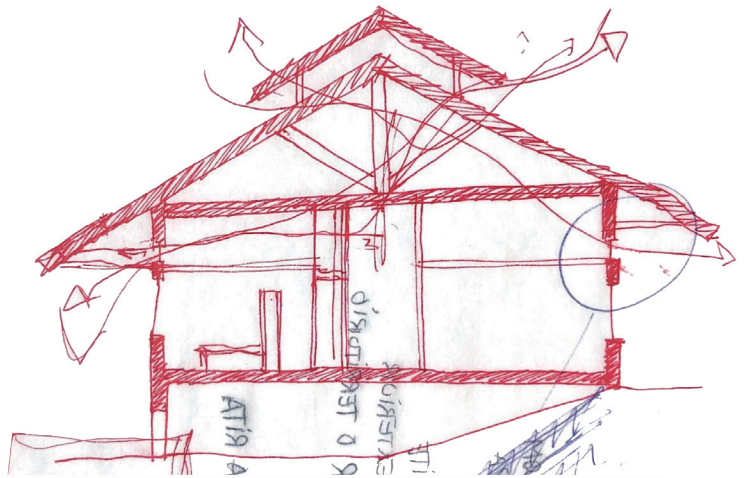




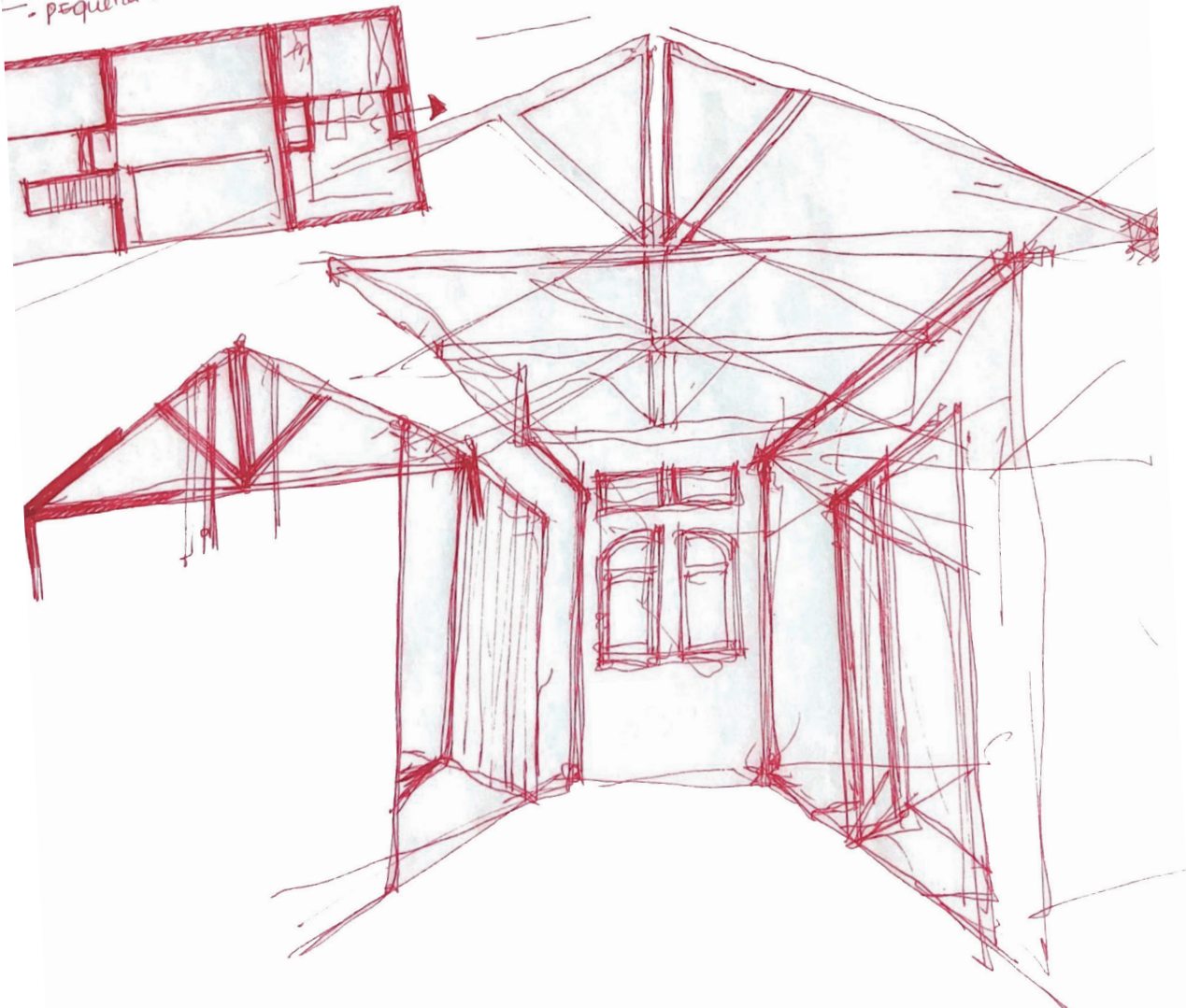




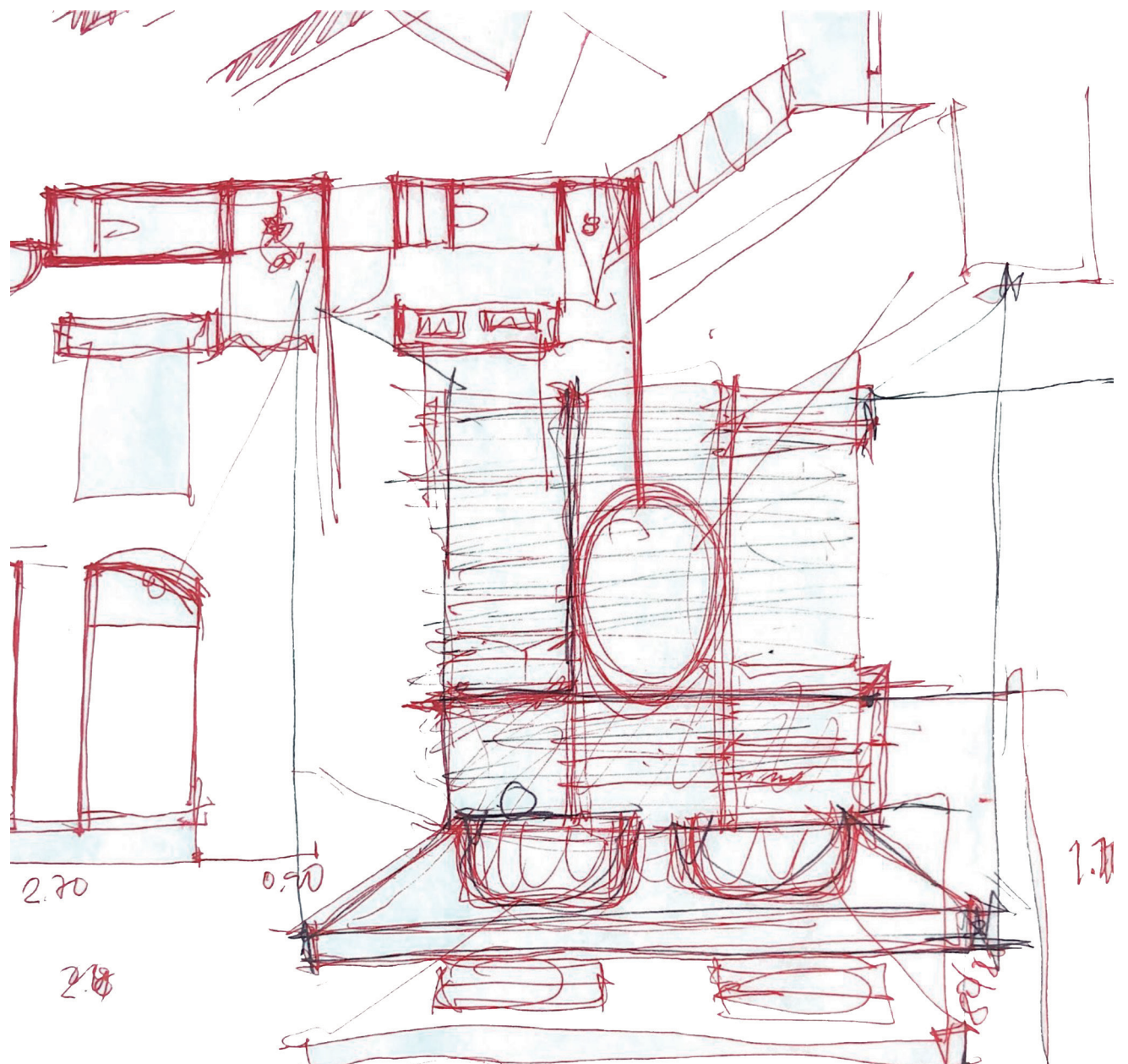
III | Esquiços da autora



→ serviços de excelência
- Piso utilizar diferentes espaços - que o relacionem
- pequena zona de refeições com a paisagem

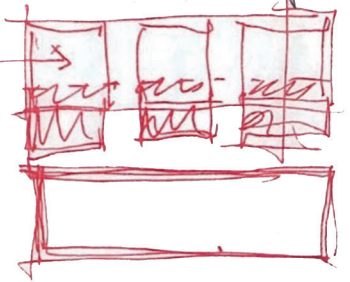


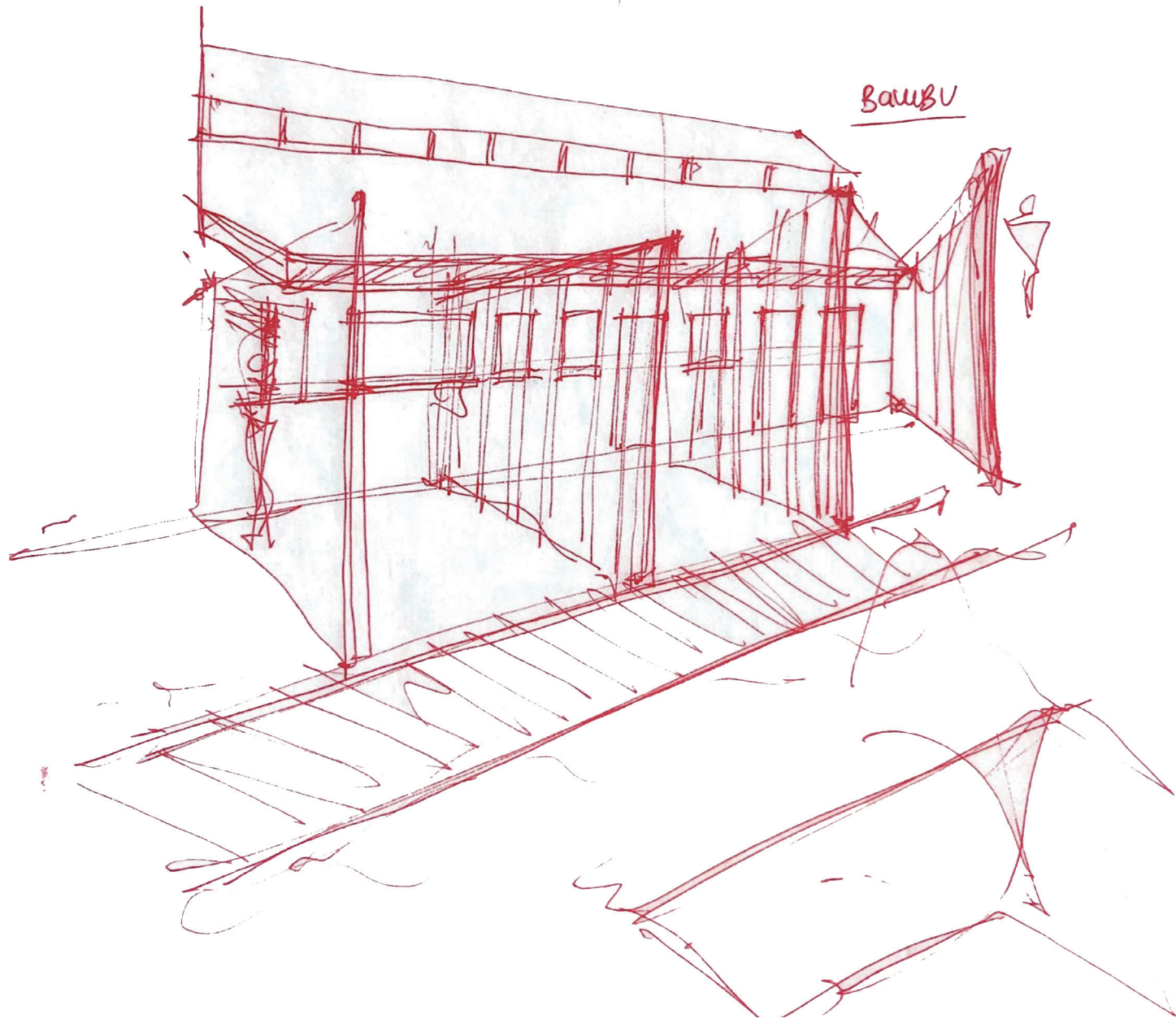
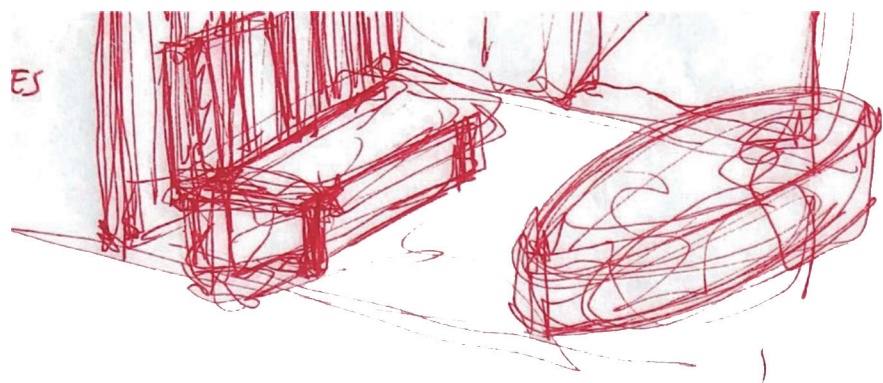
(Re) Equilibrar Rio do Ouro

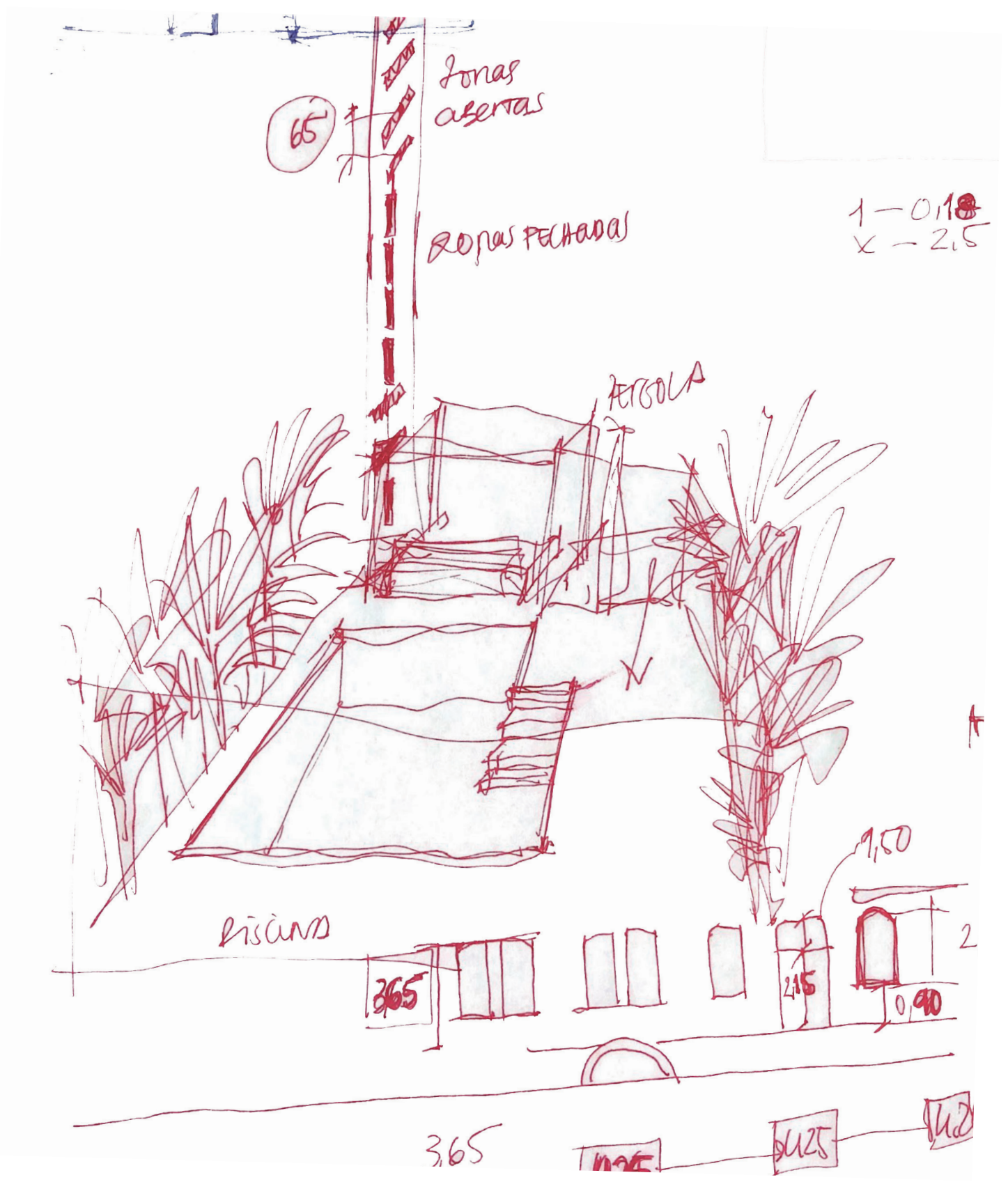


$8+8+8$
 $+6+6$

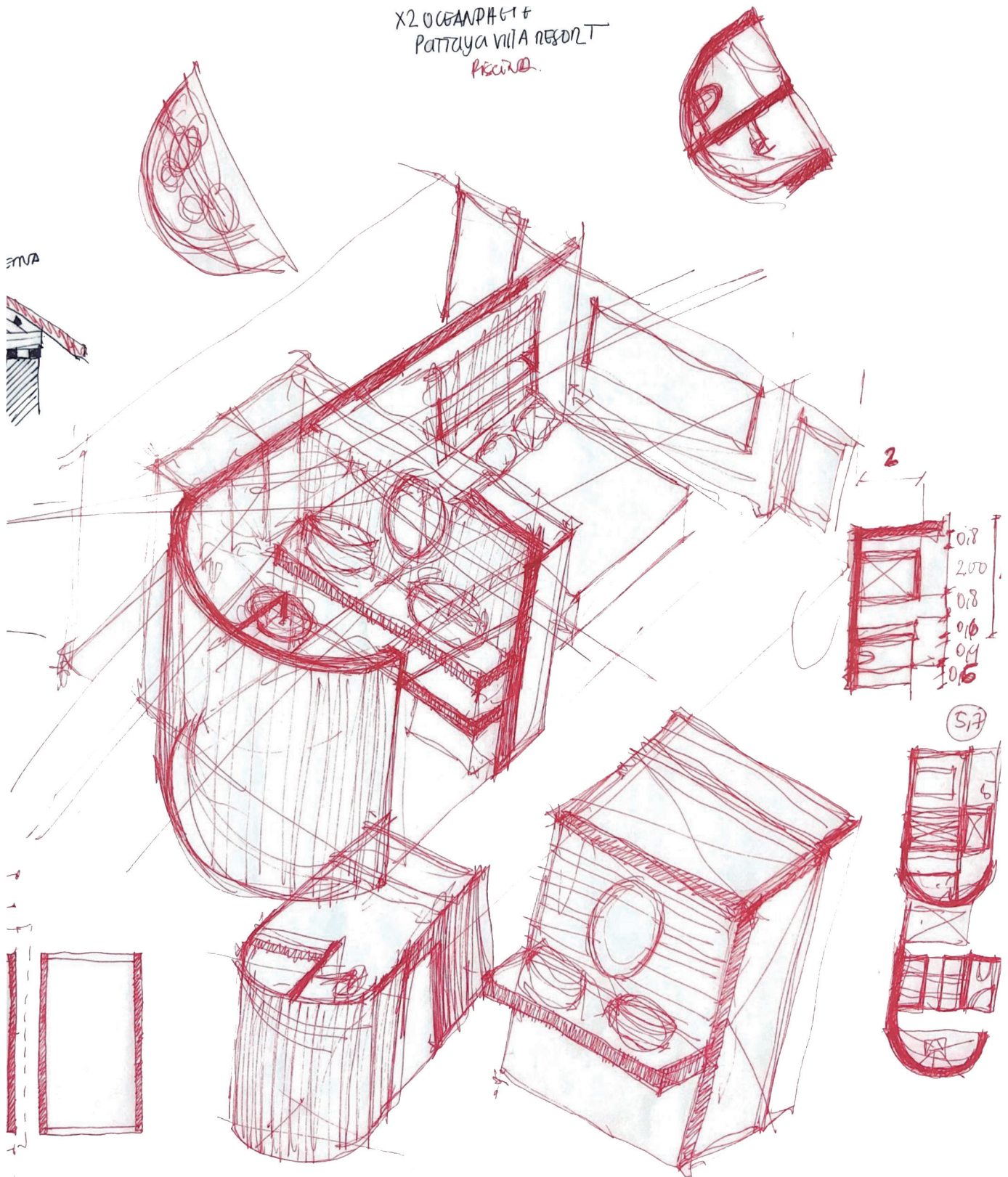
 $+2$
 $9+9 = 8+8+6+6$
 $+2+2 = 32/34$

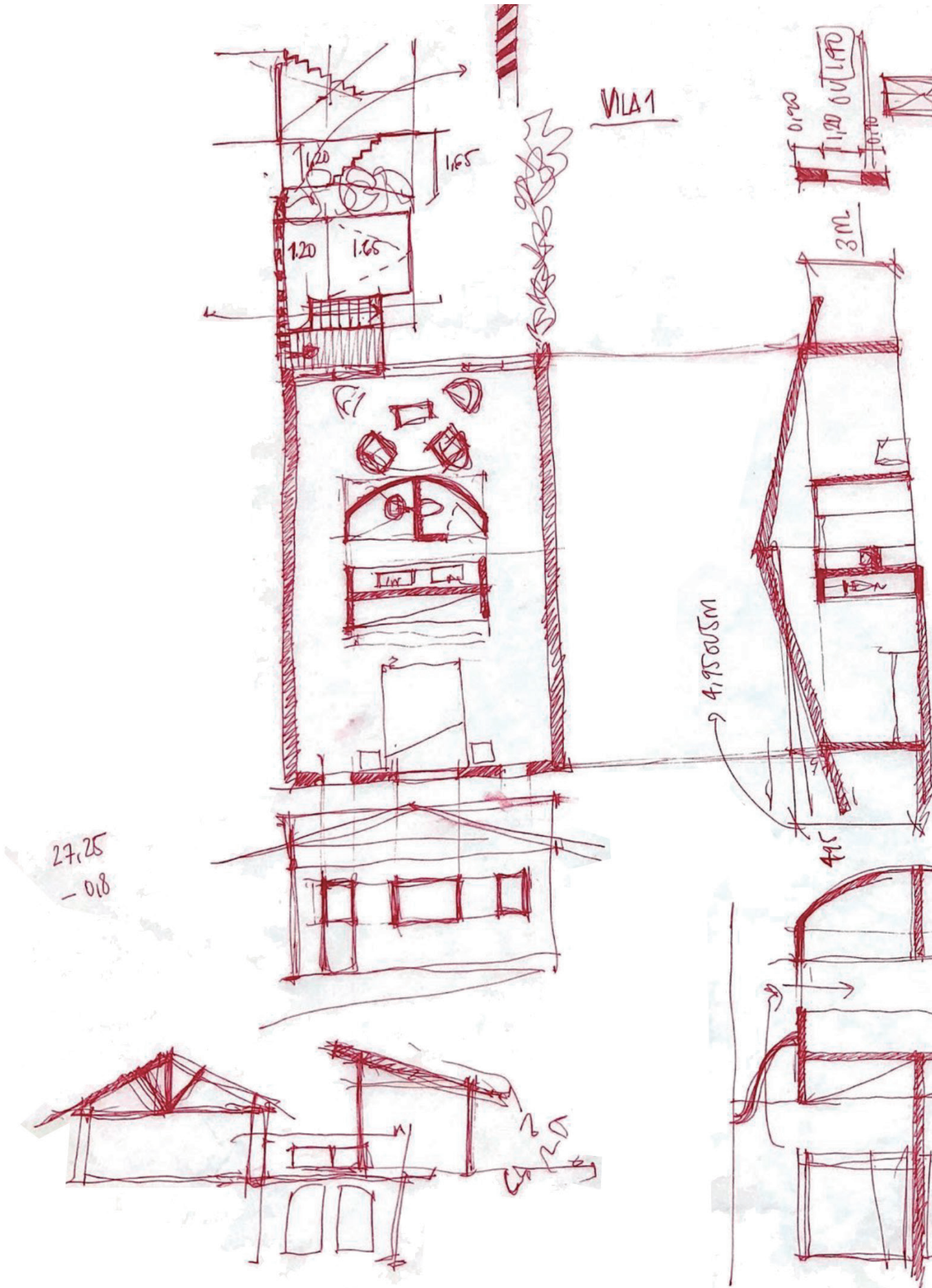


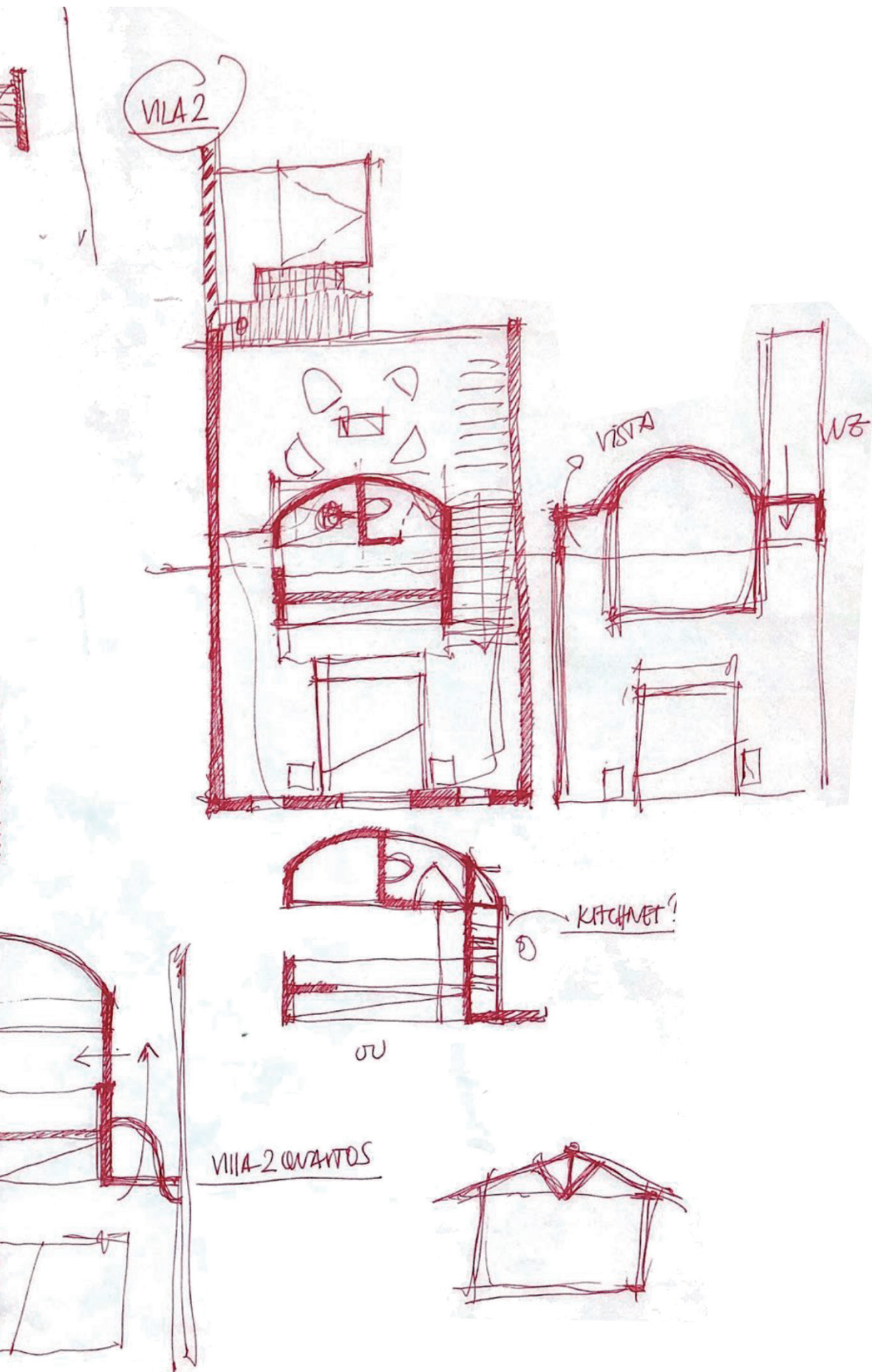




X2 OCEANPHET +
PATTAYA VILLA RESORT
PRCIND.



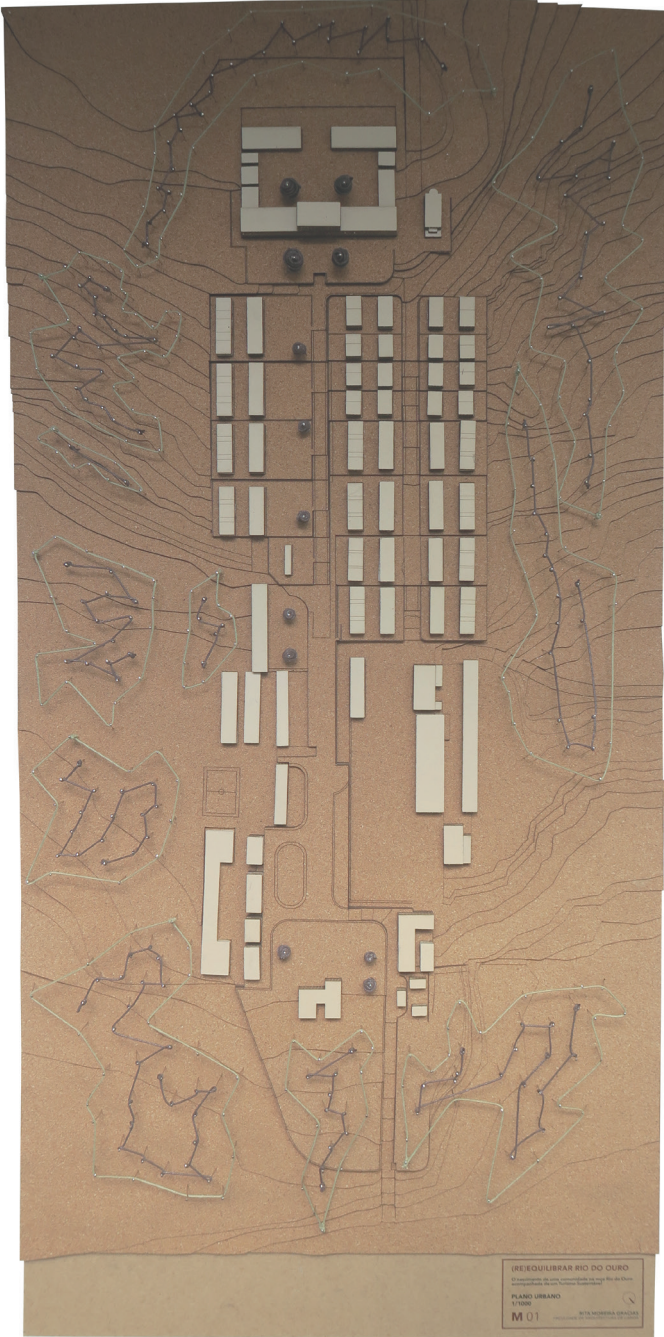




(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Peças Finais
Maquetes Finais

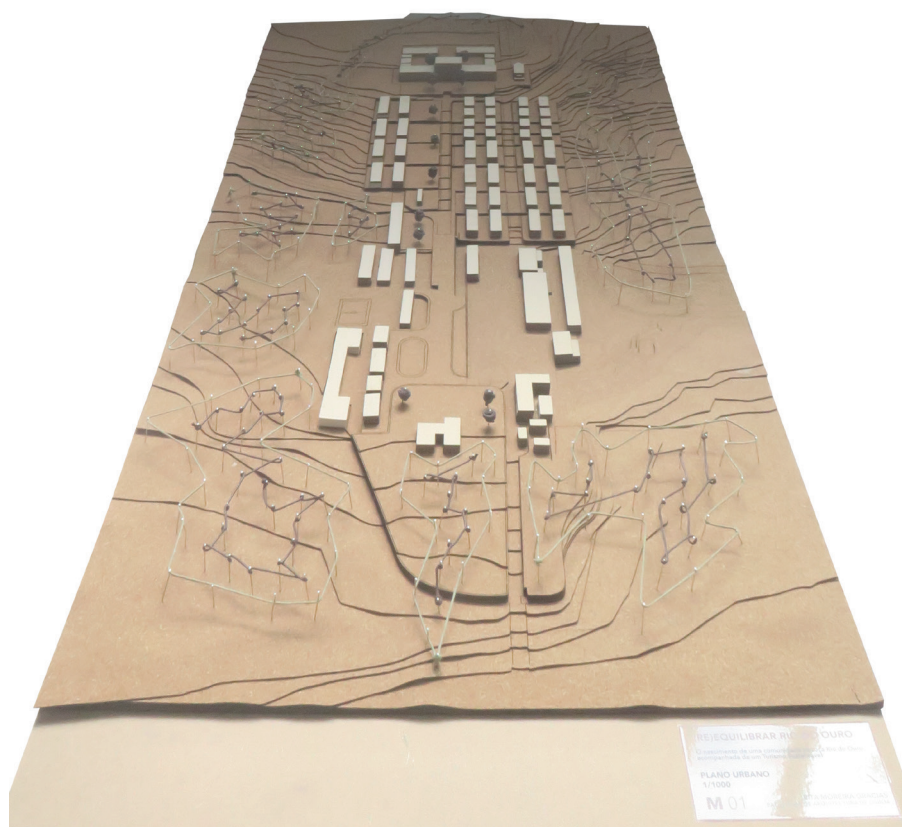
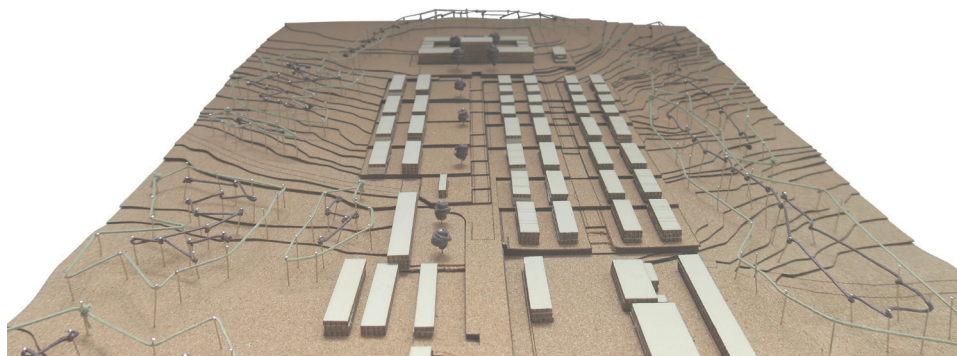
(Re) Equilibrar Rio do Ouro



Maquete Plano Urbano
Esc: 1/1000

(RE)EQUILIBRAR RIO DO OURO
Ocupação do solo, loteamento e rede de ruas
em conformidade com o Plano Municipal
PLANO URBANO
1/1000
M.U.1

O nascimento de uma comunidade na Roça Rio do Ouro Acompanhada de um Turismo Sustentável



(Re) Equilibrar Rio do Ouro



Maquete Proposta de
Intervenção
Esc: 1/200







(Re) Equilibrar Rio do Ouro

Painéis Finais